

Relações do Império do Brasil e dos farroupilhas com o Prata (1835-1852)

Janaíta da Rocha Golin

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

Passo Fundo

2012

CIP – Catalogação na Publicação

G626r Golin, Janaína da Rocha
Relações do Império do Brasil e dos farroupilhas com o Prata (1835-1852) / Janaína da Rocha Golin. – 2012.
178 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2012.

Orientação: Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

1. Brasil - História - Império, 1822-1889. 2. Brasil - História - Guerra dos Farrapos, 1835-1945. I. Heinsfeld, Adelar, orientador. II. Título.

CDU: 981

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Dedico este trabalho ao Prof. Luiz Carlos Tau Golin, pai historiador, que sempre considerou o saber como necessidade fundamental da existência humana. Foi responsável pelo meu ingresso no mundo dos livros e do conhecimento.

Meus sinceros agradecimentos aos professores da banca de defesa: Adelar Heinsfeld (orientador), Álvaro Klafke (UPF) e André Fertig (UFSM). Especial agradecimento aos meus familiares: Jean de Oliveira, Circe Rocha e Lara da Rocha Callegari, sempre solidários na busca dessa importante conquista. Agradeço, também, o apoio dos meus colegas da Diretoria de Políticas de Graduação da UFFS: Diego Rodrigues, Jaciele Sell, Lucélia Perón e Luiz Sordi, em especial, ao diretor Élsio Corá, sempre compreensivo em relação às ausências no trabalho em razão das necessidades do mestrado.

Ao governo forte da Confederação somente poderia contrapor-se outro governo forte. A derrota de Rosas e de seus aliados era uma necessidade para a consolidação do Estado nacional brasileiro, monárquico e centralizado.

Amado Luiz Cervo

RESUMO

As relações do Império do Brasil e dos farroupilhas com o Prata efetivaram-se com os objetivos contrários de contenção e prolongamento da guerra civil farroupilha, ocorrida entre os anos de 1835 a 1845 na província do Rio Grande do Sul. Os contatos estabelecidos pelo Império do Brasil com os líderes platinos justificavam-se pelo propósito de obstar os auxílios provenientes daquela região, os quais davam fôlego aos rebeldes. As comunicações dos farroupilhas com o Prata se davam pelo interesse de adquirir cavalaria e artigos de guerra, principalmente. O desfecho da insurreição farroupilha, em 1845, não assegurou a pretendida hegemonia brasileira na região do Prata, ambicionada pelo Gabinete Imperial. Ela seria obtida com a ajuda dos ex-inimigos do Império de 1835, que no contexto de 1852, reconciliados e reincorporados ao exército do Brasil, marcharam contra Juan Manuel de Rosas, líder da Confederação Argentina, derrotado na batalha de Monte Caseros, em 3 de fevereiro daquele ano. As fontes utilizadas para a confecção deste trabalho foram a *Coleção Varela, Arquivo Pessoal do Barão de Caxias, Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática e os Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil*.

Palavras-chave: Império do Brasil, farroupilhas, Prata.

ABSTRACT

The relationships of the Brazilian Emperor and *farroupilhas* with the Platine region happened with opposite objectives to contain and extend the *farroupilha* civil war, which took place from 1835 to 1845 in Rio Grande do Sul. The contacts established by the Brazilian Emperor with Platine leaders were justified by the purpose to prevent help from that region, which gave breath to the rebels. Communications of the *farroupilhas* with the Platine region were for the sake of acquiring horses and articles of war, mostly. The outcome of the *farroupilha* insurrection in 1845 did not ensure the desired Brazilian hegemony in the region of La Plata, coveted by the Imperial Cabinet. It would be obtained with the help of the former enemies of the 1835 Empire, that in the context of 1852, reconciled and reincorporated into Brazil's army, and marched against Juan Manuel de Rosas, leader of the Argentine Confederation, who was defeated at the Battle of Caseros, on February 3rd of that year. The sources used in this work were: *Coleção Varela*, *Arquivo Pessoal do Barão de Caxias*, *Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática*, and *Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil*.

Keywords: Brazilian Emperor, *Farroupilhas*, Platine region.

LISTAGEM DAS ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Regente Diogo Antônio Feijó..... | 21 |
| Sebastião Barreto Pereira Pinto..... | 25 |
| Juan Lavalleja..... | 25 |
| Bento Gonçalves da Silva..... | 26 |
| José Gomes de Vasconcelos Jardim..... | 27 |
| Bento Manuel Ribeiro..... | 28 |
| Juan Manuel de Rosas..... | 32 |
| Antônio de Souza Netto..... | 35 |
| Manuel Lucas de Oliveira..... | 36 |
| <i>Planta da cidade de Porto-Allegre.</i> L.P. Dias..... | 38 |
| 1840. Mapa de Porto Alegre..... | 39 |
| Porto Alegre, vista do hospital. 1852.Herrmann Rudolf Wendroth..... | 39 |
| Porto Alegre, vista desde a margem oeste do Guaíba. 1852.Herrmann Rudolf Wendroth..... | 40 |
| Vista parcial do Porto de Rio Grande. Alegre. 1852. Herrmann Rudolf Wendroth..... | 40 |
| Fronteira de águas do rio Jaguarão, a leste e oeste da cidade..... | 41 |
| Ilha do Fanfa, no rio Jacuí..... | 41 |
| <i>Campanha de fins de 1836. Mappa de Almeida</i> | 42 |
| Vila de Jaguarão. Plano de 1853..... | 42 |
| D. Pedro II, em 1850..... | 43 |
| Tito Lívio Zambecari..... | 43 |
| Garibaldi..... | 44 |
| Frutuoso Rivera..... | 44 |
| José Joaquim de Andrade Neves..... | 45 |
| Gustavo Adolpho de Aguilar Pantoja..... | 46 |
| Ulhoa Cintra..... | 47 |
| Domingos José de Almeida..... | 47 |
| Luiz José Ribeiro Barreto..... | 48 |
| David Canabarro..... | 50 |
| Antonio Peregrino Maciel Monteiro, barão de Itamaracá..... | 51 |
| Cândido Baptista de Oliveira..... | 52 |
| Caetano Maria Lopes Gama, visconde de Maranguape..... | 53 |
| José Gervásio Artigas. Juan Manuel Blanes..... | 54 |
| Andrés Lamas..... | 54 |
| Manuel Oribe..... | 55 |
| Antônio Vicente da Fontoura..... | 57 |
| Saturnino de Souza e Oliveira..... | 61 |
| Manoel Carvalho de Aragão e Silva..... | 62 |
| <i>Mapa do Continente. Da Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro, até a Ilha de Santa Catarina</i> | 67 |
| Território questionado por Artigas e Rosas. Tau Golin. NDH-PPGH-UPF..... | 67 |
| <i>Mappa Corographico da Capitania de S. Pedro.</i> 1801. José de Saldanha..... | 68 |
| Campanhas militares de Artigas contra Buenos Aires e o Reino Unido..... | 69 |
| Representação do êxodo do povo oriental para Entre Rios. 1811..... | 69 |
| Protetorado de José Artigas..... | 70 |

| | |
|---|-----|
| Detalhes da representação do êxodo do povo oriental. 1811..... | 70 |
| <i>Divisão de Voluntários Reais</i> . 1816. DEBRET, Jean Baptiste..... | 70 |
| 1817. Ocupação de Montevideu pelas tropas portuguesas. Juan Manuel Blanes..... | 71 |
| <i>Carta da Província de Buenos Aires</i> . 1824. A. Arrowsmith..... | 71 |
| 1825. O juramento dos Trinta e Três Orientais para libertar a Banda Oriental. Juan Manuel Blanes..... | 72 |
| Combate naval no Rio da Prata. 11 de abril de 1826. Óleo de Manuel Larravide. | 72 |
| Almirante Guillermo Brown. Óleo de Henry Herve..... | 72 |
| 1826. Porto e cidade de montevidéu..... | 72 |
| Guerra da Cisplatina..... | 73 |
| 1828. Cabildo de Montevideu. Aquarela de D´Hastrel..... | 73 |
| Atual Rio Grande do Sul durante a Revolução Farroupilha. Teatro da Guerra..... | 74 |
| <i>Mapa do Rio Grande do Sul</i> . 1939. Tito Lívio Zambecari..... | 75 |
| <i>Mapa do Teatro da Guerra</i> . Província do Rio Grande de São Pedro. 1839..... | 75 |
| Rota da chalupa Seival até Laguna. Augusto Chagas..... | 76 |
| Estaleiro farroupilha no rio Camaquã..... | 76 |
| Estância do Cristal. Propriedade de Bento Gonçalves..... | 77 |
| Combate do Rio Pardo. 30 de abril de 1938..... | 77 |
| 1841. <i>Carta geografica del Estado Oriental del Uruguay y posesiones adyacentes</i> : trazada segun los documentos mas recientes y exactos / publicada bajo la direccion del Sor. A. Roger, cônsul de Francia dedicada al Exmo. Sor. presidente gal. dn. Fructuoso Rivera..... | 78 |
| Fronteira de São Borja durante a Guerra Civil. 1841. Visconde de São Leopoldo..... | 79 |
| Fronteira de Alegrete durante a Guerra Civil. 1841. Visconde de São Leopoldo..... | 79 |
| Fronteira do Quaraí durante a Guerra Civil. 1841. Visconde de São Leopoldo..... | 79 |
| Fronteira de Jaguarão durante a Guerra Civil. 1841. Visconde de São Leopoldo..... | 80 |
| Fronteira da lagoa Mirim e Chuí na Guerra Civil. <i>Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul</i> . Visconde de São Leopoldo. Confeccionado pelo geógrafo TH-Duvotenay. 1841..... | 80 |
| Detalhe da fronteira no mapa ofertado a Riveira em 1841..... | 81 |
| Mapa da fronteira Brasil – Uruguai. Itamaraty..... | 81 |
| Felipe Arana..... | 82 |
| Ernesto Ferreira França..... | 83 |
| Paulino José Soares de Souza..... | 83 |
| Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba..... | 84 |
| Tomás Guido..... | 86 |
| Conde de Caxias..... | 95 |
| Coronel Félix Vieira..... | 99 |
| Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná..... | 101 |
| Justo José de Urquiza..... | 106 |
| Frutuoso Rivera conversando com campesinos. Litografia, 1842..... | 117 |
| <i>Mappa chorographica da provincia de St^a. Catharina, parte da Pa. de S. Paulo e da Pa. de Rio Grande do Sul e parte da república do Paraguay</i> / pelo Major Engenheiro Charles van Ledes; gravé par J. Collon. Bruxelas (Bélgica) : Cia Belgo-Brasileira de Colonização, 1842..... | 117 |
| 1842. Porto de Montevideu. Adolphe d'Hastrel..... | 118 |
| 1841. Rio da Prata. Porto de Buenos Aires. Aquarela de Durand Brager..... | 118 |
| <i>Batalla de la Vuelta de Obligado</i> . 20 de noviembre de 1845, rio Paraná..... | 118 |
| 1843. Combate de Ponche Verde. Guerra Civil na província do Rio Grande..... | 119 |
| 1843. Cerco da Segunda Divisão Imperial em São Gabriel..... | 119 |

| | |
|--|-----|
| 1846. <i>Carta Topográfica de ella [Republica Oriental del Uruguay]</i> dedicada a Manuel Oribe. Jose Maria Reyes..... | 120 |
| <i>Plano topográfico de la ciudad y cercanias de Montevideo: en el que se demuestra las posiciones de las fuerzas de la plaza y las del ejército sitiador / levantado por el agrimensor D. Pedro Pico. 1846.....</i> | 121 |
| Defensores de Montevideú. Johann Moritz Rugendas..... | 121 |
| Exército brasileiro. Prisão de mercenários “alemães”. Pelotas, Rio Grande do Sul. 28 de julho de 1851. Herrmann Rudolf Wendroth..... | 122 |
| Acampamento e embarque portuário das tropas brasileiras. 1851. Herrmann Rudolf Wendroth..... | 122 |
| Marcha da infantaria brasileira, com o pelotão de mercenários alemães, na campanha contra Rosas. 1851. Herrmann Rudolf Wendroth..... | 122 |
| 1851. Perspectivas do Porto de Rio Grande, RS. Herrmann Rudolf Wendroth..... | 123 |
| 1850. Residência de Juan Manuel de Rosas em San Benito de Palermo. Detalhes. Guarda de jardineiros galegos. Quadro a óleo de Carlos Sivori..... | 124 |
| Quinta de Rosas em Palermo. Óleo de F. Fortuny..... | 124 |
| Antônio Paulino Limpo de Abreu..... | 127 |
| <i>Estancieiro de Buenos Aires</i> | 129 |
| Domingo Faustino Sarmiento..... | 130 |
| <i>Gaicho de Buenos Aires</i> . Aquarela de R. Monvoisin..... | 130 |
| Facundo Quiroga..... | 131 |
| Estancieiro de Buenos Aires, com o chaleco federal. | 133 |
| Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, visconde de Jequitinhonha..... | 134 |
| John Pascoe Grenfell..... | 136 |
| Bartolomé Mitre..... | 137 |
| General Manuel Luiz Osório, visconde de Herval..... | 138 |
| Manuelita Rosas. Prilidiano Pueyrredón..... | 139 |
| <i>Oficial do exército de Rosas</i> . Pintor anônimo..... | 140 |
| <i>Sentinela de Rosas</i> . Óleo de Gabriel Roncena..... | 141 |
| <i>Soldado federal</i> . Johann Moritz Rugendas..... | 141 |
| Quinta de Rosas em Palermo. Óleo de F. Fortuny..... | 142 |
| Charge jocosa debochando das reuniões “políticas” dos “patriotas” rosistas..... | 142 |
| Fuzilamentos coletivos dos prisioneiros opositores de Rosas, em San Nicolas. A. Ballerini..... | 142 |
| <i>Soldado de Rosas e sua mulher</i> . Jean Leon Pallière..... | 143 |
| <i>Eusebio de la Santa Federación</i> . Óleo de Martin Boneo..... | 143 |
| <i>Guerra contra Oribe e Rosas</i> | 143 |
| Passagem do Tonelero. Esquadra brasileira..... | 143 |
| Situação estratégica da Batalha de Caseros..... | 144 |
| Lanceiros de Urquiza. Aquarela de Jean Leon Pallière..... | 144 |
| 1852. Batalha de Caseros. Aquarela de Rangel..... | 144 |
| 1852. Carga de cavalaria. Batalha de Caseros. Óleo de Juan Manuel Blanes..... | 144 |
| 1852. Batalha de Caseros. Evocação a Urquiza..... | 145 |
| 1852. <i>Batalla de Caseros</i> . General Urquiza. Litografia de Alejandro Serheim..... | 145 |
| 1852. Batalha de Caseros. Evocação a Osório e a cavalaria brasileira..... | 146 |
| Inovação técnico-científica militar na Batalha de Monte Caseros: foguetes <i>Congreve</i> | 146 |
| 1852. <i>Batalla de Caseros. Fin del combate</i> . Óleo de Juan Manuel Blanes..... | 147 |
| Justo José de Urquiza. Juan Manuel Blanes..... | 147 |
| 1852. Entrada triunfal de Urquiza em Buenos Aires. L. Mathis..... | 147 |

| | |
|--|-----|
| Quadro histórico da batalha de Caseros, com os principais comandantes da aliança que venceu Rosas..... | 148 |
| Caxias e Osório. Quadro fotográfico..... | 148 |

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APBC-NDH-UPF, nº, pt. – Arquivo Pessoal do barão de Caxias – Núcleo de Documentação Histórica - Universidade de Passo Fundo, número, pasta.

CV– Coleção Alfredo Varela

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO:..... | 13 |
| Da guerra civil à hegemonia no Prata..... | 13 |
| 1 QUESTÕES POLÍTICAS E REIVINDICAÇÕES ARMADAS | 22 |
| (SECESSÃO): 1835 A 1836 | 22 |
| 1.1 Abdicação de D. Pedro I e instalação da Regência | 22 |
| 1.2 A sedição farroupilha..... | 24 |
| 1.3 Administração rebelde e legalista na província do Rio Grande do Sul | 30 |
| 1.4 Proclamação da República Rio-Grandense | 35 |
| 2 DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE AO GOLPE DA MAIORIDADE | 44 |
| (1836-1840) | 44 |
| 2.1 O combate da ilha do fanfa e a organização da República Rio-Grandense..... | 44 |
| 2.2 Organização administrativa legal da província | 50 |
| 2.3 Líderes platinos na 1ª metade da guerra civil farroupilha | 55 |
| 2.4 Os escravos “farroupilhas” | 59 |
| 2.5 Tentativa dos farroupilhas de romper o isolamento (tomada de Lages e Laguna)... | 61 |
| 2.6 O Golpe da Maioridade | 65 |
| 3 GABINETE CONSERVADOR E A VITÓRIA SOBRE OS FARROUPILHAS (1840-1845)..... | 83 |
| 3.1 Política exterior do Brasil imperial: passagem da fase neutralista para intervencionista..... | 83 |
| 3.2 Início do declínio farroupilha | 90 |
| 3.3 Estratégia militar de Caxias na contenção da guerra civil farroupilha | 97 |
| 3.4 Contradições de Bento Gonçalves e as divergências farroupilhas | 111 |
| 3.5 Pedido de perdão e anistia | 115 |
| 4 O PERIGO ALÉM-FRONTEIRA E A HEGEMONIA DO PRATA (1845-1852) .. | 126 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 150 |
| FONTES | 157 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 167 |
| ANEXO | 171 |

INTRODUÇÃO: Da guerra civil à hegemonia no Prata

Este trabalho começou com o objetivo de investigar as relações do Império do Brasil e dos farroupilhas com os países do Prata. Observa-se que as relações das lideranças farroupilhas com os países platinos foram mantidas pelas necessidades estruturais e militares da continuação da guerra civil farroupilha. Os contatos estabelecidos pelo Império do Brasil com o Prata sugerem ter sido justificados pela intenção de debelar a discórdia na província do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1835 a 1845. Estudos também demonstram que a mobilização política e bélica daquele contexto possuía algumas conexões com a ambiência platina e internacional. A pesquisa, entretanto, não foi finalizada na pacificação do conflito, em 1845, e sim no ano de 1852. O prolongamento temporal da pesquisa deveu-se à importância de demonstrar a transição da política externa do Brasil imperial em relação ao Prata, culminando com a guerra contra Juan Manuel de Rosas, finalizada na Batalha de Monte Caseros, em 3 de fevereiro de 1852. Na guerra civil, evidenciou-se aos monarquistas o perigo de governos não alinhados no suporte de movimentos rebeldes, principalmente com a suposição de ideários republicanos.

Além do enfoque dado à questão da guerra civil farroupilha, no âmbito da geopolítica da América do Sul, outros dois temas fizeram-se necessários no trabalho. As revoltas liberais no Brasil foi um deles, pois foram intensamente combatidas pelo Gabinete Imperial, que objetivava atingir a unidade nacional, pretendida principalmente após a maioria de D. Pedro II em julho de 1840. As divergências internas entre as lideranças farroupilhas foi outro tema inserido no trabalho, já que frequentemente os rebeldes assumiam tendências dissonantes, motivadas para atender a interesses pessoais e políticos. Segundo o historiador Tau Golin, os farroupilhas formaram três partidos, “a maioria monarquista-militar, a oposição monarquista-liberal e a minoria republicana separatista” (1989). Invariavelmente, conforme análise das fontes e da bibliografia, as lideranças dessas tendências procuravam manter relações com segmentos políticos e econômicos no Prata, via representações governamentais ou pessoais.

O historiador Moacyr Flores afirma que os farroupilhas pretendiam uma federação¹ de províncias autônomas e não a separação. Somente a minoria republicana separatista pretendia a separação desde o início.² A proposição autonômica dos farroupilhas por diversas vezes assumiu um discurso “sob a capa conceitual de algum tipo de federação que relacionasse a província ou a nova república com outras províncias brasileiras ou repúblicas do Prata” (KLAFKE, 2011, p. 165). Este modelo de federação, que muitas vezes sugeria a confederação, já que propunha ligar-se a outros Estados independentes, provocava no Império a acusação de que os farroupilhas pretendiam associar-se aos líderes platinos da fronteira, ou caudilhos, como muitas vezes eram chamados.³

O discurso legalista, na tentativa de deslegitimar o movimento dos rebeldes, relacionava “a defesa do federalismo com o rompimento dos laços que uniam os brasileiros de todas as províncias” (KLAFKE, 2011, p. 176), defendendo a monarquia como elemento unificador, como símbolo de poder e estabilidade. Todavia, os princípios federalistas dos farroupilhas, como avalia o historiador Cesar Guazzelli, foram bastante contraditórios e com uma excessiva centralização do poder nos comandantes militares da revolta. Com rígidos critérios censitários, de maneira nenhuma, pretenderam ampliar a cidadania. “Em nome da liberdade individual e da autonomia elaborou-se um modelo conservador, reforçando ainda mais as relações de dominação na província” (GUAZZELLI, 1997, p. 52).

As relações supra-nacionais e regionais das lideranças farroupilhas e dos representantes do Império do Brasil entre os governantes/líderes platinos ainda é um assunto pouco tratado na historiografia. O método em que o assunto foi abordado partiu da análise de parte da bibliografia existente sobre a guerra civil farroupilha e das fontes históricas que evidenciaram a existência dessas relações. As correspondências emitidas pelas personalidades brasileiras e platinas foram analisadas nas seguintes fontes:

¹ Os farroupilhas entendiam a federação como a união de Estados associados com um poder central, onde tais Estados conservavam sua independência respectiva, respeitando, porém, certas medidas de interesse comum, como, por exemplo a política diplomática. Ver: FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 469p. (Coleção História, 54), p. 326-327.

² Para Moacyr Flores, o termo *farroupilha* designa os que querem a federação. O Brasil era um Estado unitário, e *farroupilha* quer dizer pedaço, retalho, no sentido de que são pedaços no sistema político brasileiro de Estado centralizado. Ver: Entrevista Moacyr Flores, historiador. *Zero Hora*, Porto Alegre, 26 de maio de 2012.

³ Na concepção do Império, caudilho era o chefe de bando que exercia liderança em várias áreas de influência, rivalizando com a autoridade do Estado. Sua presença foi comum na América Latina, especialmente durante o século XIX. *Dicionário histórico argentino*. Emecé, 1990. I.S.B.N.: 950-04-0938-0.

Coleção Varela (Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul); *Arquivo Pessoal do Barão de Caxias* (Núcleo de Documentação Histórica-PPGH/UPF/Arquivo Histórico do Rio de Janeiro); volumes da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática* e nos *Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na sexta, sétima e oitava legislatura.

Através da bibliografia e fontes disponíveis sobre o tema, foi possível perceber que sem as alianças efetivadas pelas lideranças farroupilhas no espaço platino teria sido praticamente impossível permanecer com a guerra civil. Durante uma década, os produtos recebidos pelo Prata, como armamentos e cavalaria, abastecendo as tropas rebeldes, foram cruciais para a sobrevivência da República Rio-Grandense (1836-1845).

O Império do Brasil, no que indicou a pesquisa, procurou relacionar-se com os países platinos, durante o período da guerra civil, com o objetivo de obstar as relações existentes entre estes e os sublevados sul-rio-grandenses. Conforme a análise das correspondências das fontes utilizadas, o governo imperial acreditava que a interrupção desses contatos favoreceria o desfecho da insurreição farroupilha. Sugere-se que após o desfecho da revolta, em 1845, o Império continuou a considerar perigosas as influências e as intenções dos líderes/governantes platinos, passando a combatê-los a fim de assegurar a hegemonia do Brasil na América Meridional.

As alianças firmadas entre estes três vértices – Império, Farroupilhas e Prata –, por muitas vezes, desfizeram-se ou não se concretizaram oficialmente. É importante compreender, através da confecção deste trabalho, como se dava a procura por essas interações diplomáticas. Foi priorizado, na presente pesquisa, o Ministério da Justiça e do Exterior, principal responsável pela realização ou tentativas de efetivação desses contatos.

A investigação das relações do Império do Brasil e dos farroupilhas com os países do Prata insere-se no âmbito de questões relativas às relações internacionais. Neste contexto, como observa Krippendorff “é o estudo de uma época histórica específica – de uma época caracterizada pela globalização das relações sociais” (1978). A dimensão histórica que o conceito de relações internacionais adquire é o de apreensão das próprias estruturas e contradições que uma determinada época histórica se caracteriza. A aproximação das relações internacionais e a história fez-se pela primeira vez, “ao longo dos séculos XVIII e XIX” (RECKZIEGEL, 1999, p. 16), na época em que era analisado o sistema de evolução das grandes potências mundiais, pertencentes

ao continente europeu. Para a historiadora Ana Luiza Reckziegel, foi posteriormente à “Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que se fortaleceu a consciência do que seria a história das relações internacionais” (1999), passando a ser reconhecida como disciplina científica, analisando a história através de enfoques teóricos e metodológicos próprios.

Teorizar o conceito de relações internacionais é praticamente impossível, a não ser quando esta tentativa parte do “capitalismo – como formação revolucionária e de novo tipo do ponto de vista histórico e qualitativo – possuem valor explicativo” (KRIPPENDORFF, 1978, p. 26). A revolução capitalista, mesmo que anteriormente ocorressem contatos inter-continentais, fez, pela primeira vez, do mundo um sistema social coesionado das suas partes até então desenvolvendo-se cada uma por si e autonomamente. Entretanto, não se pode dizer que cada conflito bélico ou manobra diplomática possa ser interpretado sob a ótica da valorização do capital, isso seria insuficiente. Dessa forma, reduziria-se a variedade das mediações que se desenvolvem no contorno das relações internacionais, privando-nos de sua complexidade. A elaboração de uma teoria completa das relações internacionais, conforme Krippendorff, nunca poderia ignorar os participantes concretos dessa interação, sendo concebida como uma possibilidade emancipadora, desenvolvida através de suas contradições.

Historicamente, na região da Bacia do Prata⁴, aconteciam incursões entre os territórios, onde questões políticas perturbavam os grupos partidários das partes da fronteira. Os limites convencionados pelas fronteiras estatais não isolavam, na prática, as populações, “os homens tinham amigos e inimigos, aliados e adversários, e tais influências não se continham dentro das linhas legais, ou seja, ultrapassavam as fronteiras” (RECKZIEGEL, 1999, p. 63). Os conflitos, revoltas ou revoluções também obedeciam essa lógica, alastrando-se pelos limites da fronteira, na procura de auxílio e apoio no que precisassem. Talvez essa dinâmica ocorresse em vista de que na região do Prata⁵ os estados ainda não haviam se constituído em unidades nacionais plenamente consolidadas. Era comum que integrantes das classes dominantes de países recém-constituídos possuíssem propriedades em outros países e, por isso, “buscavam ser respaldados por seus governos ante as situações conflitivas que se multiplicavam” (RECKZIEGEL, 1999, p. 68). Não era estranho que se formassem alianças entre facções de territórios distintos contra o governo institucional de determinada região.

⁴ A Bacia do Prata abarca territórios do Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai.

⁵ Todos os países pertencentes à região do Prata conquistaram a independência na primeira metade do século XIX. A Bolívia em 1809; o Paraguai em 1811; a Argentina em 1816; o Brasil em 1822 e o Uruguai em 1828.

Aliás, o campo da política internacional, como sugere Amado Cervo, não obedece necessariamente o âmbito da “racionalidade intrínseca da história ou das fatalidades” (1992). É preciso, portanto, ir além da dicotomia entre causas e efeitos, buscando a inteligibilidade da ação humana no tempo.

A importância do Rio Grande do Sul para as potências do Prata era indiscutível. Caso ele se tornasse livre e autônomo para “formar suas próprias associações como nação independente da Bacia do Prata, abriria muitas possibilidades de novas alianças e o fortalecimento das já existentes” (LEITMAN, 1979, p. 51). Uma aliança com a província de Entre Rios e Corrientes, e o Uruguai, poderia causar transtornos ao poderio político e econômico de Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires. Unido com o Uruguai, influenciaria na manutenção de sua independência. Associado ao Paraguai, também auxiliaria em sua soberania e faria oposição à expansão da Confederação Argentina, liderada por Rosas. Por outro lado, a independência do Rio Grande do Sul seria vantajosa para Buenos Aires, podendo servir “como um tampão adicional contra os desígnios imperialistas do Brasil” (LEITMAN, 1979, p. 52). Outras combinações poderiam ser feitas, entretanto, sob qualquer ângulo, um Rio Grande do Sul independente expressaria um Brasil mais enfraquecido. Sendo assim, uma possível internacionalização do conflito farroupilha ocasionaria ainda mais prejuízos para o Império do Brasil do que se ele permanecesse interno.⁶

A partir da ótica do Prata, o movimento republicano conseguira, por fim, fragmentar o poderoso Império. Diversos projetos de poder foram concebidos. Dentre eles, as conversações para a formação de uma Confederação, constituída pelo Rio Grande, Santa Catarina, Uruguai e mesopotâmia argentina. E até o final do movimento insurrecional, o Uruguai e as províncias argentinas procuraram instrumentalizar os farrapos na disputa com o Império (GOLIN, 2002, p. 343).

A abordagem das relações sociais e conseqüentemente internacionais entre Império, Farroupilhas e Prata é essencial para a compreensão do fenômeno da guerra civil farroupilha em sua conexão com a política exterior do Império do Brasil. A caracterização de suas relações como devidamente *internacionais* se dá pelo fato de que

⁶ Para o historiador Álvaro Klafke, os defensores do Império temiam pela internacionalização da guerra civil farroupilha. A Imprensa legalista no Rio Grande do Sul abordava criticamente a possibilidade disso vir a acontecer, principalmente pela denúncia de estrangeiros que estariam aliados aos farroupilhas. Ver: KLAFFE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. (Tese de doutorado), p. 236-237.

se interpõe entre elas o fenômeno das fronteiras estatais. Conforme Reckziegel, “o conjunto das transações ou de fluxo que atravessam as fronteiras, estatal ou não-estatal, seria o bastante para configurar um relacionamento do tipo internacional” (1999). A guerra civil farroupilha, portanto, só será apreendida em sua complexidade quando fosse vislumbrada através de um *olhar* que capturasse suas ligações com as demais partes que compõe o seu todo. Isto é, as questões relativas às relações internacionais, só seriam compreendidas quando confrontadas com a “complexidade intrínseca do fato histórico” (RECKZIEGEL, 1999, p. 16). Considerar a guerra civil farroupilha delimitada somente na espacialidade bélica (dimensão política nacional) e ignorar o contexto das relações *além-fronteiras* que a permearam seria extremamente prejudicial para o entendimento de sua dinâmica histórica.

O conceito de relações internacionais pode, em termos gerais, ser utilizado por alguns critérios. O critério em que este trabalho se fundamentou foi o que define as relações internacionais como interações “entre grupos de poder detentores de primazia política, econômica, ideológica, cultural, jurídica e/ou militar” (RECKZIEGEL, 1999, p. 15). O complexo relacional internacional que se instituiu entre os grupos (lideranças farroupilhas, o Prata e o Império): resultou em cenários político-militares forçados pelo grupo que detinha maior poder de domínio. Ou seja, o desfecho destas relações culminou com o êxito do grupo que soube articular a diplomacia combinada com as operações bélicas, resultando na hegemonia do Império do Brasil na América Meridional.

A estrutura do trabalho foi dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, *Questões políticas e reivindicações armadas da Secessão (1835-1836)*, iniciou-se pela conjuntura política do Brasil Império, que atravessava um período de turbulência com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, e a instalação do governo das Regências. O centro do debate político passou pelos temas da centralização e descentralização do poder e consequentemente sobre o grau de autonomia das províncias. A promulgação de leis que permitiram maior autonomia ao poder legislativo, como a de 12 de outubro de 1832, que transformou os conselhos provinciais em assembleias legislativas provinciais, e o ato adicional de 1834, que ampliou as atribuições das províncias e de seus parlamentos, não foi suficiente para apaziguar os ânimos dos liberais exaltados, entrando em divergência, inclusive, com os liberais regenciais. Essas medidas acabaram resultando em conflitos entre as facções das elites

provinciais, interessadas na predominância de seus interesses, e que dependiam das conexões com o centro de poder.

A eclosão do movimento farroupilha, pode-se dizer que proveio, em parte, pela insatisfação de segmentos locais com o governo regencial sob hegemonia de facções liberais. Pesado sistema de impostos, desvios de recursos, taxaço de gado na fronteira e altas taxas sobre a exportação do charque, além da articulação de um projeto para taxar a terra⁷, eram as principais queixas de setores oligárquicos e exportadores na província do Rio Grande do Sul. A insatisfação com a administração do presidente provincial Antônio Rodrigues Fernandes Braga contribuiu para o estopim da guerra civil, em 20 de setembro de 1835. Contudo, desde o fim da Província Cisplatina, como parte do Império do Brasil, em 1828, alguns chefes militares sul-rio-grandenses haviam sido prejudicados economicamente com a perda do importante território que se transformou na República Oriental do Uruguai. Desde então, alguns líderes provinciais reuniam grupos que passaram a confrontar os presidentes da província, nomeados pelo governo imperial. Ideias ainda imprecisas de federalismo e república agitaram a província, estimulando os propósitos sediciosos que acabaram resultando na guerra civil farroupilha. A proclamação da República Rio-Grandense é outro fato que merece atenção, pois pelas pesquisas realizadas, pode estar relacionada com os contatos estabelecidos com os líderes/governantes platinos.

No segundo capítulo, *A República Rio-Grandense ao Golpe da Maioridade (1836-1840)*, foram abordadas as iniciativas administrativas da recém instalada República Rio-Grandense, em partes fragmentadas do território, através da composição de seus ministérios e da expedição de seus decretos. A sucessiva troca de presidentes provinciais do governo legalista também foi explorada, como também as tentativas de pacificação originadas pelo Império. Índícios de auxílios às tropas farroupilhas dos líderes orientais foram encontrados na pesquisa deste trabalho e relatados neste capítulo. Acontecimentos relevantes e suas implicações na guerra civil foram tratados, como o combate da ilha do fanfa, em 1836, que resultou na prisão de Bento Gonçalves, presidente interino da República Rio-Grandense, na conquista por parte das forças rebeldes de Lages e Laguna e na conseqüente retomada de territórios estratégicos pelas forças legalistas. A maioridade de D. Pedro II, em 1840, foi uma tentativa por parte do

⁷ A insubordinação contra a taxaço da terra representa a perspectiva conservadora dos farroupilhas na defesa de privilégio colonial, em contradição com as nações monarquistas constitucionais e republicanas.

governo imperial de fortalecimento do Poder Central, que, conforme leituras preliminares, era a única forma de pacificar as províncias rebeladas naquele momento, inclusive as áreas sob domínio farroupilha no Rio Grande. As formas de alcançar as pacificações continuaram a ser efetivadas pelos contatos formais e oferecimento de anistias. Entretanto, após 1840, o Império seria mais rígido em suas ações, reforçando as tropas militares e as milícias locais, combatendo os rebeldes de forma mais incisiva.

No terceiro capítulo, *Gabinete Conservador e a vitória sobre os farroupilhas (1840-1845)*, a transição da política externa brasileira de uma postura neutralista para intervencionista, a partir de 1843 foi descrita. O receio por um possível isolamento do Brasil em relação ao desenvolvimento dos países do Prata, especialmente pelos que formavam a Confederação Argentina, constituiu-se no principal motivo, segundo as fontes e bibliografias disponíveis, para uma reviravolta da definição da política externa platina. Sugere-se que a guerra civil farroupilha foi crucial para o entendimento desta política externa, porque, muitas vezes, as ações diplomáticas do Império traçavam-se com o objetivo de pôr termo ao conflito rebelde. Os contatos entre os rebeldes e o Prata continuaram nesse período temporal, principalmente com Frutuoso Rivera, onde encontraram-se mais indícios durante o desenvolvimento deste capítulo.

Além disso, grupos distintos de insurretos tinham preferências de alianças externas diferentes. A definição da aliança oficial farroupilha por Rivera, afastando-se de Oribe e Rosas, com forças reais para de fato independizar a região territorial da província sulina, ou sustentar por mais tempo a facção rebelde, de certa forma diminuiu o temor imperial e levou os rebeldes ao isolamento. Foi nesse período também que as condições militares dos farroupilhas começaram a se deteriorar, enquanto o exército e marinha legalista reforçavam suas tropas e aumentavam a adesão rio-grandense ao Império. O equilíbrio bélico entre imperiais e farroupilhas ocorreu somente até 1840. Após, conforme as leituras realizadas, houve superioridade imperial.

Em 1842, o governo central reprimiu as revoltas liberais ocorridas em São Paulo e Minas Gerais. O barão de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, combateu com eficácia estes conflitos provinciais. Os sucessos das investidas de Caxias fizeram com que o imperador o nomeasse comandante-em-chefe e presidente da província do Rio Grande do Sul, em setembro de 1842. A estratégia montada por Caxias para a pacificação consistiu na reorganização do exército legalista, dos milicianos dos sistemas de defesa das cidades, e na busca pelo entendimento com os governos platinos, além do instigamento às divergências entre os líderes farroupilhas.

A farta documentação, contendo planos militares, relatórios, ofícios etc., presentes no *Arquivo Pessoal do Barão de Caxias* (Núcleo de Documentação Histórica-PPGH/UPF/Arquivo Histórico do Rio de Janeiro), entre os anos de 1842 a 1846, foi fundamental para a percepção do modo como Caxias derrotou militarmente os farroupilhas e saiu vitorioso na tarefa de pacificação da província do Rio Grande do Sul.

O detalhamento da geopolítica e das ações imperiais que predominaram após 1843, com o acirramento da oposição à Confederação Argentina, personificada na figura de Juan Manuel de Rosas, também foi analisado. A revolta no Rio Grande do Sul, inclusive, foi um dos motivos de se avaliar as relações com o Prata, abandonando a posição neutralista da diplomacia brasileira. O acordo que pôs termo ao conflito farroupilha passou por negociações que visaram impedir as proteções dos líderes platinos aos rebeldes, principalmente por intermédio de Caxias.

No quarto capítulo, *O Perigo Além-Fronteira e a Hegemonia do Prata (1845-1852)* foi percebida a intenção do Império do Brasil em conquistar os ex-rebeldes após o desfecho da insurreição em 1845 e mantê-los como aliados. Pode-se inferir que esse objetivo foi expresso na maneira com que a negociação da pacificação da revolta foi encaminhada pelo governo central. Praticamente todas as condições apresentadas pelos antigos inimigos foram atendidas com o propósito de incorporar os ex-rebeldes nos projetos intervencionistas do Império no Prata. A hegemonia do Brasil sobre a região do Prata foi conquistada em 1852 com a derrota de Rosas. O auxílio dos ex-insurretos de 1835, aliados neste contexto ao Império, foi bastante importante para a obtenção dessa façanha.

1 QUESTÕES POLÍTICAS E REIVINDICAÇÕES ARMADAS (SECESSÃO): 1835 A 1836

1.1 Abdicação de D. Pedro I e instalação da Regência

A guerra civil farroupilha iniciou sua ofensiva em 1835, quando, em setembro, os farroupilhas invadiram a cidade de Porto Alegre e depuseram o presidente da província do Rio Grande do Sul, Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Nesse primeiro momento, o Império não percebeu a insurreição sul-rio-grandense como algo preocupante, tanto que durante o primeiro ano da revolta, a transferência de efetivos do exército para a província não atingiu mil soldados. O enfrentamento era realizado pelos rio-grandenses defensores do poder central. Além disso, os farroupilhas constituíam uma tendência mais exaltada dos liberais, cujos correligionários constituíam o gabinete liberal, e “o regente Diogo Antônio Feijó era chefe do partido farroupilha em São Paulo” (FLORES, 1984, p. 40).



Regente Diogo Antônio Feijó.
Fonte: Itamaraty.

Desde 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicara do trono. Foi residir na França, como hóspede especial do rei Luís Filipe de Orleans, sogro de sua filha Francisca. A abdicação do imperador em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, na época com apenas 5 anos de idade, pode ser justificada como uma tentativa de pacificação das agitações provocadas pelos liberais farroupilhas em todo o país, evitando, dessa forma, a revolução. O Brasil passaria então ao governo das Regências.

No período regencial, a unidade territorial do país foi abalada. O centro do debate político, segundo a historiadora Miriam Dolhnikoff, foi marcado por diferentes projetos que refletiam a diversidade de interesses e de concepção da elite dirigente. O clientelismo constituía a trama de ligação da política no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo ato político (GRAHAM, 1997, p. 15), não havendo distinção entre o poder público e o poder privado. O arranjo institucional que saíria

vitorioso, conforme Dolhnikoff, seria o projeto que fizesse a defesa da federação⁸, de um modo que garantisse às elites provinciais a participação efetiva no processo decisório das instâncias do poder:

Não que uma nação para existir tenha que ser necessariamente homogênea, mas no momento de sua construção, quando os laços entre essas regiões eram tênues, a unidade estava condicionada à capacidade de acomodar elites que tinham como prioridade o atendimento de suas demandas, de modo que encontrassem espaço para negociar recursos e políticas que atendessem a seus interesses específicos. Por isso, um regime centralizado como o do Primeiro Reinado, que submetia cada uma dessas províncias às decisões emanadas do Rio de Janeiro, não lhes parecia aceitável. E, nesse sentido, a abdicação de d. Pedro I em 1831 abria o caminho para a implementação de um novo projeto de Estado que combinasse unidade com autonomia provincial e participação das elites provinciais no centro de decisões (DOLHNIKOFF, 2005, p. 25).

A implantação da Regência, durante a menoridade de Pedro II, “abriu caminho a um ciclo de inovações legislativas de cunho democrático” (FRANCO, 2004, p. 12). Com a lei de 12 de outubro de 1832, foi permitido transformar os conselhos provinciais em assembleias legislativas provinciais. Anteriormente, esses conselhos possuíam atribuições limitadas, excluindo-se o poder de legislar. Suas resoluções eram encaminhadas ao Poder Executivo central, por intermédio do presidente da província, e, caso a Assembleia Geral do Império estivesse funcionando, eram convertidas em projetos de lei. Particularmente, o Conselho Provincial do Rio Grande do Sul era integrado por personalidades importantes da região, dentre elas, participantes da futura insurreição farroupilha. Um exemplo é João de Santa Bárbara, o Padre Chagas, que viria a ser o vigário-geral da República Rio-Grandense (1836-1845). Com tal reforma constitucional, delineou-se no país uma disposição que permitiu que “as elites de cada parte do imenso território pudessem levar a cabo os cuidados com seus negócios e interesses sem uma excessiva intervenção do governo central, aglutinava monarquia e federação” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 55). Sendo assim, foi permitido o exercício da

⁸ Na visão de Miriam Dolhnikoff, o modelo político implementado no país a partir de 1834 continha elementos centrais de um modelo federativo, embora não tenha sido possível estabelecer uma federação plena. As reformas liberais da década de 1830 eram muitas vezes descritas como federalistas. O próprio projeto aprovado na Câmara em 1832 iniciava com a afirmação de que o Brasil era uma monarquia federativa. Na visão de Miriam, portanto, monarquia não era incompatível com federalismo, pois houve constante negociação entre os governos provinciais e governo central, condição primordial para a manutenção da unidade de todo o território da América lusitana sob um único Estado. Ver: DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 285-292.

autonomia provincial, principalmente através das assembleias legislativas provinciais, garantindo às elites de cada província a capacidade de gerir e atender suas principais demandas.

A lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, o ato adicional de 1834, ampliou ainda mais as atribuições das províncias e de seus parlamentos. Dessa forma, as assembleias legislativas provinciais poderiam elaborar leis sobre assuntos civis, judiciais e eclesiásticos, antes de competência exclusiva da Corte. “Este ato era a tentativa dos liberais moderados (chimangos) que estavam no poder regencial, de contentarem os liberais exaltados, sem descontentarem os conservadores” (FLORES, 1984, p. 30). Tal procedimento legal contentou os liberais, mas os farroupilhas queriam ainda mais autonomia política, com a possibilidade de eleger seu presidente, elaborar suas leis e conservar os impostos recolhidos na província. Por outro lado, os conservadores temiam o excessivo empenho dos liberais com o poder local, comprometendo a unidade territorial. Muitas medidas políticas, as quais o governo regencial sancionou, com o objetivo de ocasionar “alguma flexibilidade ao sistema político e garantir as liberdades individuais acabaram resultando em violentos choques entre as elites e no predomínio do interesse de grupos locais” (FAUSTO, 2002, p. 162). E na província do Rio Grande do Sul a disposição desta mesma lógica, dentro da elite local, não foi diferente como em outras províncias do Brasil.

Ao organizar a distribuição das rendas entre o governo central e as províncias, bem como conceder alguma autonomia às assembleias provinciais, os regentes acabaram incentivando as disputas entre as elites regionais pelo controle das províncias. Exemplos concretos disso foram as revoltas liberais no período regencial. Após o ato adicional de 1834, ocorreram a Cabanagem, no Pará (1835-1840), a Sabinada na Bahia (1837-1838), a Balaiada no Maranhão (1838-1841) e a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845). Apesar de não terem um programa unificado, a questão da federação, com diferentes concepções, estava presente em todas elas.

1.2 A sedição farroupilha

As queixas dos setores descontentes do Rio Grande do Sul contra o governo central, que de alguma forma contribuíram para a eclosão do movimento farroupilha, eram muitas, a exemplo de um sistema de pesados impostos a que a província era submetida. A sistematização do desvio de recursos provenientes de outras províncias a

fim de socorrer as províncias que não podiam arcar com todas as suas despesas era vista com muita indignação. Seguidamente, o Rio Grande do Sul emitia fundos para cobrir despesas de Santa Catarina e outras regiões. Além disso, os estancieiros não concordavam com a taxaço de gado na fronteira com o Uruguai, defendendo a livre circulação dos rebanhos que possuíam nos dois países. E a articulação de um projeto de lei para taxar a terra também se convertera no pesadelo dos latifundiários. A criação da Guarda Nacional⁹ foi vista com receio pela elite sul-rio-grandense, pois uma grande parcela dela estava organizada militarmente com seus pequenos exércitos particulares.

As altas taxas sobre a exportação e a produção do charque através de escravos tornavam o produto sul-rio-grandense mais caro e sem condições de concorrer com a carne seca platina, fruto da força de trabalho assalariada e de melhor tecnologia. O charque constituía-se no principal produto de comercialização e exportação da região, que, por estas duas razões, não conseguiu concorrer com as mercadorias estrangeiras. “O charque rio-platense, com modernas técnicas de salga, mantas homogêneas e uso de mão-de-obra assalariada, era de superior qualidade e vendido por preços menores no Brasil” (FLORES, 1984, p. 13). Conforme o entendimento do historiador Spencer Leitman, o sistema fiscal do governo central, durante o tempo da Regência, favorecia os produtos estrangeiros em vez de os brasileiros. Em relação ao imposto do charque, os “rio-grandenses pagavam 25 por cento a mais do que o valor original, enquanto seus competidores platinos pagavam somente uma taxa de exportação de 4 por cento” (LEITMAN, 1979, p. 138). Além disso, o escravo, utilizado na produção do charque no Rio Grande do Sul, era um *capital fixo* que necessitava ser alimentado o tempo todo, gerando maiores gastos. No Prata, o pagamento de salários *capital variável*, era sazonal e menos custoso do que o capital fixo do escravo, possibilitando maiores lucros na produção saladeril.¹⁰

⁹ A Guarda Nacional foi criada pelo Império em 1831. Era composta por todos os homens brasileiros entre 18 e 60 anos de idade em condições de ser cidadãos ou filhos de cidadãos que pudessem votar nas eleições. Conforme o historiador André Fertig, ela se tornou um dos pilares político-institucionais de sustentação do Estado imperial brasileiro, pois auxiliou na manutenção da ordem social interna, na defesa da integridade territorial e de suas fronteiras e na tentativa de constituição de uma identidade nacional. Ver: FERTIG, André. *A Guarda Nacional Rio-Grandense: defesa do estado imperial e da Nação*. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Volume 2. Império. Coordenação Geral Nelson Boeira, Tau Golin; Diretores dos volumes Helga Iracema Piccolo, Maria Medianeira Padoin. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 71.

¹⁰ Entrevista Fernando Henrique Cardoso. Zero Hora, Porto Alegre, 01 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a3870943.xml&template=3898.dwt&edition=20320§ion=1029>. Acesso em setembro de 2012.

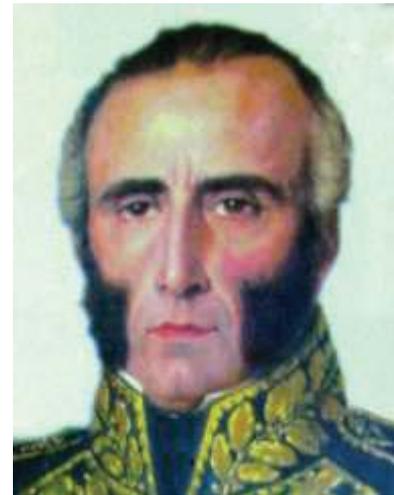


Sebastião Barreto Pereira Pinto, marechal do Império do Brasil. Autor anônimo.

Cumprindo o ato adicional, o presidente Fernandes Braga expediu às câmaras municipais as instruções para a eleição dos deputados provinciais. Em março de 1835, a Câmara de Porto Alegre proclamou os eleitos, “cuja nominata refletia a acentuada divisão então imperante nas elites rio-grandenses, como aliás ocorria entre as lideranças de todo o país” (FRANCO, 2004, p. 15). A legislatura iniciou em 20 de abril de 1835, inaugurando o legislativo provincial nessa nova configuração, tendo funcionado normalmente até 20 de junho do mesmo ano. A deflagração do movimento

farroupilha interrompeu regularmente o funcionamento do legislativo até praticamente o mês de março de 1836. Naquele período¹¹, quase todos os deputados legalistas ausentaram-se da Casa.

Em fevereiro de 1835, o marechal Sebastião Barreto já denunciava ao presidente Braga a desarmonia promovida pelo major José Mariano de Matos com o intuito de separar a província do Império do Brasil. Com essas suspeitas, Matos foi transferido do quartel da Praça do Portão, em Porto Alegre, para a cidade de Rio Pardo. Em abril de 1835, José Mariano e o major João Manuel fundaram a *Sociedade Defensora*, a qual reunia pessoas descontentes com a política do governo central e provincial. O juiz Casemiro de Vasconcelos Cirne, que processava os acusados de promoverem agitação política em Rio Pardo, foi assassinado em 24 de abril de 1835. José Mariano de Matos foi acusado de envolvimento no homicídio, não ficando



Juan Lavalleja. P. Pueyrredon.

¹¹ Nesse período, a contar de 20 de novembro de 1835 até meados de março do ano seguinte, a presidência da Mesa tocou ao rio-grandino Francisco Xavier Ferreira, a 1ª secretaria ao major Mariano de Matos e a 2ª ao suplente Antônio Alves Pereira Coruja. Muitos dos representantes dessa fase foram suplentes convocados, como era o caso do próprio Pereira Coruja, de Ulhoa Cintra, Fernandes Teixeira, Pedro José de Almeida (Pedro Boticário), padre Juliano de Faria Lobato e Vicente Ferreira Gomes. FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889): crônica histórica*. Porto Alegre: CORAG, 2004, p. 17.

comprovada sua responsabilidade no delito.¹² A violência, o comportamento autoritário e a falta de rito legislativo e legal deram aos farroupilhas, à época, o classificativo de *mazorca*, geralmente expressado na imprensa, na correspondência, e nos inquéritos sobre tumultos públicos. Na verdade, pode-se inferir que o termo *farroupilha* era uma denominação dada a uma gama bastante ampla de opositores dos conservadores, sem unidade ideológica e programática muito bem definidas, genericamente vinculados ao espectro liberal monarquista.

No dia 20 de abril de 1835, já havia desconfianças sobre o incitamento de conjuras contra o governo legal da província, quando o presidente Braga denunciou na Assembléia Legislativa o padre Caldas e os opositores farroupilhas como partidários de Juan Lavalleja, o que dava-lhes a conotação de separatistas. Em reunião secreta, convocada pelos deputados, foi exibido ofício do marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto denunciando a sedição. Por fim, os parlamentares concluíram que não havia conjura. “Por coincidência, a maioria dos deputados pertenciam ao partido farroupilha e estavam comprometidos no movimento” (FLORES, 1984, p. 34). Apesar do projeto de revolta ser conhecido publicamente, os jornais¹³ liberais ridicularizavam o presidente, negando o conluio.

A insatisfação dos setores oligárquicos da província com Braga também se originava de suas ideias relativas à criação de impostos sobre a propriedade rural, expostas em 1834. O presidente não achava justo que grandes latifundiários não pagassem impostos, enquanto o habitante do núcleo urbano, mesmo que possuísse uma casa humilde, pertencesse ao único grupo contribuinte de impostos territorial e predial. A medida gerou protesto por parte dos estancieiros,



Bento Gonçalves da Silva.
Museu Júlio de Castilhos.

os quais consideravam que, segundo as ideias da época, as taxas só poderiam recair na produção, jamais no capital. Esse episódio revela parte da doutrina liberal, onde o

¹² BENTO, Claudio Moreira. *O Exército e a Revolução Farroupilha - uma releitura*. Disponível em: http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/cmb20050930.htm. Acesso em: junho de 2012.

¹³ Na opinião de Moacyr Flores, uma elite cultural dirigia o movimento farroupilha através de artigos políticos e de ataques pessoais nos jornais, deixando as notícias a cargo de pessoas novidadeiras da comunidade. A população local, de pouca instrução, não sabia discernir no conteúdo da propaganda revolucionária o seu verdadeiro sentido ideológico. Ver: FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1984, p. 20-21.

governante é considerado empregado do contribuinte, passível de ser demitido por maus serviços, justificando a ideia de deposição do presidente. Pode-se inferir também que as investidas contra Braga deviam-se em parte pelo fato de que o presidente da província era nomeado pelo governo central, do qual derivavam muitas queixas e descontentamentos.

Depois que assumiu o governo perante a Câmara Municipal de Porto Alegre, o presidente Braga viajou a Rio Grande, entregando a capital da província ao coronel Bento Gonçalves. Conforme o costume da época, Bento demitiu funcionários e lotou as repartições públicas com seus sectários. A disputa pelo cargo de chefe de polícia¹⁴ provocou a ruptura entre Braga e Bento Gonçalves, pois este o havia entregado a seu primo Domingos José da Porciúncula, enquanto aquele o exigia para os apadrinhados do juiz Pedro Chaves, seu irmão.



José Gomes de Vasconcelos Jardim.
Coleção Varela.

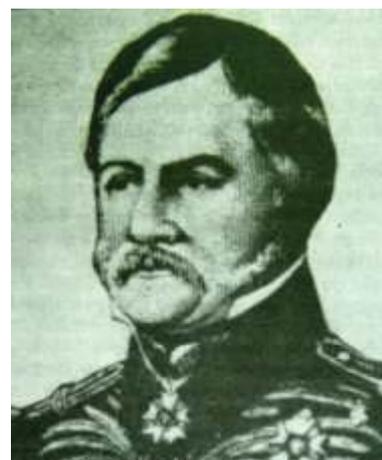
Na tarde de 19 de setembro de 1835, circulou a notícia em Porto Alegre de que tropas oriundas de Pedras Brancas estavam acampadas nos morros ao sul da Várzea, prontas para invadirem a cidade. O agrupamento teria um total de 200 homens e seria comandado por José Gomes de Vasconcelos Jardim e Onofre Pires da Silveira Canto. Ao chegar a noite, Braga dirigiu uma proclamação aos habitantes para defenderem a capital. Contudo, os soldados e guardas nacionais não se apresentaram aos quartéis. Sebastião Barreto Pereira Pinto entregou o comando das armas ao marechal Gaspar Mena Barreto, pois estava em sua estância de Taquarembó. Através da formação de um piquete da cavalaria da guarda nacional, composto de 16 homens e comandados pelo major e visconde de Camamú, tentou-se encontrar o acampamento dos rebeldes. Entretanto, o piquete foi interceptado por 6 sentinelas comandados pelo cabo Rocha, quando passavam pela ponte da Azenha, sobre o riacho Dilúvio. As sentinelas investiram contra os cavalarianos, ferindo 4 guardas nacionais, e o visconde de Camamú disparou suas pistolas e fugiu. No entrevero, morreu o tenente quartel-mestre Antônio José da Silva Monteiro, dono do jornal legalista *Mestre*

¹⁴ O controle da chefia da polícia era importante, porque os delegados realizavam as eleições no interior. Desse sistema eleitoral ficou um ditado popular: “cavalo de delegado não perde em cancha reta”, isto é, candidato do delegado não perde eleições. FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984, p. 29-30.

Barbeiro, crítico dos farroupilhas. Braga recolheu-se ao arsenal com 50 civis, na maioria comerciantes e caixeiros portugueses, 9 oficiais e 3 soldados.

Na manhã do dia 20 de setembro, Braga embarcou sua família no brigue norte-americano *Trafalgar*, dando ordens ao marechal Gaspar Mena Barreto para destruir o armamento do arsenal. Durante todo o dia a cidade permaneceu abandonada, com Braga embarcado, então, na canhoneira *Rio-Grandense* e os revoltosos acampados na Várzea. Ao anoitecer, a Guarda Nacional Permanente, com exceção dos comandantes, aderiu aos rebeldes. O presidente partiu para Rio Grande, levando também a escuna *Dezenove de Dezembro*.

Bento Gonçalves partiu de Porto Alegre em direção à Jaguarão, “mostrando pouco tino militar não atacando Rio Grande nem tomando o canal. Se assim o fizesse, dificilmente tropas imperiais entrariam na província” (FLORES, 1984, p. 43). Permaneceu em Jaguarão, onde interceptou a correspondência de Braga com o coronel Servando Gomes, comandante da fronteira uruguaia.



Bento Manuel Ribeiro.
Coleção Varela.

Na análise de José Plínio Guimarães Fachel, muitos analistas do movimento farroupilha entendiam que o discurso de seus líderes, presentes em seus manifestos *republicanos*, resumiam as causas diretas da guerra como provenientes da arbitrariedade do presidente Braga e as altas taxas sobre o charque. Contudo, despercebiam que a independência da Província Cisplatina¹⁵ havia prejudicado em muito os estancieiros sul-rio-grandenses. Com a independência da Banda Oriental em 1828, depois do longo processo de dominação de militares-estancieiros luso-brasileiros, “as ocupações das fazendas uruguaias, os saques do gado, a dinâmica econômica que a ocupação militar promovia, tanto na partilha de cargos, quanto no comércio de gado ao exército, tinham cessado” (FACHEL, 2010, p. 101).

Desde a independência da Província Cisplatina, chefes como Bento Gonçalves da Silva, Bento Manuel Ribeiro ou Sebastião Barreto Pereira Pinto, reuniam grupos de apoio que confrontavam os presidentes da província, nomeados pelo governo

¹⁵ Em 1828, um tratado de paz, entre o Brasil e as Províncias Unidas do Prata, punha termo à guerra entre Brasil e Argentina. Assim, o Uruguai deixava a área de dominação brasileira e argentina para graduar-se como país livre, embora sob a proteção dos dois antigos litigantes. Ver: REIS, Arthur César Ferreira. Relações Internacionais da América Latina nos séculos XIX e XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1988. Vol. 361, p. 137.

central. “Idéias de federalismo e de república, mesmo fluidas e imprecisas, concorriam para agitar a imprensa e estimular propósitos sediciosos; as agitações políticas do Uruguai contagiavam as lideranças da fronteira daquele país” (FRANCO, 2004, p. 15).

Logo após a eclosão do movimento farroupilha de 20 de setembro de 1835, Marciano Pereira Ribeiro, até então 4º vice-presidente da província e chefe do Partido Farroupilha, assumiu a presidência, chancelado pelas forças da sedição. Com a posse de Marciano, os farroupilhas controlavam os poderes executivo e legislativo provinciais e ainda as câmaras municipais de Jaguarão, Piratini, Cachoeira e Santo Antônio da Patrulha. O legislativo provincial voltou a funcionar somente em 20 de novembro, quando Marciano convocou extraordinariamente a Assembleia. Conforme Sérgio da Costa Franco, “trata-se aí de uma Assembleia estritamente dominada pelos rebeldes, pois estes controlavam a capital” (FRANCO, 2004, p. 15). O destituído presidente Braga instalou seu governo em Rio Grande, possuindo o apoio de Pelotas e São José do Norte.

Consagrou-se, a partir desse momento, típica dualidade de poderes. Nos territórios dominados pelos farroupilhas, sustentava-se um presidente rebelde. Nos sob controle monárquico, a presidência era exercida conforme indicação do gabinete regencial do Império do Brasil.

1.3 Administração rebelde e legalista na província do Rio Grande do Sul

Ao assumir a presidência em Porto Alegre, área então sob controle farroupilha, Marciano Pereira Ribeiro dirigiu uma proclamação aos sul-rio-grandenses:

Classificando a crise de setembro como uma lição aos tiranos Fernandes Braga e marechal Sebastião Barreto, que à sombra da Constituição e das Leis, caluniaram e maltrataram os continentinos¹⁶, taxando-os de sediosos, anarquistas, salteadores, assassinos e inimigos da União Brasileira. Concitou aos cidadãos para serem moderados e retornarem às suas casas a fim de aguardarem confiantes as decisões do governo central. Concluiu dando vivas à integridade do Império, vivas à União Brasileira, ao Imperador Constitucional, aos rio-grandenses e ao 20 de setembro (FLORES, 1984, p. 43).

Durante a sua administração, Marciano manteve correspondência com as câmaras municipais, providenciando a continuidade da Tesouraria da província,

¹⁶ *Continentino* era o gentílico rio-grandense criado ainda no período colonial. Correspondia ao habitante do então Continente do Rio Grande de São Pedro.

coordenando reuniões de tropas de guarda nacional no interior. Engajou guarnições para o patacho *20 de Setembro* e o cutter¹⁷ *Minuano*, a fim de auxiliarem Onofre Pires no cerco de São José do Norte. O comércio não foi interrompido, pois os jornais anunciavam compra e venda de escravos, cotação de câmbio, chegada e partida de navios, apesar de a província, nesse momento, achar-se com dois governos, um rebelde em Porto Alegre e outro legalista em Rio Grande.

Na data de 23 de outubro de 1835, a Regência nomeou José de Araújo Ribeiro presidente da província, primo de Bento Gonçalves da Silva, em uma tentativa de apaziguar o conflito. Com a nomeação de Ribeiro, Marciano pediu exoneração. Araújo Ribeiro zarpou do Rio de Janeiro e chegou em Rio Grande em 7 de novembro de 1835. Tentou tomar posse na Câmara Municipal, na mesma cidade, entretanto, os deputados protelaram sua investidura no cargo solicitando passaporte. Com uma proclamação¹⁸ apaziguadora, em 4 de janeiro de 1836, Marciano Pereira Ribeiro tentou desarmar os espíritos, buscando a aceitação de José de Araújo Ribeiro como novo presidente, visualizando no governo legal a possibilidade de intenções pacíficas e conciliadoras: “o homem destinado para presidir-vos não vos é estranho, também é feita vossa, vosso patrício, e amigo, e saberá bem aliar os deveres de delegado do Governo Supremo, aos de administrador de um POVO LIVRE”.

A Assembleia enviou uma comissão a Araújo Ribeiro, a fim de combinar sua posse para o dia 5 de fevereiro de 1836. Ao mesmo tempo remeteu à Regência uma representação contra o presidente. Em reação aos deputados, Araújo Ribeiro dissolveu a Assembleia em 15 de fevereiro de 1836. Contudo, os farroupilhas permaneceram reunindo-se e em 16 de fevereiro de 1836 deram posse ao vice-presidente Antônio Cabral de Melo, encarregando Bento Gonçalves de pacificar a província.

No ofício de José de Araújo Ribeiro, expedido em 5 de janeiro de 1836, para José Vasco Madruga¹⁹, transparece a aflição em ter sua posse negada e presenciar o estado de males a que a província era submetida. No conteúdo do documento, Ribeiro menciona orientação do regente para pôr em total esquecimento a revolução, ou seja, fazer de conta que não ocorrera um fenômeno insurrecional e retomar as atividades de forma conciliatória. Aliás, em ofício com data anterior, de 19 de dezembro de 1835,

¹⁷ Embarcação pequena de mastreação constituída de gurupés e um mastro envergando pano latino e gafetope, usada especialmente em regatas à vela. [Pl.: *cúteres*]. PERIÓDICO. In: DICIONÁRIO AURÉLIO. Dicionário eletrônico. Versão 7.0. 5ª ed.

¹⁸ CV-7828 - Proclamação de Marciano Pereira Ribeiro, em 04 de janeiro de 1836.

¹⁹ CV-7813 - Ofício de José de Araújo Ribeiro para José Vasco Madruga, em 05 de janeiro de 1836.

dirigido a Jozé Luiz Vicente da Costa²⁰, Ribeiro havia recebido ordens do governo imperial para emitir anistias, demonstrando a boa vontade do governo legal em tentar resolver o conflito de forma pacífica, perdoadando os revoltosos.

Diante da posição inflexível dos farroupilhas, o regente decretou lei²¹ em 13 de outubro de 1836, mandando prender todas as pessoas que estivessem envolvidas em conspiração contra o governo legal. Os oficiais do exército que não se reunissem às forças legais quando designados perderiam suas patentes e vencimentos. Todavia, o regente anistiava todos que tiveram participação na sedição de 20 de setembro de 1835, mas que houvessem se submetido à ordem legal e a ela permanecessem.

José de Araújo Ribeiro contava com o auxílio do coronel Bento Manuel Ribeiro, estancieiro da fronteira e um dos principais comandantes militares, no momento aliado à sedição, para pacificação da província. Evidências dessa afirmação encontram-se em ofício de Araújo Ribeiro a Bento Manuel Ribeiro, expedido em Rio Grande a 15 de janeiro de 1836:

Apresso-me a comunicar a V. Exa. que hoje tomei posse da Presidencia da Provincia na Camara Municipal desta Cidade, concorrendo a esse acto as outras Camaras, a Oficialidade de Linha, e Guarda Nacional, e Cidadãos mais respeitaveis de toda esta Comarca. Como o meu debil estado de saude me não permite emprehender já a viagem para a capital, [trecho rasgado] espero ter tão breve a satisfação de me avistar com V. Exa. como muito dezejava, ao mesmo tempo que a circunstancias da Provincia poderão de um momento a outro reclamar providencias a bem da sua tranquilidade, julgo conveniente autorizar a V. Exa. por meio deste Officio a tomar todas aquellas medidas que forem necessarias para garantir o susego publico e impor respeito aos inimigos da união Brasileira, que não menos intentão manchar a honra nacional do que desacreditar a revolução de 20 de Setembro.²²

Sugere-se que havia em Bento Manuel Ribeiro um objetivo pela pacificação da província desde o início da sedição farroupilha. Na verdade, a deposição de Braga e a nomeação de outro presidente já eram suficientes para a satisfação de seus propósitos liberais, isto é, o rompimento do contrato entre governantes e governados. Por esse motivo, é que a posse de Araújo Ribeiro determinou que Bento Manuel retornasse à esfera legalista.

²⁰ CV-7812 - Ofício de José de Araújo Ribeiro para Jozé Luiz Vicente da Costa, em 19 de dezembro de 1835.

²¹ CV-7820 - Lei promulgada por Diogo Antonio Feijó, em 13 de outubro de 1836.

²² CV-7819 - Ofício de José de Araújo Ribeiro a Bento Manuel Ribeiro, em 15 de janeiro de 1836.

A sedição, como protesto armado, cumprida a destituição de Braga e a nomeação de Ribeiro, enveredava por caminho perigoso e com especulação separatista. Em proclamação²³ de Bento Manuel Ribeiro, de 14 de fevereiro de 1836, transparece a sua revolta pela permanência do conflito, sobrando acusações para Paulino da Fontoura, que iniciara negociações com Rosas e Lavalleja, buscando aliados no Prata e desnacionalizando o conflito.



Juan Manuel de Rosas.
LUNA, 2000, v.8.

O impedimento da posse do novo presidente nomeado pelo governo central significava a anarquia e não mais os justos propósitos de 20 de setembro de 1835. Talvez Bento Manuel concebesse desde aquele momento a ambição de Rosas em separar o território sul-rio-grandense do Império do Brasil. Várias proclamações²⁴ foram emitidas na tentativa de chamar a atenção para essas questões. Mesmo com as manifestações a favor da restauração legalista, a Assembléia Legislativa Provincial, em 17 de fevereiro de 1836²⁵, dispensou Bento Manuel do comando interino das armas, sob acusação de fomentar a guerra civil na província.

O não comparecimento de José de Araújo Ribeiro à Assembléia Legislativa Provincial, por receio de enfrentar uma oposição local violenta, determinou a posse de

²³ CV-7776 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 14 de fevereiro de 1836.

²⁴ CV-7775 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 26 de janeiro de 1836; CV-7776 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 14 de fevereiro de 1836; CV-7777 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 15 de fevereiro de 1836; CV-7778 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 08 de abril de 1836; CV-7779 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em abril de 1836, CV-7780 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 5 de maio de 1836; CV-7781 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 15 de março de 1838 e CV-7782 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, data inexistente.

²⁵ Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Tristão de Alencar Araripe foi juiz em Fortaleza e no Pará, chefe de polícia em Espírito Santo e Pernambuco. Foi nomeado desembargador da Relação da Bahia em 23 de março de 1870, e depois de São Paulo, em 06 de novembro de 1873; ministro do Supremo Tribunal Federal de 12 de novembro de 1890 a 25 de janeiro de 1892; presidente de duas províncias do Império: Rio Grande do Sul e Pará. Araripe lidou com vasta documentação sobre a guerra civil farroupilha, especialmente com os inquéritos movidos contra os rebeldes. Araripe teve contato com esta documentação quando foi nomeado, pelo governo imperial, presidente da província do Rio Grande do Sul, em 1876. Ele, então, transcreveu esta farta documentação, possibilitando que outros historiadores a utilizassem. Ofício de Antônio Alvares Pereira Coruja a José Luiz Vicente da Costa, em 17 de fevereiro de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 126.

Américo Cabral de Melo, pois foi o vice-presidente mais votado no recinto.²⁶ Com Porto Alegre dominada pelos rebeldes, o governo legal declarou Rio Grande como a capital da província, em 3 de março de 1836, julgando mais conveniente que a tesouraria da Fazenda permanecesse em local seguro enquanto na capital oficial não fosse restabelecida a ordem legal. José de Araújo Ribeiro, sentindo-se menos ameaçado na cidade de Rio Grande, tomou finalmente posse da presidência da província em 4 de março de 1836. A posse de Ribeiro foi recebida com aceitação pela Câmara Municipal de São José do Norte, a qual manifestou amplamente seu apoio em ofício enviado à Corte:

A câmara municipal da vila de São José do Norte, província do Rio Grande do Sul, implora a V. M. Imperial a graça de conservar na presidência desta província o Ex. presidente atual, que para o mesmo lugar V. M. Imperial nomeou, o Dr. José de Araújo Ribeiro, requisitando do poder legislativo a dispensa de comparecer como deputado à assembleia geral na sessão próxima futura.

A opinião pública, que goza na província este digno delegado do governo de V. M. Imperial e sua administração em crise tão perigosa, tem feito de dia em dia aumentar as forças da legalidade, reunidas e comandadas pelo Ex. comandante das armas o benemérito coronel Bento Manuel Ribeiro, e por outros valentes oficiais terem salvado esta vila da invasão dos inimigos da lei e do governo de V. M. Imperial, que à meia légoa de distância se acham em armas, sitiando-a, e desolando todo o município, tem combinado o plano de restabelecer a ordem, e dissipar a anarquia nesta província com o auxílio e providências do governo de V. M. Imperial.²⁷

Quando os legalistas expulsaram os farroupilhas da capital de Porto Alegre em junho de 1836²⁸, a Assembléia Provincial cessou de reunir-se, para a partir de 1º de outubro de 1837 retomar suas atividades, então despojada de representação farroupilha.

²⁶ Ofício de Américo Cabral de Melo ao ministro e secretário de estado dos negócios da guerra, em 29 de fevereiro de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil do Rio Grande do Sul*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1882. Vol. 452, p. 137.

²⁷ Ofício da Câmara Municipal de São José do Norte ao imperador, em 2 de abril de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil do Rio Grande do Sul*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 144-145.

²⁸ Porto Alegre foi dominada pelos farroupilhas por quase um ano. Contudo, em 15 de junho de 1836 deu-se a reação legalista. As prisões de Porto Alegre estavam cheias, e com essas pessoas se fez possível a reação. Com a perda da capital, os rebeldes acabaram peregrinando pela província, não se estabelecendo num único ponto. Ver: FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada (1836-1840)*: um capítulo da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Sulina, 2000. Na restauração legalista de Porto Alegre, foram presos vários líderes farroupilhas por Bento Manuel Ribeiro, os quais foram remetidos para o Rio de Janeiro, como: Marciano Pereira Ribeiro, Francisco Xavier Ferreira, José de Paiva Magalhães Calvet, Silvano José Monteiro de Araújo. Ofício de Antônio Eliziário de Miranda Brito a Antônio Paulino Limpo de Abreu, em 5 de julho de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil do Rio Grande do Sul*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p.160-161.

Entretanto, podendo representar somente as cidades de Porto Alegre, Rio Grande e São José do Norte, únicas que não se encontravam em poder dos rebeldes.

Em maio de 1836, a Corte nomeou o brigadeiro Antônio Eliziário de Miranda Brito como presidente da província, assumindo o cargo em 4 de julho daquele ano.²⁹ Insatisfeita com a substituição de José de Araújo Ribeiro, a Câmara Municipal de Rio Grande formulou representação contra a posse de Antônio Eliziário. Na concepção dos vereadores de Rio Grande, Araújo Ribeiro era um hábil administrador, o qual “recebe as necessárias influências militares das fileiras legais, enquanto um novo trilho não destrói este embaraço, dando-se com isto tempo e terreno ao inimigo”.³⁰ Grato pela consideração da Câmara Municipal e demais cidadãos que manifestaram interesse na sua permanência no cargo de presidente da província, Araújo Ribeiro retomou suas funções em 27 de julho de 1836.

Durante o mês de agosto de 1836, houve tentativas de pacificação de ambos os lados da guerra civil através de conferências entre Bento Gonçalves e Bento Manuel Ribeiro. Bento Gonçalves também conferenciou com Francisco Xavier da Cunha, coronel legalista. Não houve sucesso nas conversações realizadas, tanto que em 28 de agosto as forças legais comandadas pelo coronel Cunha invadiram o forte de Itapuã, dominado pelos rebeldes, obtendo sucesso na sua destruição.

1.4 Proclamação da República Rio-Grandense

Os farroupilhas, com seu comando sediado agora em Viamão, após a perda do domínio de Porto Alegre, começaram a retirada da região da capital, deixando apenas alguns efetivos para manter seu cerco. Convergiram para o Norte, em direção à Serra, e, depois, para o Oeste, pela margem setentrional do rio Jacuí, procurando uma passagem para a Serra de Tapes, a Depressão Central e a Campanha. Nas proximidades das fronteiras da Argentina e do Uruguai, era possível contar com os aliados platinos.

²⁹ Ofício de Antônio Eliziário de Miranda Brito a Antônio Paulino Limpo de Abreu, em 5 de julho de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p.163-164.

³⁰ Ofício da Câmara Municipal de Rio Grande a Antônio Eliziário de Miranda Brito, em 03 de julho de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 159.

Enquanto as tropas comandadas por Bento Gonçalves levantavam o cerco de Porto Alegre, ocorreu a batalha do Seival, em 10 de setembro de 1836. Curiosamente, distante do núcleo dirigente farroupilha, após vencer em combate as tropas legalistas do coronel Silva Taves, o coronel Antônio de Souza Netto, pressionado por alguns de seus oficiais e da *assessoria* de refugiados da península itálica, proclamou a República Rio-Grandense. A vitória de Netto sobre as tropas comandadas por Silva Tavares, que perdeu 180 combatentes, desencadeou um momento de euforia durante o refluxo da perda do território da capital e de todo o espaço a leste do Guaíba/lagoa dos Patos e norte do Jacuí.



Antônio de Souza Netto.
Coleção Varela.

Netto ordenou que a 1ª Brigada entrasse em formação e leu a seguinte proclamação:

Camaradas! Nós que compomos a 1ª Brigada do exército liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a Independência desta província, a qual fica desligada das demais do Império e forma um Estado livre e independente, com o título de República Rio-Grandense e cujo manifesto às nações civilizadas se fará oportunamente. Camaradas! Gritemos pela primeira vez: Viva a República Rio-Grandense! Viva a Independência! Viva o exército republicano rio-grandense (NETTO apud FLORES, 1984, p.55).³¹

As análises historiográficas sobre a proclamação da República Rio-Grandense são diversas. A historiografia tradicional inaugurou o debate. O historiador Dante de Laytano constata que na noite do combate do Seival, Manuel Lucas de Oliveira e Joaquim Pedro Soares convenceram Neto a mudar a bandeira do nacionalismo, idêntica a dos imperiais. Caso Netto não aceitasse, os combatentes desertariam. Tristão de Alencar Araripe afirma que Netto buscou inspirações no estado republicano vizinho do Uruguai. Alfredo Varela opina que Netto teria recorrido a Oribe, na época, presidente do Uruguai, requerendo cavahada, e que este exigiu a proclamação da República no Rio Grande do Sul para possibilitar sua associação com a república uruguaia, formando um bloco capaz de enfrentar o Brasil.

³¹ O local em que foi lida a proclamação era no campo dos Meneses, localizado nas pontas do Jaguarão Chico, afluente do rio Jaguarão. FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre, Martins Livreiro Ed., 1984, p. 55.

Olyntho Sanmartin questiona o espaço de tempo de quase um ano após o 20 de Setembro de 1835 para a efetivação da República Rio-Grandense. Para Sanmartin, a República foi decorrência de uma série de fatores e não de um ideal a ser alcançado, do contrário, teria sido instalada no início do movimento. Joaquim Francisco de Assis Brasil interpreta o gesto de Netto como uma tentativa de reconciliação com o governo legal, o qual reagia continuamente contra os rebeldes. Nessa perspectiva, restariam dois caminhos: a submissão ou a separação. A indução de Manuel Oribe por meio de chantagem em fornecer cavalaria também não é descartada.

Os historiadores³² Dante de Laytano, Olyntho Sanmartin, Souza Docca e Assis Brasil visualizaram o movimento farroupilha dentro de uma aspiração de nacionalização da província do Rio Grande do Sul. Na ótica deles, os habitantes da região não desejavam ser vistos como estrangeiros ou separatistas. O receio de serem taxados como desagregadores de um sistema político que a nação brasileira recém iniciava, com a proclamação da independência em 1822, atingia



Manuel Lucas de Oliveira.
Coleção Varela.

grande parte dos líderes do movimento farroupilha. Bento Gonçalves, por exemplo, que se encontrava preso, fez chegar a Netto a sua censura à proclamação. Bento foi colocado em situação delicada, pois havia desafiado o Império logo no início do levante em 1835, frente à acusação da existência de um partido republicano entre os revoltosos. Dizia ser impossível apresentar tal prova. Na verdade, “o ato de Netto cindiu mais claramente os farroupilhas” (GOLIN, 1989, p. 67).

Não era provável, portanto, que haveria a predominância de um projeto separatista no movimento farroupilha, pois esta concepção somente apareceu um ano depois da deflagração da revolta. Antes da proclamação da República Rio-Grandense, os líderes farroupilhas “afirmavam seus compromissos com a monarquia e sua intenção de permanecer como parte do Império” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 214). Entretanto, as reformas liberais descentralizadoras, como as que deram maior autonomia às províncias aumentando o poder das assembleias legislativas provinciais, ainda não atendiam a

³² O ponto de vista sobre o desejo de nacionalização da província do Rio Grande do Sul destes estudiosos pode ser encontrado nas seguintes obras: LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978; SANMARTIN, Olyntho. *Imagens da História*. Porto Alegre: A Nação, 1951; SOUSA DOCCA, E.F. de, *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Organização Simões, 1954 e ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Cia União de Seguros Gerais. Porto Alegre, 1882.

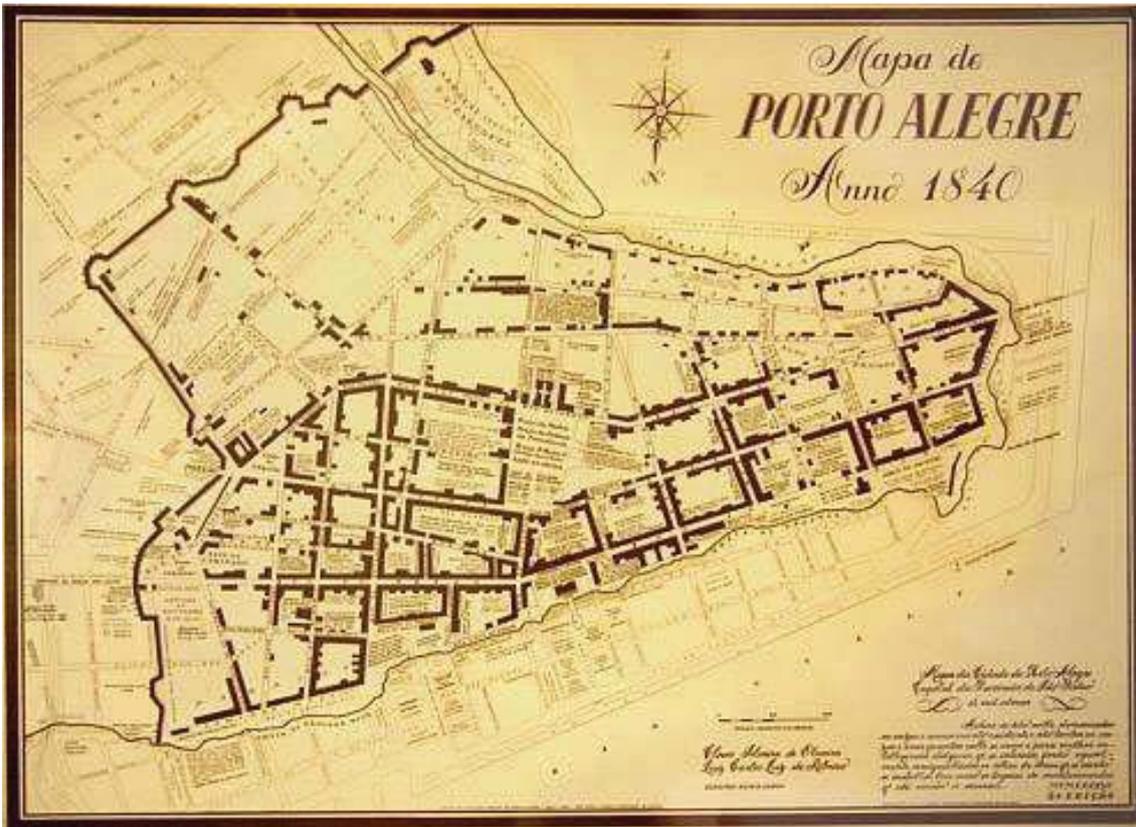
algumas de suas demandas específicas. O novo arranjo institucional implementado pela Regência, apesar de garantir maior autonomia provincial, também reservava ao governo central determinadas competências que eram almeçadas pelos interesses locais, como a tributação de determinadas matérias e a formulação da política externa.

Na fase inicial da guerra civil farroupilha, de 20 de setembro de 1835 (sedição) e 11 de setembro de 1836 (proclamação da República Rio-Grandense), os rebeldes dominaram a maioria das cidades. Os farroupilhas cercaram Porto Alegre desde sua retomada pelos legalistas, em 15 de junho de 1836, até fevereiro de 1838. Nesse período, a cidade foi alvo de frequentes ataques, inclusive com artilharia, o que causou-lhe dificuldades em seu acesso naval e terrestre, além de crises de abastecimento.³³ Todavia, as cidades mais importantes, como Rio Grande, Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Pelotas e a capital sitiada foram dominadas pela armada imperial e por milícias populares a favor do Brasil. “Já em 1836, os revoltosos perceberam que não tinham possibilidades de retomá-las” (FACHEL, 2010, p. 103).

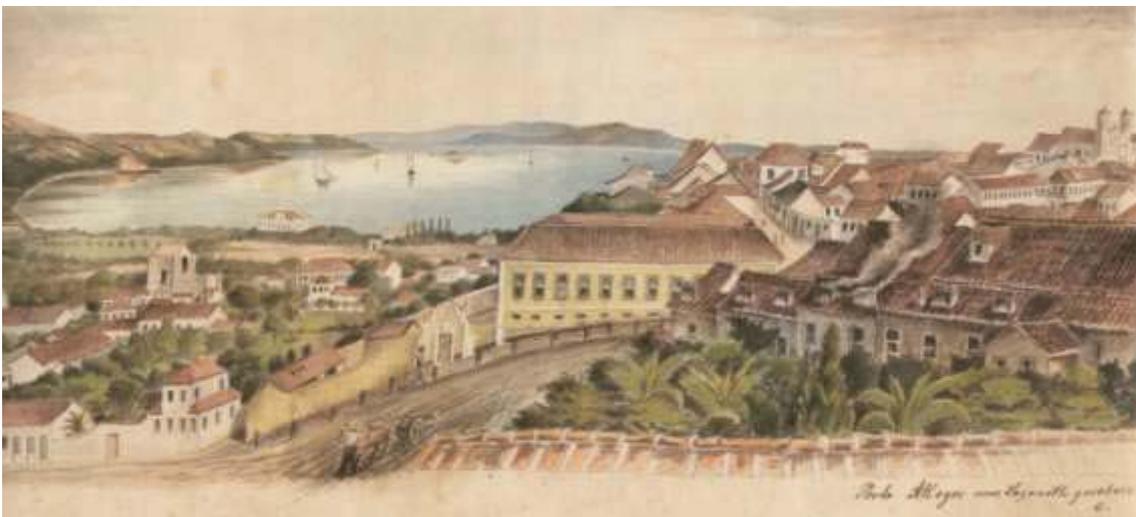
³³ Essa vulnerabilidade já era percebida pelos imperiais antes da guerra, por isso fomentaram a colonização alemã em São Leopoldo, que lhe daria apoio estrangeiro, tanto no fornecimento de soldados, quanto de alimentos. Ver: FACHEL, José Plínio Guimarães. A Revolução Farroupilha. In: POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPEL, 2010, p. 102-103.



Planta da cidade de Porto-Allegre: com a linha de trincheiras e fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memoravel dia 15 de junho de 1836, com as... / por L.P. Dias.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



1840. Mapa de Porto Alegre. À esquerda consta a linha de fortificações para a defesa do assédio farroupilha. Linha da visada com coordenadas Norte-Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.



Porto Alegre, vista do hospital. 1852. Herrmann Rudolf Wendroth. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.



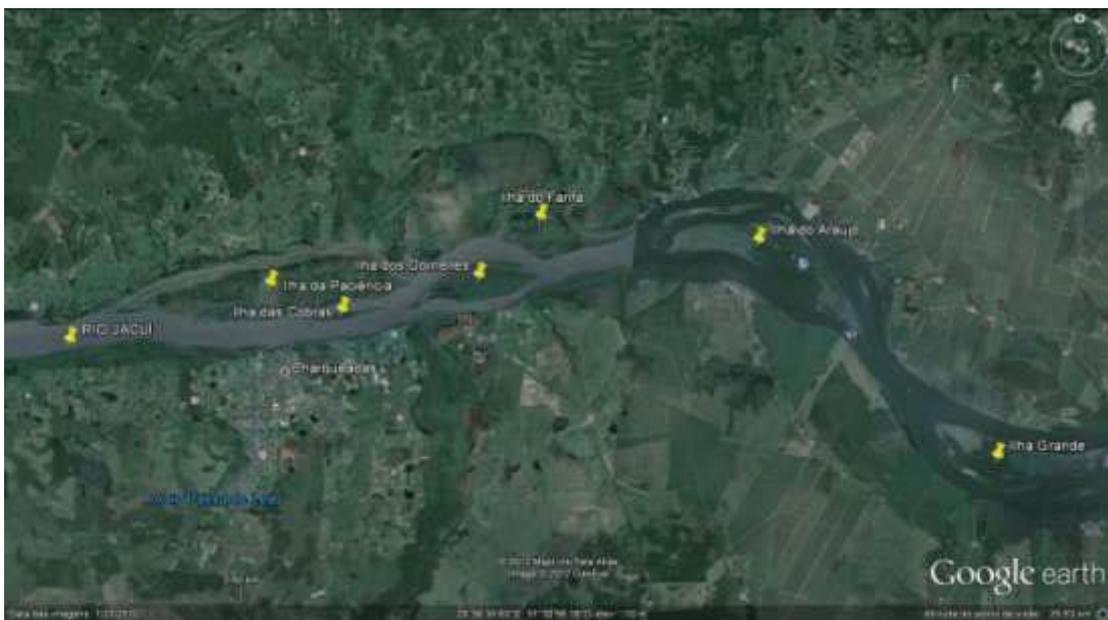
Porto Alegre, vista desde a margem oeste do Guaíba. 1852. Herrmann Rudolf Wendroth.
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.



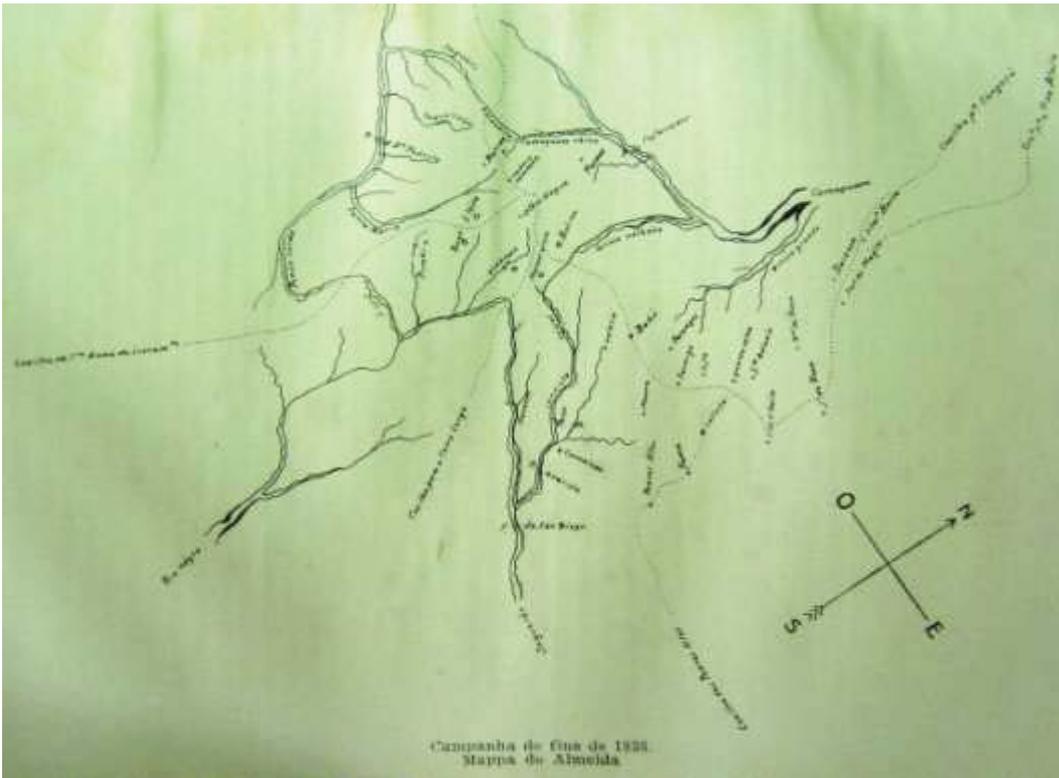
Vista parcial do Porto de Rio Grande. Alegre. 1852. Herrmann Rudolf Wendroth.
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.



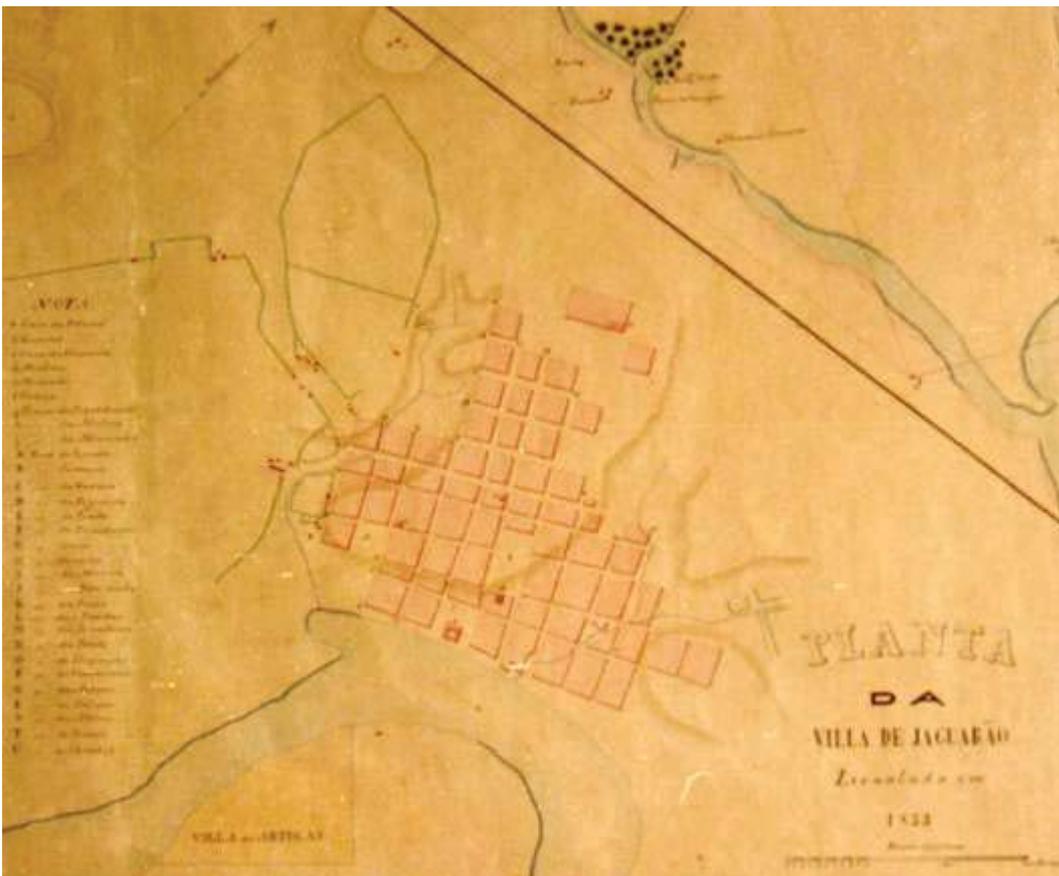
Fronteira de águas do rio Jaguarão, a leste (E) e oeste (D) da cidade. NDH-PPGH-UPF.
Local da batalha da Ilha do Fanfa, no rio Jacuí. Inabilidade militar de Bento Gonçalves da Silva, que...



...acampou o exército farroupilha na ilha e margens do canal. Foi surpreendido pela Marinha e tropas do Império. No local foram aprisionados o comandante, seu estado-maior e praticamente toda a sua coluna. NDH-PPGH-UPF.



Coleção Varela.



Vila de Jaguarão. Plano de 1853. Mapoteca do Itamaraty.

2 DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE AO GOLPE DA MAIORIDADE (1836-1840)

2.1 O combate da ilha do fanfa e a organização da República Rio-Grandense



D. Pedro II, em 1850. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Sem consenso entre os líderes da sedição, proclamada lateralmente por um coronel de tropa, a *República*, logo, enfrentou complicações. No traslado do Jacuí, em consequência de um erro estratégico militar de Bento Gonçalves, que acampou o grosso do sua tropa, constituída basicamente de cavalaria, na ilha do fanfa e na margem do rio, não considerando que a Arma forte do Império era a Marinha. No dia 4 de outubro de 1836, os farroupilhas foram surpreendidos e derrotados pelos imperiais. Além da destruição da principal força rebelde, foram presos Bento Gonçalves, Onofre

Pires, Tito Lívio Zambecari, oficiais, além de mais de mil soldados, os quais foram submetidos a posterior processo.

Os prisioneiros tiveram destinos diferentes. Enquanto decorria o processo, a maior parte permaneceu na *Presiganga*, uma embarcação ancorada no Guaíba, que servia de prisão. Tito Lívio Zambecari, enviado para o Rio de Janeiro, pediu perdão e recebeu anistia do Império, retornando para a Europa. Bento Gonçalves da Silva foi enviado para a prisão de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Com a prisão de Bento, o governo rebelde foi conduzido pelas demais lideranças.



Tito Lívio Zambecari.
Museu de Bolonha.

Os farroupilhas remanescentes após o desastre da ilha do Fanfa reuniram-se sob a orientação do ministro e secretário dos Negócios do Interior e da Fazenda Domingos José de Almeida, a fim de organizar a República Rio-Grandense nos espaços que dominavam na província. João Manoel de Lima e Silva foi escolhido como comandante-em-chefe das forças rebeldes em 1º de novembro de 1836. O exército

farroupilha ficou dividido em 4 brigadas sob os comandos de Antônio de Souza Netto, João Antônio da Silveira, José Mariano de Matos e Domingos Crescêncio Carvalho.

O 1º decreto da República Rio-Grandense foi expedido em 6 de novembro de 1836 e tratou da organização das suas secretarias de Estado. Foram criadas seis: a do Interior, a do Exterior, a da Fazenda, a da Justiça, a da Marinha e a da Guerra. Os chefes das secretarias eram chamados de ministros. Em 8 de novembro de 1836, José Gomes de Vasconcelos Jardim nomeou José Mariano de Matos ministro e secretário dos Negócios da Guerra, e interinamente dos da Marinha. No mesmo dia, José Pinheiro de Ulhoa Cintra assumiu a pasta dos Negócios da Justiça e interinamente dos Estrangeiros.



Garibaldi. Coleção Varela.

A derrota sofrida pelos farroupilhas na ilha do fanfa revelou a fragilidade dos rebeldes em áreas navegáveis. Conforme o historiador José Plínio Guimarães Fachel, “a marinha dos revoltosos não teve como se confrontar com a imperial” (2010). Foram tomadas medidas para aperfeiçoar a marinha farroupilha. A *Carta de Corso* foi instituída por decreto³⁴ em 1º de setembro de 1838, assegurando ao pirata um percentual do botim e a proteção dos farroupilhas. José Garibaldi foi um dos que utilizaram a Carta de Corso, depois que entrou em contato com Bento Gonçalves, enquanto este esteve preso no Rio de Janeiro.



Frutuoso Rivera.
Museo Historico de Durazno.

O Ministério da Marinha da República Rio-Grandense aparelhava o navio, determinando que o comandante receberia metade das apreensões, dando uma parte aos tripulantes e outra ao armador. No entendimento de Moacyr Flores, “os corsários, por falta de melhor desempenho, só trouxeram prejuízos econômicos e militares aos republicanos, pois a maior parte das vezes perderam as presas e até a embarcação

³⁴ Decreto da República Rio-Grandense, instituindo a *Carta de Corso*, em 1º de setembro de 1838. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 497.

corsária” (FLORES, 1984, p. 64). Os farroupilhas tentaram manter um estaleiro naval no rio Camaquã, na estância do Brejo, de Antônia Gonçalves, irmã de Bento Gonçalves. Lá foram construídos os lanchões *Seival* e *Rio Pardo*.

Gomes Jardim, logo quando assumiu a presidência da República Rio-Grandense, tratou de comunicar o fato a Frutuoso Rivera. Na carta, transpassa o conteúdo de reciprocidade que o uruguaio e os rebeldes rio-grandenses mantinham durante o período da guerra civil farroupilha: “oferecer-lhe todo o meu préstimo; o que agora faço com aquela sinceridade, de que se faz credor, e é a norma de meu caráter franco e leal”.³⁵



José Joaquim de Andrade Neves, oficial imperial, que participou da batalha da ilha do fanfa e de toda a guerra. Lutou também contra Rosas. Recebeu o título de barão do Triunfo. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Em 5 de novembro de 1836, a Câmara Municipal de Piratini, integrada por seis vereadores, ecoando a proclamação de Netto, anunciou a independência política da província, elevando-a à categoria de Estado livre, constitucional e independente, com a denominação de República Rio-Grandense. Interinamente, com a oposição do grupo de João Manuel de Lima e Silva, tio do barão de Caxias, Bento Gonçalves da Silva foi nomeado presidente, cargo mais honorífico, pois se encontrava preso no Rio de Janeiro.

O órgão oficial da República Rio-Grandense para publicação de atos e leis era o jornal *O Povo*. O periódico foi visto pelo governo legal da província como extremamente “prejudicial à magna causa da legalidade”³⁶, tanto que foi instruída a punição dos responsáveis pela sua veiculação. Para a distribuição de correspondências oficiais, foi organizado um serviço de correio com postos de trocas de cavalos em diversos lugares, denominados de *paradeiros*. A nova organização política rebelde, apartada do governo legal da província presidida por José de Araújo Ribeiro, instituiu como chefe militar João Manuel de Lima e Silva.

³⁵ Ofício de José Gomes de Vasconcelos Jardim a Frutuoso Rivera, 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil do Rio Grande do Sul*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1882. Vol. 452, p. 500-502.

³⁶ Ofício de João Dias de Castro a Manoel Jozé de Freitas Travassos, em 15 de outubro de 1838. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil do Rio Grande do Sul*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1883. Vol. 462, p. 190-191.

Em decreto³⁷ expedido pela República Rio-Grandense, de 11 de novembro de 1836, ficou estabelecido que todas as mercadorias (gados, animais, muares, cavalos, escravos e imóveis) de propriedade dos rio-grandenses pertenceriam ao governo farroupilha. Os bens só seriam restituídos ou indenizados no caso de já terem sido arrematados, se as pessoas reconhecessem como legítima a causa da República Rio-Grandense e se apresentassem ao governo no prazo de 60 dias, a contar da promulgação da lei. Em novo decreto, do dia 12 do mesmo mês, na tentativa de assegurar o lugar da República³⁸ sulina entre as nações, foi instituído o escudo de armas do estado rio-grandense.

Na tentativa de arrecadar fundos, a República Rio-Grandense, inicialmente, limitou-se a requisitar e confiscar gado. O imposto de 400 reis sobre a arroba do charque gerou protesto dos criadores de gado vacum. A *República* fazia aquilo que condenava no Império. Entre 11 de setembro de 1837 e 4 de abril de 1838, foram isentos de impostos todos os gêneros provenientes do Estado Oriental, Entre Rios e Corrientes, podendo ser explicada pela constante aproximação entre os farroupilhas e as regiões do Prata. Foi criado o sistema de coletorias com o objetivo de organizar o recolhimento de impostos sobre a circulação de mercadorias, em 14 de agosto de 1838. O regulamento que normatizou as coletorias relacionava 23 postos, mas nem todos funcionaram, pois as lutas com o exército legalista por vezes ocasionava a perda destes territórios. Além disso, a autonomia dos chefes militares com os gastos das taxas recolhidas pela coletoria local inviabilizava o funcionamento do Tesouro. Conforme Moacyr Flores, “o próprio presidente da República concedeu isenções a amigos, afetando o recolhimento de taxas” (2002).

José Pinheiro de Ulhoa Cintra, ministro da República Rio-Grandense, denunciou que os coletores cometiam crime de peculato porque a arrecadação das rendas públicas era muito mal fiscalizada. Criticou a ineficiência da polícia porque os chefes eram nomeados por militares ao invés de elegerem prefeitos, estando



Gustavo Adolpho de Aguiar Pantoja. Ministro de Negócios Estrangeiros, em 1837. Fonte: Itamaraty.

³⁷ O POVO, 27 de out. 1831.

³⁸ Decreto da República Rio-Grandense, em 12 de novembro de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1882. Vol. 452, p. 192.

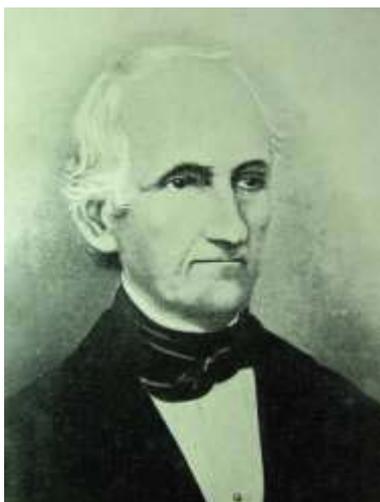
constantemente em atrito com as atribuições dos juízes de paz. Ulhoa Cintra analisou a situação da República Rio-Grandense em meio às corrupções que tomava conhecimento, chegando a afirmar que os rio-grandenses “viviavam debaixo de uma ditadura militar pesada, ou por melhor dizer, debaixo de uma oligarquia militar” (FLORES, 1984, p. 83).

Além dos crimes de apropriação indevida das taxas das coletorias, o contrabando de particulares afetava a arrecadação do governo rebelde. A lenta ocupação do território do Rio Grande do Sul, gerando apenas 14 municípios até 1834, marcou a região com grandes espaços de baixa demografia e longa linha de fronteira, demarcada por acidentes geográficos, geralmente rios. Conforme Moacyr Flores, “as picadas e passos escondidos facilitavam o fluxo do contrabando, considerado na época farroupilha como profissão de fronteirizos” (2002).



Ulhoa Cintra.
Coleção Varela.

Bento Gonçalves já havia sido acusado, em 1833, de contrabandear gado do Uruguai na época em que comandava a fronteira de Jaguarão. Ele prosseguia com as violações que lhe fizera a fama desde o tempo que tinha o posto de capitão no governo de Luís Teles da Silva Caminha e Meneses (marquês do Alegrete), presidente da província de 1814 a 1818. Além disso, a interferência de Bento na cobrança de direitos



Domingos José de Almeida.
Coleção Varela.

de exportação sobre tropas era recorrente ao assumir interinamente a presidência da República Rio-Grandense, em 16 de dezembro de 1837, depois de fugir da prisão da Bahia. Em 1º de outubro de 1839, intercedeu por Paulino Aires de Aguirre, que apresentava dificuldade em realizar o pagamento dos impostos no prazo estipulado. Bento sugeriu então que o pagamento das taxas se realizasse em Montevideu. As coletorias da República Rio-Grandense tentaram inutilmente combater o contrabando, até mesmo porque os oficiais e funcionários republicanos participavam constantemente dessa atividade. Na

concepção de Moacyr Flores, o contrabando é “um elemento cultural dos povos de fronteira e o estado de guerra, durante quase dez anos, facilitou a ‘troca comercial’ entre os farroupilhas e imperiais” (2002).

A proibição da utilização do porto de Rio Grande e o confinamento no espaço geográfico da região da Campanha provocou a procura dos novos caminhos em relação às trocas comerciais da República Rio-Grandense. Os caminhos para Montevídeu, capital do Uruguai, através de comerciantes nacionais e estrangeiros, provocaram a disseminação de várias rotas, interligando as cidades da Campanha com o país vizinho. A manutenção do porto de Rio Grande seria importantíssima para os rebeldes, pois era um canal aberto para a comunicação com a Regência. Moacyr Flores considerou um grave erro Bento Gonçalves situar novamente a cidade de Porto Alegre, em 15 de junho de 1838, sem ter artilharia adequada e navios, enquanto Rio Grande e São José do Norte permaneciam em poder dos imperiais sem maiores assédios das tropas rebeldes.

Domingos José de Almeida, em carta oficial a Bento Gonçalves, de 23 de março de 1839, fez um balanço do estado político e financeiro da República Rio-Grandense. Relembrou o combate da ilha do fanfa e do quanto aquela vitória dos imperiais e a prisão de Bento custou aos farroupilhas: “o homem que nos servia de

centro foi-nos arrebatado; o governo que criamos, já pela falta de prestígio necessário e já pelas vicissitudes das rápidas operações a fazer-se, caiu em perfeita nulidade”.

Entre janeiro de 1836 a abril de 1837, Almeida analisou o governo rebelde daquele contexto como inerte em sua capacidade e descentralizado em suas ações, com a supervalorização dos comandantes de corpos e partidas, os quais julgavam-se habilitados a não obedecer a direção do governo. A situação teria mudado, segundo Almeida, quanto Bento reassumiu o governo: “Eis o estado de nossas coisas, quando, livre de suas prisões, apareceu entre nós o atual presidente. O povo



Luiz José Ribeiro Barreto, líder de Triunfo, juntamente com Bento Gonçalves. Coleção Varela.

então respirou, e uma nova era despontou em nosso horizonte”.³⁹ Os abusos das coletorias foram relatados pelo ministro Almeida, que concluía pela necessidade de reprimí-los. Por fim, no desfecho da carta, Domingos José de Almeida rogou pelo estabelecimento da ordem e da repressão aos abusos decorrentes das corrupções nas coletorias.

A explanação oficial dos motivos que originaram a luta pelo desligamento da província do Império foi redigida por uma comissão formada pela Sociedade Vigilâncias da Pátria. Afonso José de Almeida Corte Real coordenou a comissão a partir de março de 1838, resultando na publicação do *Manifesto* no jornal *O Povo*, no dia 5 de setembro de 1838.

2.2 Organização administrativa legal da província

A Regência exonerou José de Araújo Ribeiro da presidência da província e nomeou em seu lugar Antero José de Brito, em 5 de janeiro de 1837. Na correspondência de Bento Manuel, dirigida ao ex-presidente legalista José de Araújo Ribeiro, é notória a insatisfação de Bento Manuel com a entrega de seu cargo a Antero. Acusou o novo presidente de atribuir a si poderes ditatoriais e intervir demasiadamente na função do comando das armas da província, ofício de sua responsabilidade. A preocupação de Bento Manuel Ribeiro com a influência de Oribe e Rosas também transpareceu na carta, já que informou a existência de mais de dois mil homens pertencentes às hostes rebeldes alocados no Estado Oriental:

Vossa Excelencia sabe que mais de dois mil homens estão emigrados no Estado Oriental, protegidos por Oribe, e Rosas, e todos saberão tirar proveito de precipicio, e [1v] confesso-lhe francamente, que eu não me atrevo a oppor-me a esta nova impetuosidade de paixoes que elles tem incendiado. E assim só espero licença para me retirar para a Provincia de São Paulo: entretanto sempre attribuirei os novos males da Provincia a Vossa Excelencia por ter entregado a Presidencia, quando me consta que o Avizo do Ministro do Imperio ainda fazia depender de Vossa Excelencia.⁴⁰

Antero rompeu definitivamente com Bento Manuel Ribeiro ao demitir funcionários que eram seus protegidos, além de acusá-lo de não perseguir os rebeldes,

³⁹ Carta de Domingos José de Almeida a Bento Gonçalves da Silva, em 23 de março de 1839. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 481.

⁴⁰ CV -7711 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a José de Araújo Ribeiro, em 17 de fevereiro de 1837.

sendo, por fim, exonerado do cargo de comandante das armas da província e substituído pelo coronel João Crisóstomo. Todavia, em seguida, Bento Manuel planejou sua represália. E no passo do Itapevi, no dia 23 de março de 1837, quando Antero se dirigia a Alegrete, Bento Manuel armou uma emboscada em conluio com os rebeldes David Canabarro, Antônio Netto e João Antônio⁴¹, culminando na prisão do presidente. Em ofício⁴² de Bento Manuel dirigido a João Antônio da Silveira Filho, o coronel noticiou seu ato, julgando que com esse passo se extinguiria na província os males causados pela guerra civil. No conteúdo do documento, Bento Manuel comprometeu-se a responder pela detenção de Antero caso a presidência da província fosse entregue ao vice-presidente Joaquim Vieira da Cunha.

Entretanto, os legalistas Gabriel Gomes, Silva Tavares, Calderon e Medeiros classificaram a atitude de Ribeiro como traição, acusando-o de promover a desordem. Esse arranjo de acontecimentos determinou o regresso de Bento Manuel Ribeiro às hostes farroupilhas novamente, nomeado general do exército rebelde em fins de 1837. Todavia, supõe-se que seu objetivo consistia em colocar no poder como presidente da província Joaquim Vieira da Cunha e concluir a guerra civil.

Com a prisão de Antero de Brito, o vice-presidente Américo Cabral de Melo assumiu a presidência legalista da província, em 2 de abril de 1837, sendo empossado pela Câmara Municipal de São José do Norte. O novo presidente pediu auxílio ao capitão Francisco de Paula Macedo Rangel, procurando usar a



David Canabarro. Coleção Varela.

influência para desfazer as desavenças que Bento Manuel promoveu entre os legalistas: “desvanecer as rasteiras intrigas de que se serve Bento Manuel para ir a seus fins, comprometendo-nos e dividindo-nos”. Silva Tavares procurou animar os legalistas, em proclamação que comunicou a marcha de resgate de Antero: “os bravos defensores da

⁴¹ Ofício de Américo Cabral de Melo a Francisco de Paula Macedo Rangel, em 02 de abril de 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 202-204.

⁴² CV -7713- Ofício de Bento Manuel Ribeiro a João Antônio da Silveira Filho, em 24 de março de 1837.

legalidade Gabriel Gomes, Gama Lobo, Bonifácio Calderon e João Crisóstomo marcham a bater os anarquistas e a resgatar o presidente legal”.⁴³

Em abril de 1837, Caçapava foi sitiada pelos coronéis Antônio de Souza Netto e João Antônio da Silveira, sem que houvesse necessidade de disparar um único tiro. Conquistada pelos rebeldes, para a vila, dois anos mais tarde, os farroupilhas transfeririam a capital da República Rio-Grandense, que estava situada em Piratini. Na



Antonio Peregrino Maciel Monteiro, barão de Itamaracá. Ministro do Exterior entre 1837 a 1839. Fonte: Itamaraty.

correspondência de Netto ao presidente farrapo interino José Gomes de Vasconcelos Jardim percebe-se a expectativa de finalizar a guerra civil com vitória farroupilha: “o inimigo está por toda a parte nos últimos paroxismos, e com a prisão de Antero de Brito tem perdido toda a força moral; o que me faz alimentar a lisonjeira esperança, de que em todo o mês de maio terminaremos nossa heroica luta”.⁴⁴

Tratativas com o objetivo de obter a paz entre legalistas e rebeldes foram sucedidas diversas vezes entre as referidas partes. Em 20 de maio de 1837, foi realizado acordo para suspensão das armas entre os legalistas João Pascoe Greenfel e João da Silva Tavares e o coronel comandante das forças rebeldes Domingos Crecêncio de Carvalho. A suspensão dos combates durou somente quando Greenfel foi a Porto Alegre tratar com o recém-nomeado presidente da província Francisco das Chagas Santos e o general-em-chefe dos farroupilhas Antônio de Souza Netto. As conversações não resultaram em nenhum entendimento e, alguns meses depois, os farroupilhas entraram em contato com os países orientais a fim de abastecer seu exército. O rebelde Sebastião Ribeiro, em ofício ao comandante João Antônio da Silveira, em dezembro de 1837, declarou que iria negociar “gêneros de fardamento e pólvora”⁴⁵ nos municípios de Corrientes e Entre Rios.

⁴³ Proclamação de Silva Tavares, em 05 de abril de 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 204.

⁴⁴ Ofício de Antônio de Souza Netto a José Gomes de Vasconcelos Jardim, em 08 de abril de 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 206-207.

⁴⁵ CV-7841 - Ofício de Sebastião Ribeiro a João Antônio da Silveira, em 16 de fevereiro de 1837.

O ano de 1837 passou por sucessivas trocas presidenciais indicadas pela Regência. Além de Antero José de Brito, Francisco das Chagas Santos governou de 16 de maio a 6 de junho. Feliciano Nunes de Pires substituiu Chagas, ficando na presidência até 3 de novembro, data em que Antônio Eliziário de Miranda e Brito reassumiu o cargo. Na nova proclamação⁴⁶ de posse de sua presidência, Antônio Eliziário manifestou acolhimento a todos os arrependidos que deixassem as hostes rebeldes e fossem buscar guarida na legalidade. Ao mesmo tempo, prometeu sustentar guerra constante e implacável aos sediciosos que continuassem combatendo o governo legal da província. Em janeiro de 1838, na cidade de Viamão, pretendeu cercar os rebeldes e derrotá-los. Entretanto, os farroupilhas retiraram-se da localidade e seguiram para a região da Campanha. A estratégia de Eliziário, segundo ele mesmo dizia, era



Cândido Baptista de Oliveira.
Um dos melhores quadros da diplomacia brasileira. Foi ministro em 1839.
Fonte: Itamaraty.

“acabar a guerra dispersando os rebeldes sem derramar sangue em batalha campal”.⁴⁷ Em ofício⁴⁸ de 6 de abril de 1838, ao ministro da guerra, o presidente legal afirmou que a guerra civil farroupilha seria finalizada quando o governo legal da província ganhasse terrenos e homens, mas evitando, quando possível, o derramamento de sangue como forma de evitar ressentimentos e ódios durante os anos vindouros.

Em 10 de setembro de 1837, Bento Gonçalves da Silva conseguiu definitivamente fugir da prisão. Encontrava-se recluso no Forte do Mar, na Bahia. Auxiliado pelos maçons baianos, escapou. Manoel Gomes Pereira, maçom baiano, inclusive, emprestou dinheiro a Bento.⁴⁹ Depois, Manoel mudou-se da Bahia

⁴⁶ Proclamação de Antônio Eliziário de Miranda Brito, em 3 de novembro de 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 165-166.

⁴⁷ Ofício de Antônio Eliziário de Miranda Brito ao Ministério da Guerra, em 31 de janeiro de 1838. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883, p. 173.

⁴⁸ Ofício de Antônio Eliziário de Miranda Brito ao Ministério da Guerra, em 06 de abril de 1838. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 174-175.

⁴⁹ A soma emprestada a Bento Gonçalves foi de 5.683\$500 (cinco contos seiscentos e oitenta e três mil e quinhentos réis), valor utilizado para pagamento de propinas aos sentinelas da prisão e ao comandante do Destacamento da Guarda, como para operação de resgate e transporte de Bento. ÁVILA, Celso Jaloto. *A fuga de Bento Gonçalves, do Forte do Mar, auxiliado pela Maçonaria e republicanos baianos*. Atas, propostas e resoluções da Primeira Legislatura da Assembléia Provincial (1835/1836) / Bento Gonçalves da Silva; org. por Liana B. Martins, Márcia E. Miranda e Viviane O. da Silva. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 2005, p. 366.

para Montevidú com o objetivo de recrutar marinheiros e oficiais estrangeiros para o conflito baiano deflagrado em 6 de novembro de 1837, a Sabinada. Como a rebelião foi sufocada em março de 1838, não mais retornou a Bahia e fixou residência em Montevidú. Logo depois, transferiu-se para o Rio Grande do Sul, onde foi nomeado coronel-ajudante de ordens de Bento Gonçalves. Em setembro de 1839, Gomes Pereira



Caetano Maria Lopes Gama,
visconde de Maranguape.
Ministro do Exterior em 1849 e 1840.
Fonte: Itamaraty.

cobrou a quantia emprestada a Bento. Todavia, a dívida não pôde ser quitada porque o Tesouro da República Rio-Grandense não possuía a referida importância em dinheiro. Ao que tudo indica, Pereira queria cobrar a dívida e abandonar a insurreição farroupilha. Como não obteve bom resultado, deixou as forças rebeldes em maio de 1840 e partiu para Montevidú. Lá, procurou Manoel de Almeida Vasconcellos, encarregado de Negócios do Império do Brasil no Uruguai e revelou os planos de fuga de Bento Gonçalves da prisão do Forte do Mar e ainda fez uma série de delações sobre tudo o que sabia sobre os farroupilhas.⁵⁰

Indícios de contribuições de Oribe e Rivera às tropas farroupilhas podem ser encontrados na correspondência de Antônio Elizário ao governo legal, em 11 de junho de 1838: “Manoel Oribe protege abertamente os rebeldes; tem-lhes mandado pólvora, munições e mais misteres, incluindo um prelo⁵¹, que já está trabalhando; e parece que o Frutuoso Rivera, talvez julgando-os fortes, pretende entrar com eles em relações”.⁵² Os efetivos das forças legais nesta época resumiam-se em 6.398 homens, ocupando-se especialmente nos entrincheiramentos de Porto Alegre, Rio Grande e São José do Norte. O quantitativo rebelde totalizava 5.200 homens em armas; destes, 4.000 de cavalaria e o restante de infantaria.

⁵⁰ Segundo o historiador Celso Ávila, Manoel Gomes Pereira fez a denúncia com a intenção de obter o perdão imperial em vista de seu envolvimento tanto na Sabinada quanto na Revolução Farroupilha. ÁVILA, Celso Jaloto. *A fuga de Bento Gonçalves, do Forte do Mar, auxiliado pela Maçonaria e republicanos baianos*. Atas, propostas e resoluções da Primeira Legislatura da Assembléia Provincial (1835/1836) / Bento Gonçalves da Silva; org. por Liana B. Martins, Márcia E. Miranda e Viviane O. da Silva. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 2005, p. 381-382.

⁵¹ Antiga prensa para imprimir de madeira, dotada de berço e de carro móvel, com tímpano e frasqueta, e que constituiu aperfeiçoamento do tórculo imitado da prensa de lagar. Diz-se de obra que se encontra na fase de impressão, que está em via de ser publicada [Tb. se diz apenas *prelo*.] PERIÓDICO. In: DICIONÁRIO AURÉLIO. Dicionário eletrônico. Versão 7.0. 5ª ed.

⁵² Ofício de Antônio Elizário de Miranda Brito ao governo imperial, em 11 de junho de 1838. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 174-175.

2.3 Líderes platinos na 1ª metade da guerra civil farroupilha

Manuel Oribe assumiu o governo uruguaio em 1835, concomitantemente à guerra civil farroupilha no Rio Grande. Governou até 1838, quando renunciou em consequência da guerra desencadeada por Frutuoso Rivera, que havia governado o país até a sua posse. Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires a partir de 1829, havia assumido a delegação de representação da Confederação Argentina em 1831, com a implantação do pacto federal entre as províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios. Até o ano de 1832, as províncias de Corrientes, Mendoza, Córdoba, Santiago do Estero, Rioja, Tucumán, San Juan, San Luis, Salta e Catamarca aderiram ao pacto federal.

A principal ambição política de Rosas, a qual permearia grande parte de suas ações políticas, militares e diplomáticas, constituía-se na tentativa de retomar a territorialidade do antigo vice-reinado do Rio da Prata, fundado em 1776 pela Espanha, abrangendo Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e territórios do Sul do



Artigas contestou a posse luso-brasileira das Missões orientais. Defendeu fronteira de 1777. Juan Manuel Blanes.



Andrés Lamas, representante dos colorados uruguaiois na assinatura do Tratado de limites de 1851. Fonte: Itamaraty.

Brasil, conforme a fronteira do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Em 1801, os luso-brasileiros conquistaram as Missões; em 1819, depois de invadir a Banda Oriental; ocuparam Montevideú; e, em 1821, proclamaram a Província da Cisplatina como parte do Reino Unido, sendo incorporada ao Império do Brasil no processo de independência. A Cisplatina fixou com o Rio Grande do Sul a fronteira do Quaraí, que mais tarde permaneceu como *status quo* com a República do Uruguai e que viria a ser finalmente definida pelo Tratado de 1851. Artigas, recentemente, já tinha questionado a posse brasileira das Missões, o que atraiu uma invasão militar rio-grandense e brasileira, derrotando-lhe. Na Guerra da Cisplatina, Rivera invadiu o território missioneiro questionado.

Na então conjuntura da guerra civil no Rio Grande do Sul, Juan Rosas autoproclamou a Argentina como herdeira colonial do vice-reinado do Rio da Prata, retomando alguns territórios ou exercendo hegemonia sobre eles. Para efetivar a sua ambição geopolítica, precisaria conquistar ou hegemonizar através de alianças três nações soberanas: a Bolívia, o Uruguai e o Paraguai, além de parte do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conforme a linha do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Para atingir tal objetivo, o caudilho buscou possíveis aliados nos países vizinhos que pudessem colaborar com seus planos, envolvendo-os na política interna e econômica, financiando suas rebeliões e guerras civis, destacando-se a implementação da aliança Oribe-Rosas no combate a Rivera na Banda Oriental e o auxílio aos rebeldes farroupilhas no enfrentamento com o Império do Brasil. Nos territórios de difícil incorporação, como Uruguai e Rio Grande do Sul, Rosas pretendia estabelecer áreas de influências, articuladas com a geopolítica de Buenos Aires.

O ideal de reabilitação do vice-reinado de Buenos Aires começou, sem dúvida, a insinuar-se no espírito de Rosas quando este se assenhorou de Montevideú. [...] Expostas ficaram as fronteiras do Brasil, cujo alvo imediato seria a província de São Pedro do Sul. O objetivo mais próximo consistia na incorporação do território das Missões à Confederação, tomando por base os textos dos antigos atos das metrópoles (GOUVEIA, 1962, p. 176).

Frutuoso Rivera reconhecia como legítima a República Rio-Grandense. E buscava o seu apoio para vencer Manuel Oribe. Caudilho, ex-coronel da Província Cisplatina, além de se relacionar com estancieiros rio-grandenses, assim como Oribe, Rivera fornecia abrigo para os farroupilhas nas áreas do Estado Oriental ocupadas por suas tropas. Além de proteção, o caudilho uruguaio auxiliava os rebeldes com armamentos, utensílios de guerra e cavalaria. Inclusive, era de conhecimento de Rivera as movimentações da guerrilha farroupilha, como sugere a correspondência⁵³ emitida a Domingos José da Silveira, coronel comandante do Departamento de São Borja. Eram frequentes as trocas de correspondências entre o caudilho oriental e inúmeras lideranças farroupilhas, como por exemplo, João Antônio da



Manuel Oribe. LUNA, 2000, v.8.

⁵³ CV-7878 - Ofício de Frutuoso Rivera a Domingos José da Silveira, em 18 de setembro de 1837.

Silveira⁵⁴, Domingos José de Almeida⁵⁵, Procópio Gomes de Melo⁵⁶ e Bento Gonçalves de Silva⁵⁷.

No início da insurreição, Rosas e Oribe conceberam planos com a pretensão de transformar o perfil político e territorial da América meridional. Entre 1837 e 1838, a legação brasileira em Buenos Aires protestou sobre os artigos de guerra e cavalos entregues aos rebeldes através das províncias de Entre Rios e Corrientes. “Sem dúvida, se não fosse o auxílio prestado pelos caudilhos em diferentes momentos do conflito, os rebeldes não teriam suportado as forças imperiais por tanto tempo” (MENDES, 2011, p. 108).

No início da guerra civil, Rosas e Oribe especulavam tanto com os rebeldes como com a Regência brasileira. Aproveitavam a situação para recuperar territórios, especialmente nas Missões, perdido na guerra colonial de 1801. Na conjuntura dos primeiros anos do conflito sul-rio-grandense, quando Rivera deflagrou a luta contra o governo de Montevideú, ele era um inimigo em comum compartilhado com o governo portenho e o Império brasileiro. Por isso, Manuel Oribe, durante seu governo no Uruguai, enviou para o Rio de Janeiro o coronel José Maria Reyes. A missão de Reyes era propor um “tratado de fronteira em conjunto com uma aliança ofensiva e defensiva para combater o general Rivera, que praticamente dominava a campanha agindo contra o governo de Montevideú, e associado aos rebeldes farrapos do Rio Grande” (GOLIN, 2002, p. 346).

A posição do governo oriental, sustentada pelo comissário Jose María Reyes, era de “fazer chegar à fronteira uruguaia, pelo menos, até o rio Ibicuí”. Essa opinião também era compartilhada pelo visconde de São Leopoldo, o qual afirmou que o Uruguai, aproveitando a conjuntura de guerra civil no Rio Grande, pretendia reviver as “antigas divisórias pelo tratado extinto de 1777” (GOLIN, 2002, p. 347).

Com o auxílio dos farroupilhas, Rivera invadiu o Uruguai e conquistou a maior parte do país, com a exceção de Montevideú. Oribe, derrotado, partiu para a Argentina após renunciar à presidência uruguaia. Em 1838, Rivera foi reeleito presidente do Estado Oriental. Para o historiador José Pandiá Calógeras, eram evidentes o planos de Rivera na tentativa de fazer frente simultaneamente ao Império brasileiro e à Confederação Argentina.

⁵⁴ CV-7875 - Ofício de Frutuoso Rivera a João Antônio da Silveira, em 8 de maio de 1837.

⁵⁵ CV-7882 - Ofício de Frutuoso Rivera a Domingos José de Almeida, em 9 de dezembro de 1841.

⁵⁶ CV-7883 - Ofício de Frutuoso Rivera a Procópio Gomes de Melo, em 31 de janeiro de 1842.

⁵⁷ CV-7876 - Ofício de Frutuoso Rivera a Bento Gonçalves da Silva, em 2 de março de 1838.

Os planos dos caudilhos platinos em relação ao Rio Grande do Sul eram vistos com desconfiança pelo republicano Luís Rossetti. Nas duas correspondências⁵⁸ em que Rossetti enviou a Domingos José de Almeida, em janeiro e fevereiro de 1838, foram mencionadas suas suspeitas quanto aos uruguaiois Oribe e Rivera e o argentino Rosas. Na opinião de Rossetti, o governo oriental demorava muito tempo para reconhecer a independência da República Rio-Grandense e talvez este atraso fosse sinal de alguma trama com o Império do Brasil. A vinculação com Frutuoso Rivera foi descrita como “falsa, efêmera e prejudicial”. Apesar das suspeitas em relação à Oribe e Rosas, Rossetti julgava que era necessário manter relações diplomáticas com estes líderes, pois na sua opinião, exerciam forte influência em seus domínios. Criticou também a postura dos chefes rebeldes Antônio de Souza Netto e David Canabarro no que se referia aos tratados acordados com Lavalleja, ao invés de priorizar os contatos com Manuel Oribe. Além de Rossetti, o partido da minoria, especialmente Antônio Vicente da Fontoura, condenavam os laços estreitos do grupo de Bento Gonçalves e outros caudilhos rebeldes com Rivera.



Antônio Vicente da Fontoura, ministro farroupilha. Coleção Varela.

Embora os alertas de Rossetti em relação à indole de Rivera tenham chegado aos governantes da República Rio-Grandense, não houve rompimento de relações com o caudilho oriental. Manifestação dessa estreita relação com os líderes farroupilhas pode ser expressa na participação de Rivera nas forças rebeldes, comandado pelo coronel João Antônio da Silveira. Bento Manuel Ribeiro ordenava a Silveira, em ofício⁵⁹ de 21 de março de 1838, que orientasse a movimentação militar do capitão Porto e de Rivera para onde fosse preciso, inclusive para a região de fronteira.

Em setembro de 1839, Rosas recebeu o ministro da República Rio-Grandense, Antônio Manuel Correa da Câmara. Na prática, reconheceu o governo dos rebeldes e, habilmente, justificou ao governo legal que “não o rechaçava para que o governo argentino tivesse oportunidade de exercer seus bons ofícios para o bem da paz entre os partidos contendores” (GOLIN, 2002, p. 344). O Império, por outro lado,

⁵⁸ CV-8033 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 5 de janeiro de 1838 e CV-8035 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 5 de fevereiro de 1838.

⁵⁹ CV-7726 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a João Antônio da Silveira, em 21 de março de 1838.

concentrava suas ações na tentativa de dificultar as negociações dos rebeldes com Oribe e Rosas, mantendo Rivera como aliado importante no empreendimento de contenção da revolta farroupilha. Por sua vez, Rivera colaborava com o Império na medida em que temia uma intervenção militar brasileira combinada com Rosas, para liquidar simultaneamente os colorados (seu grupo político, em oposição aos *blancos*, grupo político de Oribe) da Banda Oriental e os rebeldes do Rio Grande do Sul.

Estrategicamente, o Império pressionou Rivera até que ele rompesse relações comerciais com a República Rio-Grandense, que sobrevivia em grande parte devido às trocas comerciais estabelecidas na praça comercial de Montevideú. Entretanto, Rivera permaneceu durante o período de aliança com o Império, perfazendo ações que iam de encontro ao pacto firmado, continuando a auxiliar os farroupilhas. Do outro lado, os rebeldes permaneceram em uma dúbia relação com Rivera e Oribe, interessados em manter a logística de suas ações militares, suprindo-se de armas e munições provenientes da região do Prata.

A política exterior dos farroupilhas, a partir do final do ano de 1839, inclinou-se para o lado de Rivera, declinando da aliança com Rosas, como sugeriu Luís Rossetti, em correspondência⁶⁰ com Domingos José de Almeida, em 22 de janeiro de 1840: “Vejo com imensa satisfação que a política exterior do gabinete vai seguindo melhor caminho. Esforce-se contudo para que seja celebrado o tratado de confederação com a República Catarinense, e faça de modo que nele intervenha o presidente Fructo”.

2.4 Os escravos “farroupilhas”

Outra contradição *republicana* dos farroupilhas era a condição de seus líderes e oficiais serem senhores de escravos e o seu projeto de nação preservar a escravidão. O governo rebelde recrutou mão-de-obra escrava para servir no exército e lutar contra o Império. Prometeu a liberdade aos escravos que prestassem serviço militar. Porém, “em nenhum momento a República libertou seus escravos. Quando um escravo dos legalistas era capturado, podia optar entre servir ao exército republicano ou continuar como escravo, agora de propriedade do Tesouro Nacional” (FLORES, 2002, p. 172).

A razão de não conceder liberdade aos cativos pode ser buscada na doutrina liberal, concepção seguida pelos farroupilhas, que via o Estado como um não

⁶⁰ CV-8046 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 22 de janeiro de 1840.

interventor da propriedade privada. E no caso, o escravo era considerado um bem móvel, podendo ser vendido, trocado, hipotecado, herdado ou legado como dote. Sendo assim, um escravo de um partidário da República Rio-Grandense que viesse a sentar praça no exército deveria ocorrer simultaneamente a indenização do proprietário. Em 1838, o ministro farroupilha José da Silva Brandão reclamou a devolução de um dos seus escravos em vista de que o governo não podia pagar a soma pedida por ele.⁶¹

Negros e mulatos também fizeram parte dos altos escalões do exército e da burocracia farroupilha. José Mariano de Matos, mulato, foi vice-presidente. Luís José Ribeiro Barreto, igualmente mulato, foi também ministro. Teodoro Medina, negro, e Joaquim Pereira Borba, pardo, fizeram parte do exército e da inspetoria do Tesouro, respectivamente. No “diário de Antônio Vicente da Fontoura, encontram-se diversas referências racistas a estes homens” (FONTOURA apud FLORES, 2002, p. 173), em especial pelas suas obediências e alinhamentos a Bento Gonçalves.

Bento Gonçalves, com receio de que algum soldado desertasse de seu exército, seduzido pelo oferecimento de anistia do governo imperial, expediu decreto⁶² em 16 de maio de 1839. No conteúdo da ordem, havia a determinação do retorno à condição de escravo para os homens de cor que fugissem para os braços do inimigo. Caso eles caíssem prisioneiros das forças rebeldes, regressariam ao seu senhor. Com estas medidas, compreende-se que não havia intenção em modificar as relações de classe já existentes no Rio Grande do Sul. A autonomia, tão propalada pela insurreição farroupilha, só seria aplicada à elite existente:

Qualquer colapso nas relações tradicionais entre senhor e escravo, estancieiro e gaúcho, poderia desorganizar o sistema político e social vigente. O estancieiro que possuía peões negros poderia concordar com a recente abolição do tráfico de escravos, mas não permitiria a emancipação. Foi precisamente esta maneira de ser que levou a elite das fronteiras a manter uma estrutura social bastante estratificada durante a Guerra dos Farrapos, mesmo quando enfrentava a derrota (LEITMAN, 1979, p. 23).

O próprio projeto de Constituição da República Rio-Grandense não considerava o escravo um cidadão. Como adeptos do liberalismo, os farroupilhas julgavam os escravos como categoria de “povos vencidos, a quem os vencedores

⁶¹ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 469p. (Coleção História, 54), p. 173.

⁶² Decreto de Bento Gonçalves da Silva, em 16 de maio de 1839. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 512-513.

concederam a vida, em forma de sobrevida que podia ser usada e retirada por seus donos” (FLORES, 2002, p. 91). O projeto de estado farroupilha era bastante conservador e não admitia mudanças abruptas na sociedade sul-rio-grandense. E a abolição da escravidão era uma reforma não admitida no governo rebelde, o qual sempre tomou medidas procurando preservar a instituição da escravidão.

2.5 Tentativa dos farroupilhas de romper o isolamento (tomada de Lages e Laguna)

Com a pressão do governo brasileiro sobre os governos do Prata, o controle imperial dos portos de Rio Grande e São José do Norte (única saída para o mar), a expulsão dos rebeldes da capital e sem condições de operar nas águas internas das lagoas dos Patos e Mirim, e nos rios Guaíba e Jacuí, os farroupilhas procuraram alternativas de sublevar outros territórios nacionais.

Em 22 de julho de 1839, os farroupilhas tomaram a cidade de Laguna, continuando a busca para uma saída para o Atlântico e a penetração em outros espaços. No dia 29 do mesmo mês, foi proclamada pelos rebeldes a República Catarinense. A empreitada para a conquista da cidade catarinense iniciou-se com a travessia da lagoa dos Patos dos lanchões *Seival* e *Rio Pardo*, projetados e construídos pelo navegador norte-americano John Griggs. Ludibriando a vigilância dos legalistas, saíram pela barra do Camaquã, na margem oeste da lagoa dos Patos, entraram na lagoa do Casamento e, na costa Leste, foram carregados em carretões, para serem transportados até o mar. Depois, fizeram a longa viagem por terra, puxados por juntas de bois e protegidos pela cavalaria de David Canabarro, até serem lançados à água, na barra do Tramandaí. O lanchão *Rio Pardo*, comandado por Garibaldi, naufragou no Atlântico, afogando a metade da tripulação na altura de Araranguá.

Mais tarde, os naufragos se encontraram com a tripulação do lanchão *Seival*, liderado por John Griggs, que passou o seu comando para Garibaldi. Com baixo calado, o *Seival* entrou no pequeno sangradouro do Camacho e subiu o rio Tubarão. Atraídos pela embarcação farroupilha, os barcos imperiais encalharam e foram capturados pelos rebeldes, à exceção do brigue *Cometa*, que escapou pela barra de Laguna e levou a notícia da derrota imperial a Desterro (Florianópolis).

O comandante Vilas-Boas abandonou a vila de Laguna sem resistência, deixando as embarcações, munições de artilharia, armas e fardamento. No dia 7 de

agosto de 1839, realizou-se eleição para a chefia provisória do Estado Republicano Catarinense, sendo eleito “presidente o tenente-coronel Joaquim Xavier Neves e vice-presidente o padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro. Laguna foi elevada à categoria de cidade e de capital do Estado, recebendo a denominação de Cidade Juliana da Laguna”.⁶³ Com a conquista da cidade de Lages, efetivada em 9 de março de 1837, os farroupilhas aumentaram sua área de influência. A tomada de Laguna e Lages demonstrou a tentativa de expansão, pois a busca de portos era essencial para a comunicação com o comércio exterior.



Enquanto os rebeldes dominavam parte de Santa Catarina, a Regência nomeou Saturnino de Souza e Oliveira presidente da província do Rio Grande do Sul

Saturnino de Souza e Oliveira, depois de presidente da província do Rio Grande, assumiria os Negócios Estrangeiros, de maio de 1847 a janeiro de 1848. Fonte: Itamaraty.

e Manuel Jorge Rodrigues comandante do exército legalista. O presidente da província de Santa Catarina, João Carlos Pardal, reagiu aos ataques dos rebeldes do Rio Grande do Sul. Em ordem de 29 de julho de 1839⁶⁴, chamou às armas todos os guardas nacionais, reservas e empregados públicos da capital do estado em reação à ocupação farroupilha.

Em 1º de outubro de 1839, desde Laguna, Luís Rossetti⁶⁵ comunicou a Domingos José de Almeida as decisões administrativas da nova República. Em novo ofício⁶⁶, escrito no dia 10 do mesmo mês, Rossetti informou a Domingos José de Almeida a deserção de 115 soldados, desconhecendo-se o seu destino. No mesmo documento, transpareceu a preocupação de Rossetti com a política exterior, reprovando a aliança com Juan Manuel de Rosas: “Não era nada partidário de uma aliança com Rosas, e muito menos o sou agora que teríamos muito de recear da França⁶⁷ se por acaso nos envolvêssemos na sua questão com o Dictador”.

⁶³ CV-8043 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 10 de outubro de 1839.

⁶⁴ Ordem do dia de João Carlos Pardal, em 29 de julho de 1839. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 206-207.

⁶⁵ CV-8042 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 1º de outubro de 1839.

⁶⁶ CV-8043 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 10 de outubro de 1839.

⁶⁷ Rossetti referia-se à França porque temia uma intervenção daquele país, caso os farroupilhas se unissem a Rosas. Entre 1838-1850, houve constantes bloqueios navais anglo-franceses a Buenos Aires e a Montevideú. Os europeus desejavam, sobretudo, a liberdade de comércio para os seus produtos, naqueles portos, assegurar a independência do Uruguai e franquear o rio da Prata à navegação internacional. Ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a*



Entre a numerosa família Carvalho, encontrava-se Manoel Carvalho de Aragão e Silva, que recrutou homens na região de Cachoeira do Sul para as forças farroupilhas. Coleção Varela.

Além de outras questões administrativas de Laguna, Rossetti protestou contra a sua rejeição e de Garibaldi na ocupação de postos importantes da República Catarinense: ele como secretário de Governo e Garibaldi como comandante da Esquadilha. Rossetti atribui a rejeição à condição de estrangeiros: “os guerreiros estimam que o estrangeiro combata ao seu lado, mas os letrados não gostam de ver um estrangeiro sentado ao mesmo escritório”. Mais um exemplo de hostilidade contra os estrangeiros, dessa vez no lado legalista, pode ser interpretado através das queixas do almirante britânico João Pascoe Greenfell. Quando

Greenfel comunicou-se com o rebelde Domingos Crescêncio de Carvalho tratando da deposição das armas, deixou transparecer no teor da carta sua indignação contra o tratamento que vinha recebendo: “alguns partidários da legalidade, cegos de vingança e interesses particulares, e surdos a voz da pátria e da humanidade me têm proclamado como um traidor e rebelde”.⁶⁸

Apesar das constantes reclamações acerca do tratamento dado a estrangeiros, houve decreto⁶⁹ do governo farroupilha, o qual considerou-os cidadãos da República Rio-Grandense. Entretanto, havia algumas condições para adquirir a cidadania, dentre elas, defender o governo rebelde; fixar residência no território sobre seu domínio; servir no exército ou marinha por mais de um ano; possuir estabelecimento industrial ou comercial ou exercer alguma profissão; casar com um cidadão rio-grandense e ainda ter conhecimento para ser admitido no magistério de futuras universidades, liceus, academias ou cursos jurídicos.

Formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – Da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Brasília: Editora UnB/Ensaio, 1995, p. 65-67.

⁶⁸ Ofício de João Pascoe Greenfel a Domingos Crescêncio de Carvalho, em 15 de agosto de 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* 1882. Vol. 452, p. 221-222.

⁶⁹ O decreto foi promulgado em 18 de Dezembro de 1838. Transcrito em ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* 1882. Vol. 452, p. 404-405.

A República Rio-Grandense, por outro lado, expediu decreto⁷⁰ em que os próprios cidadãos sul-rio-grandenses perderiam o direito à cidadania. Ocorreria em caso de evadir-se da prestação do serviço militar e na contribuição com as taxas monetárias impostas pelo governo rebelde. Muitos fugiam dessas obrigações retirando-se para os estados vizinhos ou para as áreas dominadas pelos legalistas. Alguns apresentavam a justificativa da necessidade da administração de seus negócios particulares que lá se encontravam. Na correspondência de Bento Manuel Ribeiro ao chefe de polícia do município de Alegrete, Joaquim dos Santos Prado Lima, transpareceu a decisão da confiscação dos bens dos considerados inimigos: “Vossa Senhoria o mandará satisfazer, por gado de corte, ou de criar, e pelo preço corrente nessa Fronteira, e cujo gado será extraído das fazendas arroladas, pertencentes aos inimigos de nossa Pátria, e reputadas propriedades nacionais”.⁷¹

A conquista de Laguna, na província de Santa Catarina, foi efêmera para os rebeldes. No dia 15 de novembro de 1839, a esquadra imperial, formada por 14 navios e 31 canhões, em consonância com tropas de infantaria e cavalaria retomou o controle da cidade. Imediatamente, também foi recuperado o distrito de Lages, restaurado em 13 de dezembro de 1839, quando o brigadeiro Xavier da Cunha derrotou as tropas de Teixeira Nunes.

Após o triunfo legalista em Santa Catarina, Bento Gonçalves da Silva assumiu o comando do exército farroupilha, passando a presidência ao vice-presidente José Mariano de Matos, em 23 de novembro de 1839. Em dezembro de 1839, Matos nomeou Sebastião Ribeiro ministro e secretário dos Negócios da Justiça e Exterior. Ribeiro foi encarregado de constituir uma comissão e visitar Montevidéu. Desde a capital do Uruguai, em 8 de maio de 1840, relatou a Domingos José de Almeida os resultados do seu encontro com as lideranças orientais.⁷² Frutuoso Rivera assegurou sua adesão aos princípios republicanos e afirmou seus desejos de ser prestativo à causa da insurreição farroupilha. Rivera explicou ainda, que, devido às circunstâncias, não poderia comprometer-se diretamente contra o Império, mas que estaria pronto a auxiliar com armamentos e munições. O posicionamento de Rivera, presente na

⁷⁰ Bento Gonçalves da Silva expediu tal decreto em 15 de abril de 1839. Além da perda da nacionalidade rio-grandense, também ocorreriam o sequestro dos bens daqueles que se esquivassem em contribuir de alguma forma com o governo farroupilha. Decreto de Bento Gonçalves da Silva, em 15 de abril de 1839. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 402-404.

⁷¹ CV-7744 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Joaquim dos Santos Prado Lima, em 12 de fevereiro de 1839.

⁷² CV-7843 - Ofício de Sebastião Ribeiro a Domingos José de Almeida, em 8 de maio de 1840.

correspondência de Sebastião Ribeiro, caracteriza a duplicidade com que o líder oriental agiu durante o conflito farroupilha, realizando acordos tanto com imperiais quanto com os rebeldes.

2.6 O Golpe da Maioridade

Em julho de 1840, D. Pedro II assumiu o trono do Brasil aos quatorze anos de idade, pondo fim ao período regencial, iniciado nove anos antes, com a abdicação de D. Pedro I. O quadro do país ainda era preocupante em relação às revoltas provinciais, apesar de os conflitos na Bahia e no Pará haverem cessado. Na tese dos conservadores, a pacificação das províncias revoltadas dependia da restauração da autoridade do Poder Central. Nesse sentido, D. Pedro II começou a investir no Poder Moderador. Restabeleceu o Conselho de Estado, que viria a suprir “a inexperiência do ainda muito jovem monarca, mantendo-o coberto das alternativas dos partidos e dos Gabinetes, na fase em que mais importavam a continuidade e a firmeza da ação política do Império” (TAVARES, 1977, p. 270).

Em 23 de julho de 1840, D. Pedro II expediu proclamação⁷³ dirigida aos rebeldes do Rio Grande do Sul. Dizia que durante a deflagração da insurreição, ocorrida cinco anos antes, era impossibilitado pela lei de atender às queixas de seus súditos, ainda que por ventura fossem justas, mas que agora as reivindicações mudavam de natureza. Considerava que os rebeldes permaneciam no conflito movidos unicamente por paixões e interesses e que se não ouvissem-no acabaria “o tempo da clemência” e soaria “a hora do castigo”. Francisco José de Souza Soares de Andrea, futuro barão de Caçapava, assumiu a presidência legalista da província em 27 de julho de 1840 e tratou logo de disseminar o discurso de D. Pedro II, clamando pela independência do Império⁷⁴ e pedindo esquecimento das dissensões antigas contra o governo legal.

Na correspondência de Bento Gonçalves da Silva endereçada a Soares de Andrea, emitida em 20 de agosto de 1840, é possível vislumbrar a reação de Bento frente à maioria do imperador:

⁷³ CV-7219 - Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Francisco José de Souza Soares de Andrea, em 20 de agosto de 1840.

⁷⁴ Proclamação de Francisco José de Souza Soares de Andrea, em 15 de agosto de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 267-268.

A política do gabinete atual é talvez a mesma que até aqui se tem seguido, com detrimento do bem geral, pois parece, que se recusa tratar conosco, julgando-se este passo contrário à dignidade do governo imperial; embora possam obter os mais felizes resultados.⁷⁵

A maioria de D. Pedro II foi vista por Bento Manuel Ribeiro como uma esperança de pacificação para a província. Para ele, era a oportunidade de obter uma paz honrosa aos sul-rio-grandenses, e que, na sua opinião, Bento Gonçalves deveria aceitar as condições propostas pelo império, “curando os males da pátria bastante dilacerada, por uma guerra devastadora, que já conta cinco anos”.⁷⁶ Todavia, em conferência com o deputado Francisco Alvares Machado, representante imperial, Bento Gonçalves não aceitou os termos, argumentando que os farroupilhas podiam ser imputados criminalmente depois que depusessem as armas. Aliás, seus termos também não foram aceitos, “pois pretendia que a província fosse federada ao Império, que formava um estado unitário com todas as províncias” (FLORES, 1984, p. 80).

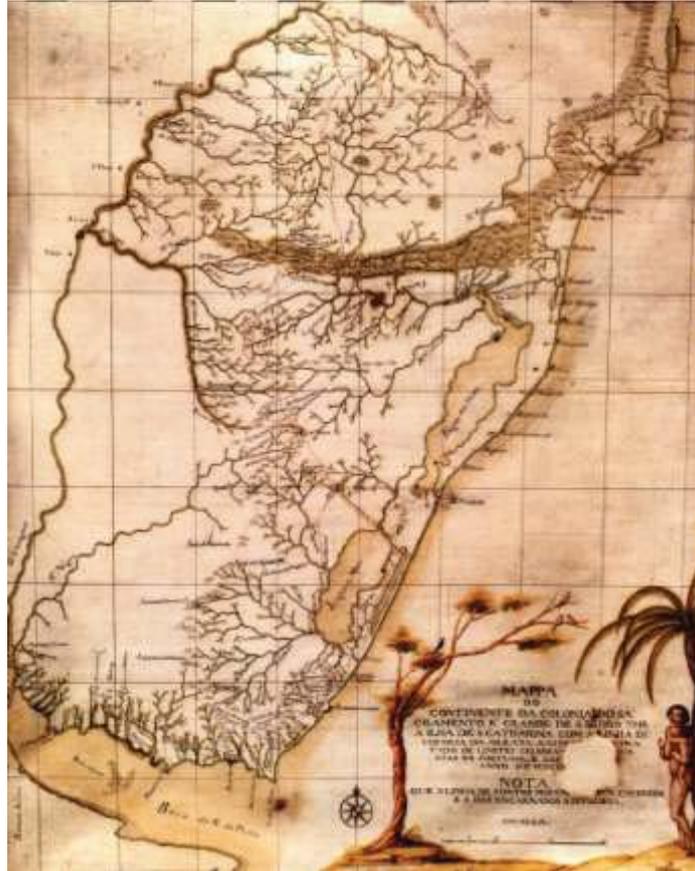
O tema da centralização e descentralização do poder, no que dizia respeito à organização do Estado, dividiu conservadores e liberais durante a década de 1830. Nesse período, as duas correntes ainda não definiam-se como partidos orgânicos, cujas estruturas passaram a ser montadas somente a partir da maioria de D. Pedro II, na década de 1840. Deve-se levar em consideração que a política desse período, em boa medida, não procurava alcançar grandes objetivos ideológicos, ou seja, elevar-se ao poder significava obter prestígios e benefícios para sua própria gente. Conservadores e liberais utilizavam-se dos mesmos recursos para obter êxitos eleitorais, concedendo favores aos amigos e empregando violência contra os adversários. O historiador José Murilo de Carvalho⁷⁷, na análise da composição dos ministérios imperiais, percebeu que o Partido Conservador representava uma coalizão de proprietários rurais, burocratas e grandes comerciantes preocupados com as agitações urbanas. O Partido Liberal reunia, principalmente, proprietários rurais e profissionais liberais. A base regional do Partido Conservador concentrava-se na Bahia e Pernambuco; e a do Partido Liberal, em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

⁷⁵ Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Francisco José de Souza Soares de Andrea, em 20 de agosto de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 269-270.

⁷⁶ CV-7768 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Antônio Vicente da Fontoura, em 10 de setembro de 1840.

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Entre os anos de 1836 a 1840, a guerra civil farroupilha passou por um período de equilíbrio. Os rebeldes tinham mobilidade em campo, utilizando preponderantemente a doutrina da guerra de movimento. Todavia, “os imperiais dominavam as cidades e os portos da província, articulando dessa maneira uma guerra de posição” (MENDES, 2011, p. 12). A partir de 1839, em consequência do avanço imperial, a partir de seu reduto fortemente ancorado em Rio Grande, foi necessário que os farroupilhas transferissem a capital da República Rio-Grandense para Caçapava. Com a ampliação constante das forças imperiais, os rebeldes evitaram batalhas geométricas e formais. Até a metade da guerra, em torno de 1840, havia um equilíbrio de forças entre imperiais e farroupilhas, “com cerca de seis mil soldados para cada lado” (FACHEL, 2010, p. 104).

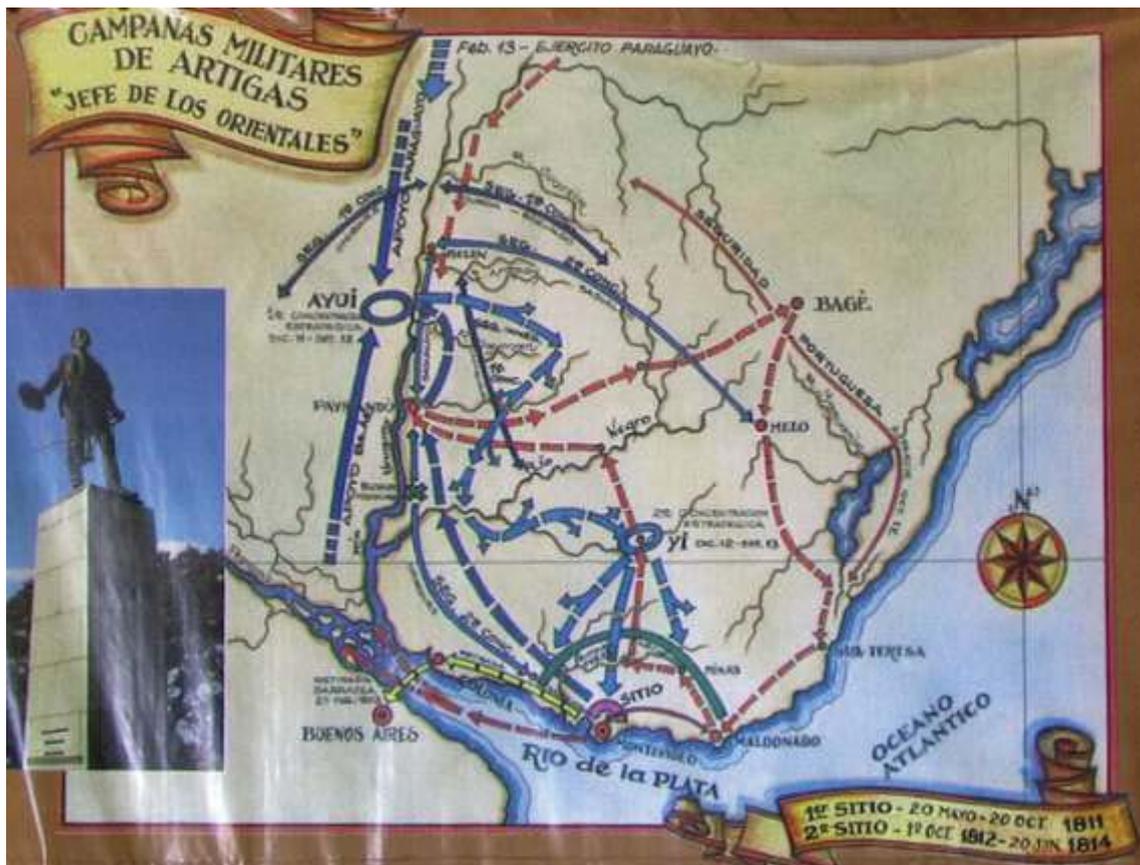


Mapa do Continente. Da Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro, até a Ilha de Santa Catarina..., com a linha divisória do Tratado de Santo Ildefonso. Usado por Rio Branco na arbitragem pelo Estados Unidos na reivindicação de territórios no oeste catarinense pela Argentina. Arquivo Cartográfico do Itamaraty, Rio de Janeiro.



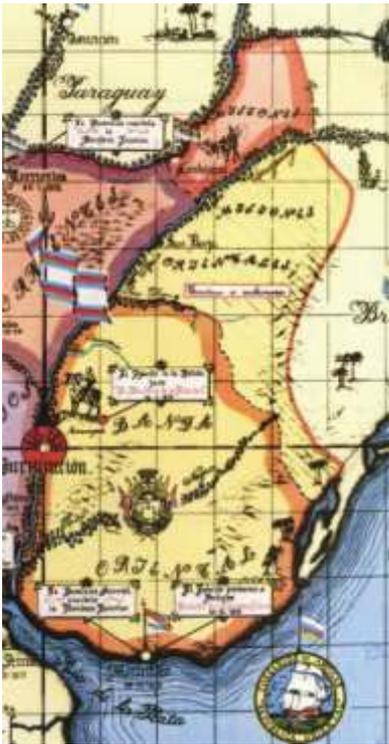


Mappa Corographico da Capitania de S. Pedro. Confeccionado por José de Saldanha, demarcador do Tratado de Santo Ildefonso, descrevendo a linha divisória e os territórios incorporados pela guerra de 1801. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

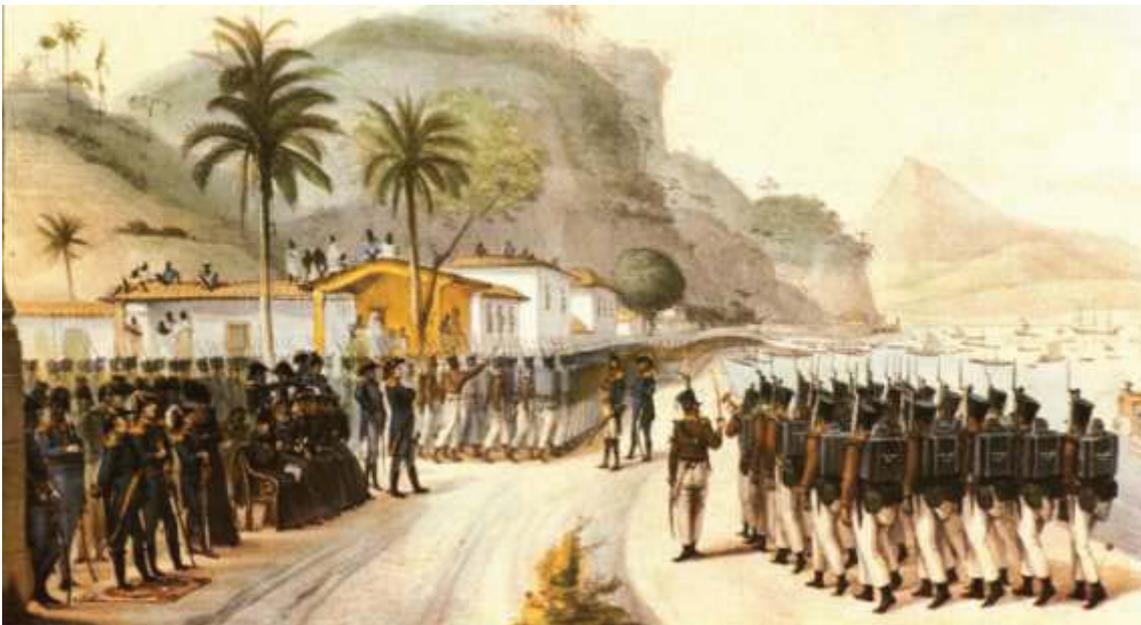


Campanhas militares de Artigas contra Buenos Aires e o Reino Unido, cuja mobilização o transformou no líder da orientalidade. Abaixo, representação do êxodo do povo oriental para Entre Rios, em 1811, protegendo-se das tropas espanholas e portuguesas. Museu Quartel de Blandengues, Maldonado, Uruguai.





À esquerda, mapa ilustrativo sobre o Protetorado de José Artigas, com a legenda de *território a reclamar* na área correspondente ao Tratado de Santo Ildefonso prevista como de domínio espanhol e incorporada pelos luso-brasileiros em 1801, incluindo também os campos neutrais. NDH-PPGH.
À direita, detalhes da representação do êxodo do povo oriental. Museu Quartel de Blandengues, Maldonado, Uruguai.



Divisão de Voluntários Reais. Tropas portuguesas transferidas da Europa para o Brasil desfilam para a corte no Rio de Janeiro. Instante do embarque para a campanha de ocupação da Banda Oriental e tomada de Montevideú. 1816. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; USP, t.3, p. 195. Prancha 23.



1817. Ocupação de Montevideú pelas tropas portuguesas. Juan Manuel Blanes.



Carta da Província de Buenos Aires. 1824. Incluía parte dos territórios dos atuais Uruguai e Rio Grande do Sul. Representação identificativa do momento que antecedeu a deflagração da Guerra da Cisplatina – 1825-1828. A. Arrowsmith. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



1825. O juramento dos Trinta e Três Orientais para libertar a Banda Oriental. Juan Manuel Blanes.



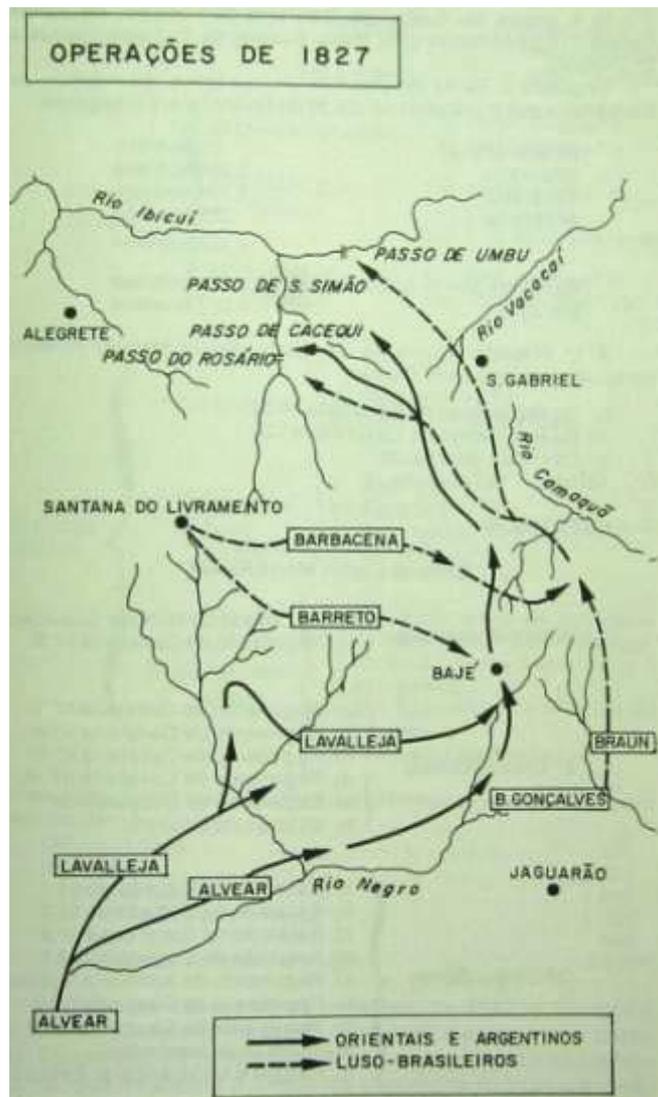
Combate naval no Rio da Prata. 11 de abril de 1826. Guerra da Cisplatina. Óleo de Manuel Larravide.



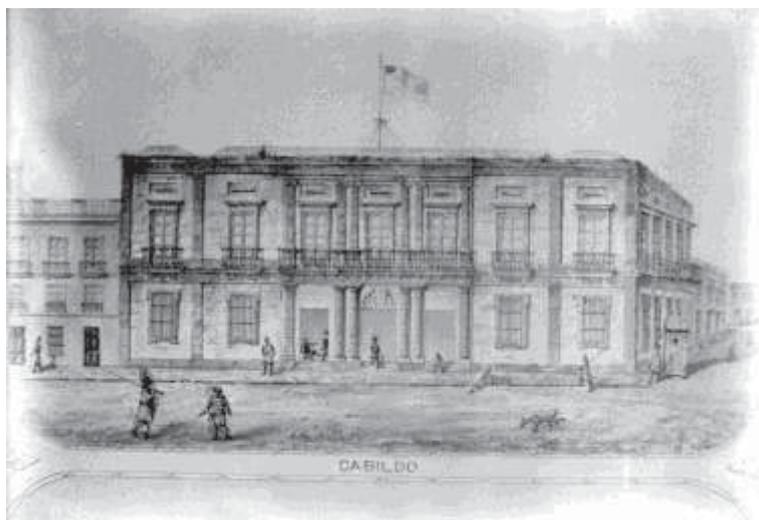
Almirante Guillermo Brown.
Comandante da Marinha argentina
na Guerra da Cisplatina.
Óleo de Henry Herve.



1826. Porto e cidade de montevidéu.



Guerra da Cisplatina. ALVES: 1979, p. 55.



1828. Cabildo de Montevideu. Aquarela de D'Hastrel.

ATUAL RIO GRANDE DO SUL DURANTE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA Teatro da Guerra

- ⊙ SEDES MUNICIPAIS QUE FORAM CAPITAIS DA REPÚBLICA
- OUTRAS SEDES MUNICIPAIS
- OUTRAS LOCALIDADES SERVIDAS PELO CORREIO, MENOS PASSO FUNDO
A CAMPANHA NO TEMPO DOS JESUITAS CHAMOU-SE VACÁRIA DO MAR
E DEPOIS ESTÂNCIAS JESUÍTICAS (EM NÚMERO DE 11)
- DIVISÕES MUNICIPAIS



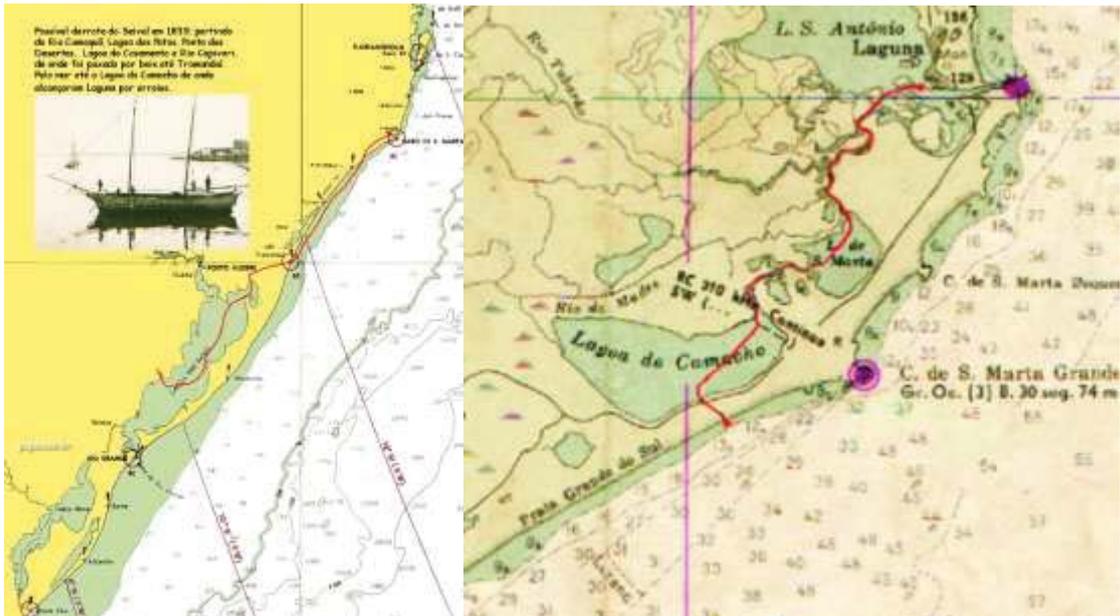
Acervo Cláudio Moreira Bento.



Mapa do Rio Grande do Sul. Tito Lívio Zambecari. 1939. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Mapa do Teatro da Guerra. Província do Rio Grande de São Pedro. 1839. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



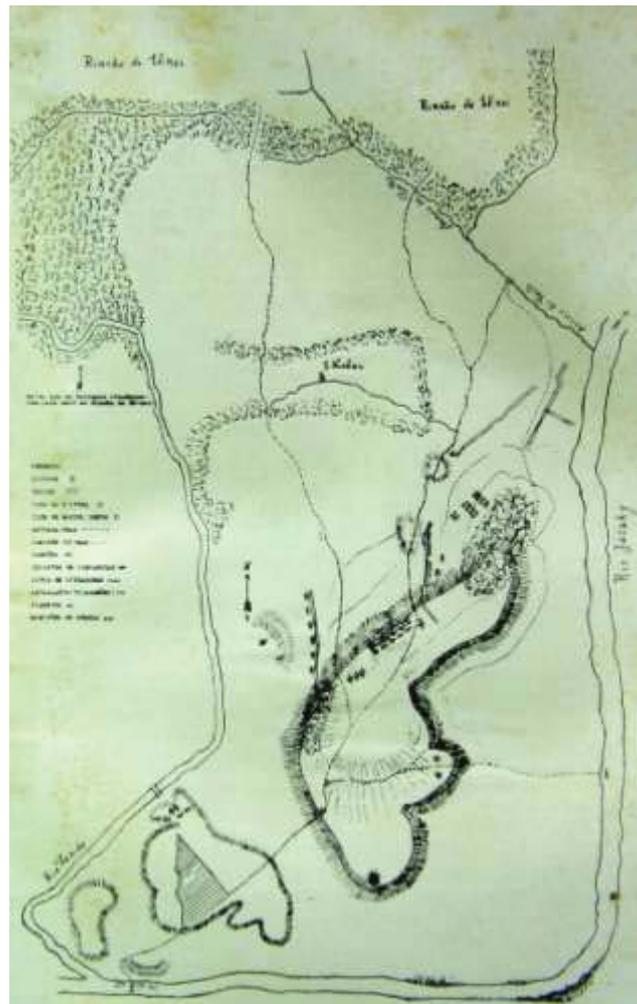
Rota da chalupa Seival até Laguna. A Rio Pardo, sob o comando de Garibaldi, naufragou no mar. Augusto Chagas. No detalhe, Seival modificado. <http://www.popa.com.br/docs/cronicas/seival/index.htm>



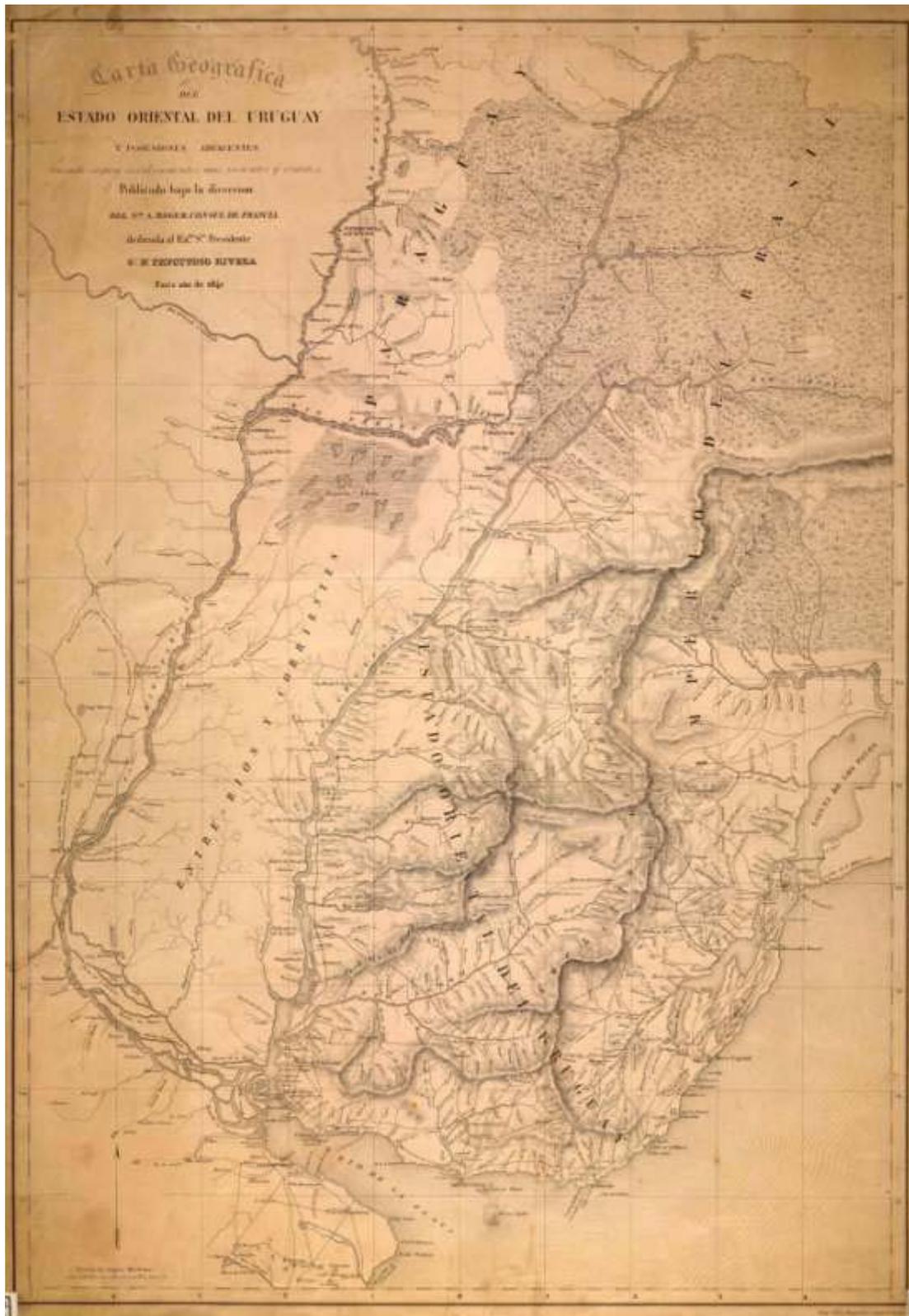
Registro dos primeiros estudos para localização do estaleiro farroupilha no rio Camaquã. Acervo Varela.



Estância do Cristal. Propriedade de Bento Gonçalves. Registro do início do século XX. Coleção Varela.



Combate do Rio Pardo. 30 de abril de 1938. Coleção Varela.

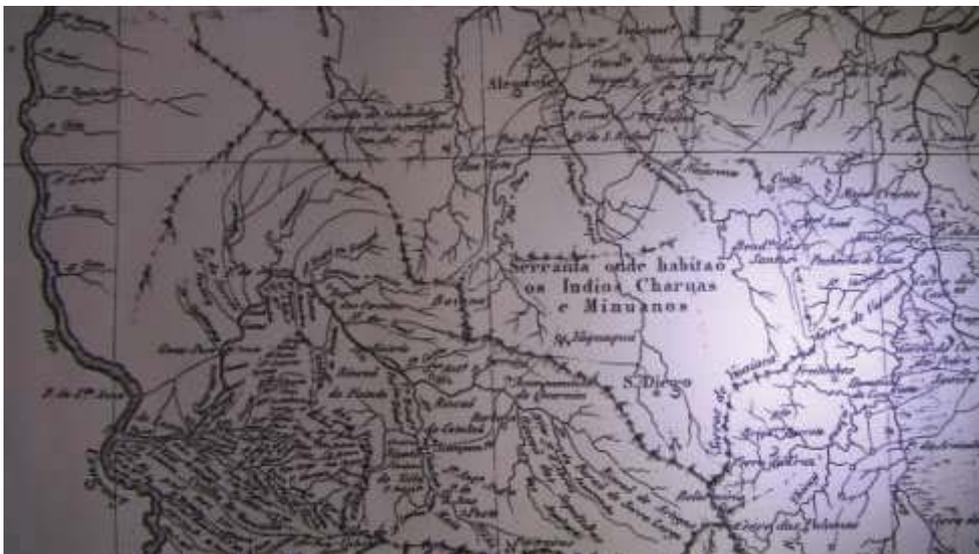


1841. Carta do Uruguai confeccionada durante o governo de Rivera, no período da Guerra Civil no Rio Grande do Sul, com a fronteira pactuada com o Brasil.

Carta geografica del Estado Oriental del Uruguay y posesiones adyacentes: trazada segun los documentos mas recientes y exactos / publicada bajo la direccion del Sor. A. Roger, consul de Francia dedicada al Exmo. Sor. presidente gal. dn. Fructuoso Rivera. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Fronteira de São Borja durante a Guerra Civil. 1841. Visconde de São Leopoldo.



Fronteira de Alegrete durante a Guerra Civil. 1841. Visconde de São Leopoldo.



Fronteira do Quaraí durante a Guerra Civil. 1841. Visconde de São Leopoldo.



Fronteira de Jaguarão durante a Guerra Civil. 1841. Visconde de São Leopoldo.



Fronteira da lagoa Mirim e Chuí na Guerra Civil.

Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Visconde de São Leopoldo. Confeccionado pelo geógrafo TH-Duvotenay. 1841. Mapa adotado no Tratado de Limites de 1851 entre Brasil e Uruguai. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



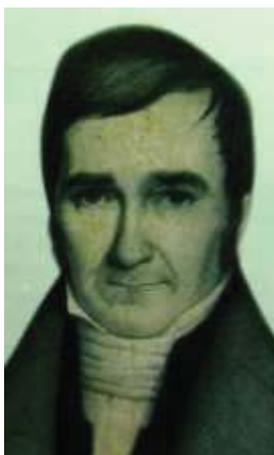
Detalhe da fronteira no mapa ofertado a Riveira em 1841.



3 GABINETE CONSERVADOR E A VITÓRIA SOBRE OS FARROUPILHAS (1840-1845)

3.1 Política exterior do Brasil imperial: passagem da fase neutralista para intervencionista

O início dos anos 1840 foi bastante turbulento para o Império do Brasil. Havia guerra civil em diversas províncias, disputa entre caudilhos e bloqueio francês no Prata. A política externa brasileira, nessa época, definiu o uso intenso da diplomacia, “a fim de maximizar os ganhos externos, condicionando-se o uso da força a um recurso de última instância, esgotada a ação diplomática” (CERVO, 1992, p. 60). O uso da força, entretanto, só podia ser utilizado nas relações com o continente sul-americano, sendo proibida nas relações com a Europa e os Estados Unidos. O Conselho de Estado e o



Felipe Arana, ministro do Exterior de Juan Manuel de Rosas.
LUNA, 2000, v.8.

Senado eram parte integrante da monarquia, responsáveis por manter a ordem e controlar as investidas da opinião popular.

Desde 1838, ocorrera o bloqueio dos portos argentinos pelos franceses. Medida tomada em função de que Juan Manuel de Rosas não indenizou súditos franceses atingidos por medidas provinciais, nem os isentou de prestar o serviço militar, como ocorria com os britânicos. A França também objetivava ser equiparada à Grã-Bretanha na cláusula de nação mais favorecida, obtida por Londres com o Tratado de Comércio de 1825.

O bloqueio foi interrompido em 29 de outubro de 1840⁷⁸, através de acordo entre o almirante francês barão de Mackau e Felipe Arana, encarregado das relações exteriores de Buenos Aires. O fim do bloqueio permitiu que fossem retomadas as atividades comerciais do porto de Buenos Aires. Para o Brasil, o bloqueio francês causou prejuízos comerciais, entretanto, o fim

⁷⁸ A França obteve o que reclamava em 1838, mas não conseguiu derrubar Rosas, objetivo que, desde então, passou a ter. Rosas fez constar na Convenção Mackau-Arana que não se aplicaria à França a cláusula de nação mais favorecida, caso a Confederação outorgasse direitos especiais a cidadãos de outros países americanos. Esse documento representou uma vitória de Rosas, ao permitir a retomada das atividades comerciais do porto de Buenos Aires, sua aduana e as rendas por ela geradas, significando uma derrota para os unitários argentinos e seus aliados colorados no Uruguai. CERVO, Amado Luiz, Mario Rapoport (orgs). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 180.



Ernesto Ferreira França ministro do Exterior. Fonte: Itamaraty.

do isolamento também foi visto como um perigo, pois Rosas “poderia dedicar-se completamente ao seu projeto de reconstrução espacial do vice-reinado, ameaçando as fronteiras do Império” (GOLIN, 2002, p. 351).

O acordo Mackau-Arana mencionou novamente a independência plena do Uruguai, que já havia sido acertada na convenção preliminar de paz em 27 de agosto de 1828, estipulada entre a República Argentina e o Império do Brasil. E naquele então outra vez era assegurada pela França e Confederação Argentina. Entretanto, era notório que Rosas nutria vistas ambiciosas sobre o Uruguai e era prudente que o Império tomasse medidas que evitassem uma possível anexação do Estado Oriental à Confederação de Rosas. Por isso, o Gabinete imperial procurou manter boas relações com França e Inglaterra, no que se referia aos negócios pendentes no Prata. Ernesto Ferreira França, ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, em 23 de agosto de 1844, pediu ao ministro plenipotenciário na Prússia, visconde de Abrantes, que se inteirasse da política de França e Inglaterra em relação ao Uruguai e a Confederação Argentina:



Paulino José Soares de Souza.
Fonte: Itamaraty

Quais os pontos em que ambos esses gabinetes coincidem e se combinam e quais aqueles em que seus interesses divergem e se cruzam; deduzindo deste seu conhecimento as vantagens que o gabinete imperial pode esperar daqueles governos europeus, ou que inconvenientes deve recear, os meios de conseguir os primeiros e arrear os últimos.⁷⁹

O governo imperial brasileiro acreditava que, uma vez livre da intervenção anglo-francesa em seus portos e uma possível vitória dos aliados blancos no Uruguai, Rosas teria condições de submeter totalmente a oposição interna argentina. Caso esta hipótese fosse concretizada, o chanceler brasileiro Paulino José Soares de Souza acreditava que o Paraguai seria anexado pela Confederação Argentina, temendo então

⁷⁹ Instrução de Ernesto Ferreira França, ministro dos Negócios Estrangeiros, ao visconde de Abrantes, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Prússia, em 23 de agosto de 1844. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral ISSN: 1678-586X, p. 119.

pelo isolamento do Brasil. Além disso, o protecionismo rigoroso e o monopólio do comércio de Buenos Aires sobre o interior da Argentina, o fechamento dos rios cortando a acesso da província de Mato Grosso com a capital brasileira e sua política de dominação sobre o Paraguai e Uruguai prejudicava os interesses brasileiros. Seguindo a



Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba. Fonte: Itamaraty.

lógica de oposição à Confederação Argentina, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil persuadiu seus países vizinhos a se posicionarem contra a sua expansão. O ministro Paulino José Soares de Sousa, em instrução⁸⁰ a Venceslau Antônio Ribeiro, encarregado de negócios no Chile, datada de 27 de dezembro de 1843, pediu que fosse difundida a ideia de que o fortalecimento do poder de Rosas seria prejudicial às demais potências da América meridional, prejudicando o equilíbrio de força entre as outras repúblicas.

A altivez de Rosas, de algum modo, dividia as opiniões do meio político brasileiro. Muitos aprovavam a resistência que ele impunha aos europeus, “cuja via se procurava no Brasil sem êxito” (CERVO, 1992, p. 53). Entre 1828 e 1843, a política platina do Brasil pautou-se pela neutralidade, isto é, a não-intervenção em assuntos internos dos estados do Prata. Essa orientação, indicada nos relatórios dos Negócios Estrangeiros e nos Anais do Parlamento, baseava-se em cálculos políticos. A Guerra da Cisplatina, em 1828, havia gerado pesados custos aos cofres imperiais e não convinha uma nova intervenção enquanto a livre navegação e a independência uruguiaia estivesse mantida. O presidente Francia isolou o Paraguai e mantinha-se contrário a qualquer aliança. Entretanto, pode-se inferir que, a partir de 1843, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil assumiu uma postura mais vigorosa em relação aos assuntos do Prata, pois o ministro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, em instrução⁸¹ à José de Araújo Ribeiro, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário

⁸⁰ Instrução de Paulino José Soares de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Venceslau Antônio Ribeiro, encarregado de negócios no Chile, em 27 de dezembro de 1843. *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 93-95.*

⁸¹ Instrução de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, ministro dos Negócios Estrangeiros, a José de Araújo Ribeiro, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na França, em 12 de janeiro de

na França, cobrava medidas em relação às interferências francesa e inglesa na lide existente entre Argentina e Uruguai.

A intervenção nos conflitos que opunham as facções platinas, teriam que ser definidas através de uma composição ou pelo confronto contra Rosas. Juan Manuel de Rosas, por outro lado, aproximava-se do Império quando se sentia ameaçado pelas potências europeias ou pelos planos periféricos de formação de uma grande Confederação, rival à sua Confederação Argentina. Logo que a ameaça se afastava, Rosas também manifestava suas diferenças com o Império do Brasil.

A neutralidade brasileira, que não era unânime entre os seus diplomatas, pode ter sido ocasionada por uma decisão autônoma ou imposta pelas lideranças platinas. E a revolta farroupilha no Rio Grande do Sul era crucial para o entendimento da política externa do Império do Brasil com os países platinos, pois, muitas vezes, as ações diplomáticas perfaziam-se com o objetivo de pacificação da província. A contenção da revolta farroupilha era tão importante para o Ministério dos Negócios Estrangeiros que, em 6 de junho de 1843, o ministro Honório Leão criticou a linha de conduta estabelecida pela Confederação Argentina e o Uruguai, com instigações de promessas e auxílios aos rebeldes do Rio Grande do Sul. A política de neutralidade do Império do Brasil em relação aos assuntos platinos era defendida por Honório e a intromissão destes países na rebelião do sul do Brasil iam de encontro à política de não-intervenção nos desentendimentos entre as repúblicas platinas.⁸²

A queixa do ministro atingia os principais líderes platinos daquela época: Oribe, Rivera e Rosas. Na administração de Oribe, foram notórios os auxílios por ele fornecidos aos rebeldes. Rivera, duramente criticado por Honório, pelo motivo de que foi amplamente favorecido pelo governo imperial brasileiro, e que, no entanto, passou a realizar convenções e pactos de mútuo auxílio com os farroupilhas. Rosas, apesar de não aprovar os acordos estabelecidos entre Rivera e os rebeldes, esquivava-se constantemente em estabelecer uma aliança mais consistente com o Império do Brasil para liquidar Rivera e os farroupilhas. Talvez pela conduta assumida pelos comandantes platinos é que a política exterior brasileira tenha começado a ser pensada de forma

1843. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano VIII, Número 15. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2009. 364 p. ; 17 x 25 cm Semestral ISSN: 1678-586X, p. 251-252.

⁸² Instrução de Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro dos Negócios Estrangeiros, a João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, ministro residente em Montevideu, em 06 de junho de 1843. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 44-58.

diversa daquela estabelecida anteriormente.

Em 1843, Frutuoso Rivera se indispôs contra o Império quando apoiou os farroupilhas na guerra civil e exigiu a devolução ao Uruguai das Missões sul-rio-



Tomás Guido.
LUNA, 2000, v.8.

grandenses. A reivindicação do território que estava sob hegemonia brasileira estava baseada no Tratado de limites de Santo Ildefonso, acordado em 1777. As ações de Rivera também desagradaram a Rosas, que temia uma Confederação rival à sua. Nesse panorama, parecia que uma aliança com o Império do Brasil e o governador de Buenos Aires era atraente, pois Rivera constituía-se em um inimigo comum a ambas nações. Tomás Guido, representante de Rosas, foi enviado ao Rio de Janeiro para negociar uma composição entre os dois países. Foi, então, concluída a

aliança com a finalidade exclusiva de derrubar Rivera e pacificar o Rio Grande do Sul. Contudo, mesmo que o acordo tivesse sido firmado e ratificado pelo Brasil, Rosas, no momento de também ratificá-lo, rejeitou-o, sob a justificativa de erros formais.

Na realidade, a aliança não passou de uma hábil manobra política, que jogou o Império contra Rivera e manteve-o afastado dos negócios platinos, como sempre pretendeu o governador argentino. Foi um triunfo completo de Rosas, que afastou o perigo de intervenção européia, recolocou Oribe no governo de Montevideu e continuou mantendo a neutralidade brasileira (CERVO, 1992, p. 55).

A atitude do governador de Buenos Aires acentuou a desconfiança dos meios políticos brasileiros. Percebeu-se a dificuldade de entendimento e a inviabilidade de uma composição com Rosas para atingir as metas concretas do governo imperial. Inclusive, quando Caxias assumiu a tarefa de pacificação da província do Rio Grande do Sul, Rosas prometeu 6.000 cavalos⁸³ ao exército imperial, intermediados por Manuel Oribe, o qual respondeu a Caxias que desconhecia tal promessa, esquivando-se em auxiliar o Império do Brasil.

Observou-se que, na realidade, Rosas procurou aproximação com o Brasil em vista das ameaças que a Argentina sofria das nações inglesa e francesa. Passado este

⁸³ Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Estância Boa Vista, nas Pontas de Jaguari, 16 de julho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 117, pt. 3.

perigo, desconsiderou qualquer aliança com o país. Após o fracasso da aliança com Rosas, em 1843, a política platina do Brasil atravessou por um período marcado “por indefinições táticas e estratégicas, pela consideração de alternativas incompatíveis e pela falta de clareza no estabelecimento de metas concretas” (CERVO, 1992, p. 98).

Conforme o historiador Amado Luiz Cervo, havia quatro alternativas na política exterior do Brasil em relação a Juan Manuel de Rosas. A reaproximação de sua pessoa; atacá-lo através de uma composição com o Paraguai; bloqueá-lo, juntamente com a França e a Inglaterra; e confrontá-lo diretamente, com ou sem aliança de terceiros. Pode-se inferir que, no Prata, tudo se definia em função de Rosas, das suas iniciativas ou pela possibilidade de suas reações. Mas para obter um possível entendimento com Rosas, da parte brasileira, fazia-se necessária a satisfação das seguintes exigências:

a) obtenção do tratado definitivo de paz, decorrente da convenção de 1828, para garantia da independência do Uruguai; b) reconhecimento da independência do Paraguai; c) liberdade de navegação; d) neutralização da ilha de Martín García, que dominava o estuário; e) reconhecimento dos limites sulinos, conforme o *uti possidetis* da época da independência do Brasil; f) estabelecimento do comércio regular regional; g) aproveitamento das pastagens uruguaias para o abastecimento do charque, cuja demanda interna crescia com a importação de escravos (CERVO, 1992, p. 100).

No parlamento brasileiro, ocorria amplo debate sobre as questões platinas e a política externa do país, prevalecendo até 1847 a corrente tradicional do pensamento neutralista. A permanência desta linha de ação pode ser explicada pela principal meta eleita como diretriz externa pela diplomacia brasileira: o reconhecimento da nacionalidade, buscado desde a independência em 1822. A meta do reconhecimento, segundo Cervo, influenciou tanto sobre as relações exteriores, que imobilizou as ações diplomáticas até a década de 1840. A apatia das relações diplomáticas brasileiras deve-se em parte à situação desfavorável que o país enfrentava.

Nações da Europa e os Estados Unidos mantinham uma diplomacia arrogante e ameaçavam constantemente o Brasil e outros países da América Latina. O governo brasileiro, então, sem poder reagir, mantinha uma posição defensiva e conciliadora, cumprindo obrigações e cedendo a reclamações abusivas. O retraimento das relações exteriores também ocasionou-se por iniciativas diplomáticas malconduzidas, atendendo aos interesses das nações mais ricas na tentativa de obtenção de sucesso na política de reconhecimento.

A importância da política de reconhecimento está na função que desempenhou, de ponte entre as pressões externas e as decisões internas: estas se moldaram àquelas, pela via da negociação e do consentimento final. Em vez de tirar proveito do quadro internacional e das forças internas, o governo brasileiro estendeu às nações estrangeiras, na bandeja, um extraordinário poder de barganha por ele criado e por elas utilizado para a realização de seus desígnios (CERVO, 1992, p. 23).

A política externa brasileira, entre os anos de 1820 a 1840, era predeterminada ao contexto do sistema global e não autônoma. Era bloqueada em termos de “imaginação, inovação, de ações positivas” (CERVO, 1992, p. 46). Sua linha de ação estava inserida sob a vigilância externa das nações mais poderosas, enquadrada na dependência política em que o Brasil incluía-se. Era condicionada profundamente pela hegemonia inglesa sobre Portugal, cujos efeitos foram transferidos ao Brasil, que sofreu com alianças comerciais desvantajosas a partir dos tratados de 1810. Prevalencia, portanto, os interesses unilaterais das nações mais avançadas. Conforme Amado Cervo, a política externa brasileira, à época da independência, foi o instrumento com que se viabilizou a subordinação nacional no esquema do desenvolvimento capitalista desigual. Durante estas duas décadas, a política externa caracterizou-se pela fragilidade da política de neutralidade. Todavia, uma outra linha de pensamento reagia ao nível do discurso crítico, e que preparava uma nova fase de autonomia da política externa do país, que iria se inaugurar em 1844.

Um novo projeto de política externa instalou-se em meados de 1844, caracterizado pela ruptura com a fase anterior da neutralidade e pelo fortalecimento da vontade nacional. O novo projeto envolveu uma redefinição das metas externas, a partir de novas percepções do interesse do Império, resultando uma política externa vigorante. Segundo Sandra Brancato, é importante perceber nos rumos que toma a política exterior de uma nação, em que medida ela é resultante da vontade nacional, entendida aqui como sendo o conjunto de valores e expectativas de um povo. Conforme Brancato, pode existir o risco de confundir a vontade nacional com a de um grupo específico ou de um indivíduo, que em um determinado momento esteja no comando da política externa de um país. Pode-se dizer que a vontade nacional, no caso, foi criada pelo Gabinete imperial, parlamentares e imprensa, os quais construíram a necessidade de uma política externa mais incisiva nos assuntos do Prata.

Avalia-se, portanto, a mudança da política exterior brasileira com o Prata, passando-se de uma fase de grande neutralidade para uma mais atuante, como resultado

das reações contrárias ao projeto de relações internacionais anteriormente posto. A inviabilidade da manutenção de relações mais confiáveis com as lideranças platinas, demonstrada pelo fracasso com que as composições com eles resultaram, ocasionaram a alteração da política exterior platina brasileira. Parecia que era necessário interceder energicamente no Prata para garantir os interesses brasileiros na região.

Essa fase da política exterior brasileira foi denominada por Amado Cervo de *passagem da neutralidade à intervenção* e abrangeu o período de 1844 a 1852. A sua implementação passava pela solução da guerra civil no Rio Grande do Sul, mas também pela remoção ou enfraquecimento de possíveis alianças com forças insurrecionais internas no futuro. A região do Prata sentiu, a partir deste período, a “política de potência do Estado-Império” (CERVO, 1992, p. 97), que passou a ser guiada a partir de objetivos próprios, aos quais subordinavam-se os métodos e meios das ações diplomáticas. Os países do Prata passaram a ver o Brasil como imperialista. A forma de governo monárquica do Brasil contribuía para agravar as desconfianças dos países vizinhos que viviam sob administração republicana.

3.2 Início do declínio farroupilha

Novas tentativas de pacificação da província do Rio Grande do Sul foram realizadas pelo governo imperial. Em março de 1840, Saturnino de Souza Oliveira, presidente legal da província, conferenciou com Bento Gonçalves a fim de chegar ao término da insurreição. Esse, porém, recusou-se a recuar sem que as tropas imperiais regressassem para Porto Alegre, abandonando as regiões do estado em que faziam frente às tropas farroupilhas.⁸⁴ Os legalistas contestaram o pedido e responderam que não retirariam as tropas de nenhum ponto, “como que não mandará parar quaisquer movimentos e operações, que tem a fazer com as forças imperiais, senão para receber e perdoar a qualquer que deponha as armas, e se acolha as bandeiras imperiais”.⁸⁵ E as negociações entre imperiais e farroupilhas fracassaram mais uma vez.

O governo central estava tão disposto a obter a pacificação da província sulina que efetuou concessões aos rebeldes. Em 1840, “cedeu a uma das principais

⁸⁴ Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Gaspar Francisco Mena Barreto, em 3 de março de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 222-223.

⁸⁵ Declaração de Saturnino de Souza Oliveira, em 4 de março de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 224.

exigências econômicas dos farrapos, decretando uma taxa de importação de 25% sobre a carne salgada vinda do Prata e que concorria com a nacional” (FAUSTO, 2002, p. 170). Na época da deflagração da guerra civil farroupilha, em setembro de 1835, o imposto do charque platino era de apenas 4%, favorecendo a concorrência estrangeira em detrimento do charque sul-rio-grandense no mercado brasileiro, com o objetivo de baixar preços pela grande demanda de oferta. Entretanto, parecia que a concessão econômica não era suficiente para que os farroupilhas depusessem as armas e restituíssem a paz.

Enquanto isso, Bento Gonçalves comunicava-se com Frutuoso Rivera em ofício enviado a 10 de junho de 1840,⁸⁶ relatando as operações militares e os combates com os imperiais, queixando-se que o comando do exército tomava-lhe muito tempo: “a pesada e árdua tarefa de comandar em chefe o exército me tem roubado desde algum tempo o doce prazer de dar e receber notícias de V. Ex.; agora porém alguns momentos para cumprir este sagrado dever”. Assegurava também a aliança com Rivera: “solicito em manter religiosamente a boa harmonia, amizade e inteligência, que deve existir entre duas repúblicas”.

Os recursos militares dos rebeldes, em meados de 1840, estavam se deteriorando. Conforme Saturnino de Souza Oliveira, em ofício ao general Pedro Labatut, a totalidade do exército farroupilha compreendia o número de 3.000 a 3.500 homens. Em uma demografia provincial estimada em 400 mil habitantes, representava o ínfimo percentual de 0,88%. Para um exército basicamente de cavalaria, o estado dos animais, segundo Oliveira, estava péssimo. Não possuíam fardamento suficiente, e com a chegada do inverno ficariam ainda em piores condições. Saturnino estava confiante na vitória imperial: “os rebeldes não têm agora forças reunidas na campanha; diz-se, que o seu governicho voltou para Caçapava, mas as nossas partidas de cavalaria lhe entraram em poucos dias; e neste estado, dado o golpe no exército, a rebelião deve sucumbir”.⁸⁷ O historiador Spencer Leitman detectou que depois de cinco anos de luta, em 1840, “os recursos materiais dos farroupilhas começaram a se esgotar” (LEITMAN, 1979, p. 26).

A força legalista neste período contava com aproximadamente 6.500 homens, quase, na totalidade, sul-rio-grandenses, além das milícias recrutadas nas

⁸⁶ Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Frutuoso Rivera, em 10 de julho de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 239-240.

⁸⁷ Ofício de Saturnino de Souza Oliveira a Pedro Labatut, em 27 de maio de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 238-239.

idades conforme a necessidade. Acrescente-se a significativa reserva de colonos alemães, cuja fidelidade se devia ao projeto colonial na América para populações desesperançadas no continente europeu. O exército imperial, especialmente depois de 1840, passou a designar seus oficiais e praças conforme a necessidade do serviço para quaisquer grupamentos, procurando lograr mais eficiência nos combates militares. E a província do Rio Grande do Sul, obedeceu a esta mesma condição, reorganizando as tropas através de uma maior vinculação às unidades do que as realidades provinciais. Conforme o historiador José Iran Ribeiro, esta reorganização do exército aumentou o “profissionalismo da tropa, tornando-se uma realidade no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX”.⁸⁸

Soares de Andréa, antes de deixar a presidência da província, comunicou ao ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que a maior parte dos habitantes do Rio Grande do Sul não era rebelde, mas que, por meio da força e ameaça, são constrangidos a pegar em armas, tornando-se rebeldes. Dizia, ainda, que:

Um rebelde com prestígio, ainda que se apresente só em um distrito chama em poucos dias alguns outros ao seu partido, e em passando de seis, vão obrigando todos os outros, um a um; e quem não quer ser fuzilado, ou ver a sua casa roubada e insultada por todos os modos, faz-se farrapo.⁸⁹

Em outro ofício,⁹⁰ dirigido ao mesmo ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Andréa pediu auxílios para a infantaria e barcas a vapor. Acreditava que a pacificação da província só viria por meio do confronto militar, temendo ainda o auxílio concedido por Frutuoso Rivera. Depois, entrou no exercício do governo legalista Alvares Machado, a partir de 25 de novembro de 1840, no lugar de Francisco José de Souza Soares de Andréa, que havia ocupado o cargo durante os últimos quatro meses. João Paulo Santos Barreto ocupou-se do comando do exército imperial na região, trazendo o visconde de Camamú para empregar nas tropas.

⁸⁸ RIBEIRO, José Iran. “Tudo isto é indiada coronilha (...) não é como essa cuscada lá da corte”: o serviço militar na cavalaria e a afirmação da identidade rio-grandense durante a guerra dos farrapos. In: POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. –Pelotas: Ed. Da UFPEL, 2010, p. 113.

⁸⁹ Ofício de Francisco José Soares de Andréa a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, em 03 de outubro de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883, p. 291.

⁹⁰ Ofício de Francisco José Soares de Andréa a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, em 12 de outubro de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 294-295.

Em 7 de janeiro de 1840, Antônio Paulo da Fontoura, um dos vice-presidentes da República Rio-Grandense, foi convidado a tomar posse do cargo enquanto José Mariano de Matos estava ausente.⁹¹ Fontoura recusou o convite, respondendo que privaria a república dos relevantes serviços do presidente, comparando sua inércia administrativa ao tino governativo de José Mariano de Matos. Contudo, sabe-se que na própria documentação deixada por Fontoura havia referências depreciativas a Matos. Supõe-se que sua resposta estivesse impregnada de sarcasmo.

Mais uma vez foram realizados contatos para solucionar a guerra civil farroupilha. Dessa vez, entre Francisco Alvares Machado e Bento Gonçalves da Silva. A tentativa tampouco alcançou sucesso porque Bento queria realizar uma conferência, o que Francisco não aceitava sem antes Bento e seus companheiros declararem-se súditos do Império. O governo legal não admitia que os rebeldes impusessem termos a D. Pedro II, conforme Machado participara a Bento Gonçalves: “Rejeitando porém a anistia, ou querendo impor condições ao monarca, é V. S. quem entrega à sorte das armas esta província, que o viu nascer; e então fica-me o pesar de que corra ainda não por culpa minha, o sangue brasileiro”.⁹² O acontecimento foi relatado pelo presidente legal à Corte:

Eu jamais poderia ouvir dos rebeldes condições, que fossem ofender a coroa imperial, e ferir a dignidade da nação; repeli-as, pois com veemência, e o Exm. comandante em chefe do exército já tem hoje em movimento as forças imperiais para fazer com que cedam às baionetas o que não quiseram ceder à razão e à suma bondade de S. M. I.

A vitória há de seguir o estandarte imperial por toda a parte em que ele tremular, e ainda que ela se demore, nem por isso há de deixar de ser certa.

Minuciosamente levarei ao conhecimento de V. Ex, tudo quanto ocorrer, para V. Ex. dignar-se levar a presença de S. M. o Imperador.⁹³

Os desentendimentos entre as lideranças farroupilhas também acirraram-se a partir da década de 1840. O farroupilha Bernardo Pirez⁹⁴, em comunicação a Domingos

⁹¹ Ofício de Antônio Paulo da Fontoura a Serafim dos Anjos França, em 7 de janeiro de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 428.

⁹² Ofício de Francisco Alvares de Machado a Bento Gonçalves da Silva, em 8 de dezembro de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883, p. 339.

⁹³ Ofício de Francisco Alvares Machado a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, em 9 de dezembro de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883, p. 341.

⁹⁴ CV-7396 - Ofício de Bernardo Pirez a Domingos José de Almeida, em 21 de março de 1841.

José de Almeida, em 21 de março de 1841, escreveu que se empenharia para desfazer as intrigas que pudessem nascer entre seus amigos e compatriotas.

Bento Manuel Ribeiro deixou as forças farroupilhas pela última vez, passando a combatê-los sob as ordens do governo imperial. Contudo, o abandono de Ribeiro do serviço da República Rio-Grandense não foi abrupto e sim lento. Oficialmente, Bento Manuel Ribeiro desligou-se do exército republicano em 18 de julho de 1839, mas continuou correspondendo-se com Domingos José de Almeida até 1840.⁹⁵ Seu desligamento deveu-se à nomeação do coronel Francisco José da Rocha para o comando do 2º Batalhão de Caçadores da República Rio-Grandense. No teor da correspondência de Bento Manuel Ribeiro endereçada a Domingos José de Almeida, em 17 de julho de 1839, transparecia sua indignação na premiação de Rocha, que na sua opinião, deveria ser punido pelas suas insubordinações e “ações indignas de um oficial”.⁹⁶

A carta de Bento Manuel foi publicada no jornal *O Povo*, em 24 de julho de 1839. Em ofício⁹⁷ expedido ao presidente legalista Saturnino de Souza Oliveira, no dia 18 de julho de 1840, Ribeiro pediu anistia e garantia de seus bens: “ofereço retirar-me absolutamente do partido revolucionário, sob a condição de mandar V. Ex., em boa e devida forma, anistia, que garanta minha pessoa e bens da maneira a mais completa”.

No início de outubro do mesmo ano, Bento Manuel resolveu retirar-se para o Estado Oriental, porque fora acusado por José Mariano de Matos de não atacar os legalistas em São Tomé por estar mancomunado com eles. Na correspondência enviada ao tenente-coronel Jacinto Guedes da Luz, adepto da causa rebelde, Bento Manuel comunicou sua ida para Salto, onde encontraria-se com Rivera. Pediu ainda que “não tornem a empunhar armas contra o Governo do Brasil, porque nesse caso compromete este Presidente com aquele governo, e a minha pessoa para com ele”.⁹⁸

Em 14 de março de 1841, Bento Gonçalves da Silva retornou à condição de presidente da República Rio-Grandense. José Mariano de Matos, que havia assumido o

⁹⁵ Na presente pesquisa foram encontrados quatro ofícios de Bento Manuel Ribeiro endereçados a Domingos José de Almeida após seu desligamento dos serviços prestados à República Rio-Grandense. Em 19 de setembro de 1839 (CV-7749), em 1º de abril de 1840 (CV-7759), em 10 de agosto de 1840 (CV-7766) e 1º de outubro de 1840 (CV-7769).

⁹⁶ CV-7746 -Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Domingos José de Almeida, em 17 de julho de 1839.

⁹⁷ Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Saturnino de Souza Oliveira, em 18 de julho de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 257-258.

⁹⁸ CV-7769 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Domingos José de Almeida, em 1º de outubro de 1840.

cargo em novembro de 1839, regressou ao posto de ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Marinha e Exterior.

Os auxílios entre os farroupilhas e Frutuoso Rivera permaneceram. O legalista João Paulo dos Santos Barreto reclamou ao ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Francisco Paula Cavalcanti de Albuquerque, em 22 de maio de 1841, sobre a dificuldade em comprar cavahada no Estado Oriental.⁹⁹ Segundo João Paulo, isso devia-se à proteção dada por Rivera aos rebeldes, de armamentos e fardamentos enviados de Montevidéu pelo chefe uruguaio. As suspeitas confirmaram-se verdadeiras quando foi celebrada a *Convenção de Auxílios* entre Rivera e Bento Gonçalves, no dia 18 de dezembro de 1841. No acordo, os rebeldes cederiam 700 homens com o intuito de invadir e ocupar a província de Entre Rios¹⁰⁰, depondo a sua administração. Em contrapartida, Rivera enviaria 2 mil cavalos para o serviço do exército da República Rio-Grandense. No dia 26 de dezembro,¹⁰¹ Bento reforçou a convenção firmada, informando que iria enviar os soldados prometidos e exigindo a cavahada que fora negociada.

No dia 13 de janeiro de 1842, Bento finalmente avisou Rivera do envio dos soldados para a campanha de Entre Rios, levados pelo general Antonio Netto. Naquele momento, Bento Gonçalves fazia um enorme sacrifício, pois *emprestava* os soldados quando o governo imperial aumentava suas tropas e preparava-se para atacar em várias frentes. Esperava-se que Rivera cumprisse sua promessa assim como Bento havia cumprido a sua:

Ninguém melhor que V. Ex. pode avaliar o quilate de sacrifício por mim feito atualmente com a ida dessa divisão, no instante em que o governo imperial esgota todos os recursos de que pode lançar mão, para suplantar esta recente república, e que vai tomar a ofensiva sobre a campanha, saindo uma divisão pelo São Gonçalo, e o exército do campo, que ora ocupa, movimento que vai ser já desenvolvido, segundo todas as probabilidades e notícias vindas do Rio Grande. Esperanço-me porém, que V. Ex., tomando o quanto venho de expender em seu verdadeiro ponto de vista, não só fará regressar a divisão o mais pronto que se possa, mas também ativará a vinda das cavahadas, afim de eu poder manobrar com vantagem na frente do

⁹⁹ Ofício de João Paulo dos Santos Barreto a Francisco Paula Cavalcanti de Albuquerque, em 22 de maio de 1841. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 348-349.

¹⁰⁰ O governador de Entre Rios era Justo José de Urquiza, aliado no então momento de Juan Manuel de Rosas, a quem Rivera pretendia combater.

¹⁰¹ Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Frutuoso Rivera, em 26 de dezembro de 1841. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 359-360.

exército imperial, se estas, como espero, me não faltarem, bem assim outros recursos, que por ventura nos sejam precisos da república.¹⁰²

Durante o ano de 1842, “o Império lutou contra a revolução liberal de São Paulo,¹⁰³ mas manteve um exército de 11 mil homens no Rio Grande do Sul” (FLORES, 1984, p. 80). As revoltas liberais ocorridas em São Paulo e também em Minas Gerais decorreram em parte, pela dissolução da Câmara dos Deputados pelo Imperador. Esta decisão acirrou os ânimos dos líderes liberais, levando-os a encabeçar movimentos armados. Foi ao barão de Caxias¹⁰⁴, Luís Alves de Lima e Silva, que o imperador atribuiu a tarefa de reprimi-las. Em 3 de setembro de 1842,¹⁰⁵ o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo central, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, noticiou ao corpo diplomático



Conde de Caxias, título nobiliárquico recebido pela *pacificação* do Rio Grande. Arquivo Moreira Bento.

¹⁰² Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Frutuoso Rivera, em 13 de janeiro de 1842. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 365-366.

¹⁰³ Em 1842, eclodiu em São Paulo a Revolução Liberal, liderada por Rafael Tobias de Aguiar (1795-1857), que havia presidido a província de 1831 a 1835 e de 1840 a 1841. Tobias de Aguiar liderou a Revolução Liberal com a ajuda, na região, do padre Diogo Antônio Feijó, em cuja regência começara a secessão farroupilha no Rio Grande do Sul. A proposta principal era usar as armas para derrubar o presidente da província, o barão de Monte Alegre. Em 15 de maio de 1842, Sorocaba foi declarada capital provisória da Província de São Paulo e Tobias de Aguiar seu presidente interino. De imediato, foi formado um exército de mil e quinhentos homens dispostos a tomar a cidade de São Paulo e derrubar o governo do Partido Conservador. O grupo revoltoso tinha bases e apoio em diversas vilas do interior provinciano, como Itu, Itapetininga, Sorocaba e Capivari. Em Campinas, o exército rebelde era comandado pelo capitão ituano Boaventura do Amaral. Ele morreu no Combate da Venda Grande, 1842. As frentes revoltosas foram eliminadas antes da marcha planejada sobre São Paulo. As forças imperiais eram comandadas por Luís Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias. O Regente Feijó foi preso em junho daquele ano em Sorocaba. Tobias de Aguiar tentou fugir para o Rio Grande do Sul, mas acabou detido e levado ao Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br/visualizar.php?id=732048>. Acesso em: março de 2012. Domitila de Castro Canto e Melo (marquesa de Santos e ex-amante de D. Pedro I) casou-se com Rafael Tobias de Aguiar no ano em que eclodiu a revolta, em 1842. Durante a fuga do marido para o Rio Grande do Sul, refugiou-se em um convento em Sorocaba. Convenceu D. Pedro II a cuidar do marido doente na prisão, no Rio de Janeiro, sendo anistiados e soltos meses depois. Ver: REZZUTTI, Paulo. Mulher de fibra. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 82. Julho de 2012, p. 48-51.

¹⁰⁴ Caxias executou a tarefa, dominando São Paulo em junho de 1842 e Minas Gerais em agosto do mesmo ano. Ver: TAVARES, A. De Lyra. ALMEIDA, Washington Perry de. O Segundo Reinado e a Unidade Nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1977. Vol. 314, p. 271.

¹⁰⁵ Ofício circular de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho em 03 de setembro de 1842. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral ISSN: 1678-586X, p. 113-114.

brasileiro sobre a pacificação das províncias de Minas Gerais e São Paulo.

Na concepção do ministro, instaurava-se para o Império um futuro de estabilidade e ordem, consolidando-se a política do governo monárquico ao reprimir a anarquia instaurada em algumas províncias. Aureliano dizia ainda que o governo imperial empregaria todos os seus esforços na pacificação da província do Rio Grande do Sul, “única em que hoje existe o pendão da revolta”.

Até a nomeação do barão de Caxias como comandante-em-chefe do exército imperial e presidente do Rio Grande do Sul, as forças imperiais na província foram chefiadas pelo conde do Rio Pardo, seguido pelo brigadeiro Silva Bittencourt. Em 1º de novembro de 1842, Bittencourt recebeu aviso sobre a nomeação do barão de Caxias para comandante em chefe do exército imperial. Dirigiu, então, ofício ao comando das forças imperiais, aprovando a escolha de Caxias: “Permita-me V. Exm., que eu expresse quanto prazer me cabe por ter de entregar este comando ao benemérito geral, brioso, inteligente e feliz, que faz hoje a segurança do Brasil”.¹⁰⁶ Saturnino de Souza e Oliveira, até então presidente legalista da província, comunicou ao ministro da Guerra e da Marinha, José Clemente Pereira, a sua satisfação pela completa pacificação de Minas Gerais, e que nos pontos da província ocupados pela legalidade houve muitas demonstrações de satisfação. Dizia ainda que havia mandado “espalhar exemplares da participação do barão de Caxias, fazendo igualmente espalhar outros pelos lugares que ainda obedecem ao governo rebelde”.¹⁰⁷

3.3 Estratégia militar de Caxias na contenção da guerra civil farroupilha

Caxias foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul em 28 de setembro de 1842, tomando posse em 9 de novembro do mesmo ano.¹⁰⁸ A situação do exército imperial na região era bastante delicada quando Caxias assumiu o seu comando. Todas as administrações anteriores haviam fracassado nas negociações com os rebeldes. O oferecimento de anistias e as propostas de pacificação da província foram constantemente rejeitados pelos farroupilhas. Além disso, os farroupilhas, “a qualquer

¹⁰⁶ Ofício de Silva Bittencourt ao ministro da Guerra, em 28 de junho de 1842. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil do Rio Grande do Sul*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1882. Vol. 452, p. 382.

¹⁰⁷ Ofício de Saturnino de Souza e Oliveira ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 05 de novembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 184, pt. 1.

¹⁰⁸ Ofício do barão de Caxias ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Candido José de Araújo Vianna, comunicando sua posse na província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 9 de novembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 1, pt. 1.

ofensiva imperial seguiam rumo ao Estado Oriental, onde recebiam proteção de Rivera” (MENDES, 2011, p. 13).

Durante seus primeiros dois meses de governo, Caxias tratou de visitar os corpos imperiais espalhados pela província, organizar o exército e iniciar as primeiras tentativas de entendimento com os governos platinos. Constituiu o exército legalista na província em três divisões: a 1ª comandada pelo brigadeiro Felipe Néri de Oliveira; a 2ª, pelo coronel Jacinto Pinto de Araújo Correia, e a 3ª, por João da Silva Tavares. Caxias dispunha de um contingente militar de 11.549 soldados. Desses, “sete mil fizeram a guerra de movimento, e o restante, a de posição, guarnecendo as principais cidades e vilas partidárias do governo imperial” (MENDES, 2011, p. 105).

Moacyr Flores comenta que Caxias distribuía carne à população sul-riograndense e dava tecidos para as mulheres costurarem fardamento às tropas imperiais, conquistando a simpatia da população, que achava melhor viver “sob a fartura do Império do que com a guerra e a fome da República” (FLORES, 1984, p. 84). Além disso, puniu severamente os comerciantes que vendiam mercadorias aos farroupilhas.

Em contato com Oribe, Caxias promoveu acordo para impedir que os farroupilhas se refugassem na fronteira oriental. Desde seu primeiro mês como presidente legal da província, procurou interceder junto ao Paraguai¹⁰⁹ para a obtenção de cavalaria para seu exército, compensando o péssimo estado em que encontrou os cavalos pertencentes às tropas legalistas. Seu antecessor, Saturnino de Souza e Oliveira, já havia iniciado negociações para aquisição de cavalaria na província de Corrientes, compra efetivada por Caxias em 25 de janeiro de 1843.¹¹⁰ Em 10 de maio de 1843, Oribe e Caxias trocavam correspondências sobre a possibilidade de venda de 6 mil cavalos ao exército imperial.¹¹¹

No mês seguinte, o barão informou ao ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Salvador José Maciel, sobre a sua expectativa em receber 4.000

¹⁰⁹ Em 12 de novembro de 1842, Caxias oficiou ao ministro José Clemente Pereira sobre a nomeação de uma agente diplomático na República do Paraguai, a fim de que se facilitasse a compra de cavalaria para uso do exército imperial. Ofício do barão de Caxias a José Clemente Pereira, em 12 de novembro de 1842. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 49-50.

¹¹⁰ Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 25 de janeiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 49, pt. 1.

¹¹¹ Ofício de Manuel Oribe ao barão de Caxias, em 10 de maio de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 121.

cavalos que havia encomendado do Estado Oriental.¹¹² Em 2 de novembro de 1843, Caxias oficiou ao ministro Salvador José Maciel sobre as negociações que havia praticado também com Rivera a fim de adquirir 3 mil cavalos em troca de armamentos e peças de artilharia.¹¹³ A aquisição de cavalaria pelo exército imperial após a nomeação de Caxias provinha de três formas: negociação com os países platinos; particulares e expropriação dos inimigos. A compra de cavalos na região do Prata, além da necessidade real, pode ser interpretada como uma forma de impedir que os farroupilhas obtivessem cavalaria, já que era habitual que os rebeldes a conseguissem por intermédio de acordos com os líderes platinos. As províncias platinas beneficiavam-se em muito com o recurso militar considerado o mais importante: o cavalo, pois abasteceram, por diversas vezes, as duas forças oponentes que se enfrentaram na guerra civil farroupilha.

O barão de Caxias viu também a possibilidade de aumentar o contingente militar das tropas legalistas por intermédio da nacionalização dos imigrantes da colônia de São Leopoldo. Em 13 de dezembro de 1842, escreveu ao ministro José Clemente Pereira que havia sido informado que na colônia de São Leopoldo “poderia tirar uma força de 500 homens, todos bons soldados, aptos para lidar a cavalo, senão superiores, ao menos iguais à melhor gente do país”.¹¹⁴ O barão questionou também algumas medidas tomadas pelo governo legalista anterior, como, por exemplo, a proibição das relações comerciais entre as cidades legalistas e aquelas ocupadas pelos rebeldes. Para ele, a própria dificuldade em distinguir as regiões ocupadas pelos farroupilhas, em vista de seu caráter ambulante, poderia priorizar a importação de artigos platinos, enfraquecendo o comércio local.¹¹⁵

Bento Manuel Ribeiro foi incorporado às tropas legalistas pelo barão, mesmo contrariando as ordens do próprio imperador para que não o empregasse em nenhum comando das forças imperiais.¹¹⁶ Ribeiro sofria considerável rejeição dos

¹¹² Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Taquarimbó grande, 20 de junho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 101, pt. 3.

¹¹³ Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. São Gabriel, 2 de novembro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 137, pt. 3.

¹¹⁴ Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 13 de dezembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 29, pt. 1.

¹¹⁵ Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Vila do Rio Pardo, 5 de fevereiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 53, pt. 2.

¹¹⁶ Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Passo de São Lourenço, 22 de fevereiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 62, pt. 2.

oficiais imperiais¹¹⁷ pela maneira com que se comportava durante a guerra civil, trocando de lado e estabelecendo alianças segundo seus interesses. Isto é, primeiro participante da sedição em 1835; depois rompendo com os farroupilhas em 1836, devido ao impedimento da posse de José de Araújo Ribeiro, passando para o lado dos imperiais; rompimento com os imperiais devido à insatisfação com a nomeação de Antero José de Brito em 1837, passando para o lado rebelde e rompimento com os farroupilhas novamente em vista da nomeação do coronel Francisco José da Rocha para o comando do 2º Batalhão de Caçadores da República Rio-Grandense em 1839. Mas, Caxias, operando pela sua aceitação, por fim, venceu a rejeição de Bento Manuel Ribeiro, tendo ele como aliado até o final do conflito bélico, em 1845. Era importante que Ribeiro fosse incluído nas tropas legalistas principalmente pela sua relação com as lideranças platinas, “o que facilitava a compra de cavalaria, além de ser um exímio estrategista” (MENDES, 2011, p. 16).

De certa forma, Caxias também adotou a prática de concessão de anistias aos rebeldes, conforme seus antecessores, porém, mesmo agindo pela diplomacia, nunca deixou de combater incisivamente as tropas farroupilhas. A prática surtiu resultados, pois em fins de 1843, os farroupilhas Francisco de Sá Brito, que havia sido nomeado ministro dos Negócios da Justiça da República Rio-Grandense¹¹⁸, Serafim dos Anjos França e Joaquim Maximo Lobato, além de outros soldados, solicitaram anistia.

Conforme Jeferson dos Santos Mendes, no primeiro semestre de 1843 predominou a guerra de posição nas manobras do exército imperial no Rio Grande do Sul, pois dominavam as cidades e os portos da província. A partir do segundo semestre do mesmo ano, as manobras dos efetivos de movimento passaram a ser realizadas em um raio de ação de marchas em linha, de Alegrete até Jaguarão. A estratégia impediu, definitivamente, “a movimentação rebelde da província para o Estado Oriental, assim como de Rivera para



Coronel Félix Vieira, farroupilha, conhecedor da fronteira do Jaguarão. Coleção Varela.

¹¹⁷ Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande, 4 de maio de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 192, pt. 4.

¹¹⁸ Decreto de Bento Gonçalves da Silva, em 24 de janeiro de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 401.

a província” (2011). Naquele ano, ocorreram 19 batalhas entre imperiais e farroupilhas, sendo que na maioria das vezes o lado imperial triunfou.

Durante a administração de Caxias, Manuel Oribe ocupava o centro do Estado Oriental, onde instalou o *Governo de Cerrito*, que passou a sitiá-lo. O governo uruguaio elegeu Joaquín Suárez para suceder Frutuoso Rivera, que havia sido derrotado em 1843 por tropas argentinas¹¹⁹ e uruguaias sob o comando de Oribe. O domínio de Oribe no Estado Oriental proporcionou o enfraquecimento de Rivera no território uruguaio. Mesmo com sua influência reduzida, Caxias preocupava-se com o contínuo auxílio e proteção que Rivera dava aos rebeldes. Por isso, enviou Silva Tavares à fronteira uruguaia com o intuito de sondar “o estado das coisas daquele lado”.¹²⁰ O Ministério das Relações Exteriores, através do ministro Honório Hermeto Carneiro Leão, também intercedia pela busca da pacificação da província do Rio Grande do Sul, através de instruções ao encarregado de negócios na República Oriental do Uruguai, João Francisco Régis: “Aprovo igualmente as comunicações que V. Mce. tem feito ao presidente da província de São Pedro, acerca dos sucessos mais notáveis, que devem chegar ao seu conhecimento para o desenvolvimento de suas operações militares”.¹²¹

Em 6 de dezembro de 1842, Oribe venceu as forças de Rivera em Cerro Largo, expulsando seus aliados de alguns pontos na fronteira. Isso favoreceu Caxias, pois, os rebeldes não teriam mais tanta facilidade para atravessar o Estado Oriental e receber os recursos antes proporcionados. Além disso, “os contatos com Manoel Oribe possibilitavam a entrada e saída das tropas imperiais no Estado Oriental” (MENDES, 2011, p. 79).

¹¹⁹ As tropas argentinas foram enviadas por Juan Manuel de Rosas, que aliando-se a Manuel Oribe, pretendia destituir Frutuoso Rivera do cargo de presidente do Uruguai, assumindo em seu lugar Oribe. Joaquín Suárez não foi aceito como presidente do Uruguai por Rosas e Oribe, os quais passaram a combatê-lo. O bloqueio do porto de Montevidéu foi uma das ações contra o governo uruguaio. Ver: MENDES, Jéferson. *As relações diplomáticas entre o Barão de Caxias, os farroupilhas e os governos platinos e provincianos durante a Revolução Farroupilha*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/.../253>. Acesso em: junho de 2010, p. 13-14.

¹²⁰ Carta de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Rio Grande, 29 de novembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 22, pt. 1.

¹²¹ Instruções de Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro dos Negócios Estrangeiros, a João Francisco Régis, encarregado de negócios em Montevidéu, em 27 de fevereiro de 1843. *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática*. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 26.

Rivera foi derrotado por Oribe também na região de Entre Rios em 22 de dezembro de 1842. Com essa derrota, Caxias temia que Rivera buscasse apoio entre os rebeldes do Rio Grande do Sul. Existia indícios de que Bento Gonçalves e Rivera haviam se entendido sob a forma de algum tratado, pois os farroupilhas, conforme Caxias, receberam do Estado Oriental 200 clavinhas e 200 espadas.¹²² E agora, com o fracasso de Rivera em Entre Rios, era possível que ele viesse procurar socorro no Rio Grande do Sul. Pensando nessa hipótese, Caxias reforçou a infantaria legalista na região da fronteira com o Uruguai.

Antes mesmo que o tratado de Paisandú fosse ratificado entre os farroupilhas e Rivera, Caxias teve acesso sobre suas negociações através de ofício do coronel João da Silva Tavares. O ministro José Clemente Pereira foi informado pelo barão sobre as conferências que Bento Gonçalves havia tido em Paisandú.¹²³ Além do tratado de Paisandú, Rivera também assinou com os rebeldes outros acordos.¹²⁴



Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná. Fonte: Itamaraty.

Apesar de Caxias tentar coibir a passagem dos farroupilhas para as províncias platinas, era difícil impedir que eles recebessem os recursos provenientes dessas regiões. Então, gradativamente, deslocou o exército imperial para a região da Campanha,¹²⁵ procurando destruir “os redutos rebeldes existentes na fronteira” (MENDES, 2011, p. 57). Em um desses deslocamentos, o imperial Antônio Ignácio bateu de frente com o rebelde Antônio Mariano. No combate, foi apreendida a correspondência de Rivera endereçada a Canabarro. Nela, era revelada a existência de um plano sedicioso entre os farroupilhas e o líder oriental, além da promessa de Rivera em conceder cavalaria aos rebeldes. Caxias, em correspondência com o ministro da Guerra, Salvador José Maciel, exprimiu

¹²² Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 36, pt. 1.

¹²³ Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 05 de janeiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 54, pt. 1.

¹²⁴ Com a República Rio-Grandense, além dos acertos de Piratini e Canguê, Rivera assinou o Tratado de Paissandu, em setembro de 1838; a Convenção Secreta, de 5 de junho de 1841; a Convenção de Auxílios, de 28 de dezembro de 1841; a Convenção de Corrientes, de 29 de janeiro de 1842; a segunda Convenção de Paissandu, de 15 de outubro de 1842 (a qual Caxias teve acesso pela correspondência de Silva Tavares); e a Convenção das Pontas do Quaraí, em 6 de março de 1844. Ver: GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 354.

¹²⁵ Região ondulada em coxilhas, coberta por vegetação herbácea, onde predomina a pecuária, as estâncias de gado, localizada na metade sul com predominância no sul e sudoeste do Rio Grande do Sul.

sua opinião em relação à escolha de aliados no Estado Oriental, optando pela opção de Manuel Oribe, pois visualizava em Oribe uma possível cooperação com o governo central, enquanto que Rivera iludia o Império ajudando secretamente os farroupilhas.¹²⁶

Até mesmo os farroupilhas desconfiavam de Rivera. Conforme as informações que Caxias recebia de seus oficiais, os rebeldes “estão muito duvidosos sobre o partido que devam tomar no caso de que o referido general se venha reunir a eles”.¹²⁷ O receio dos farroupilhas em formar aliança com Rivera advinha principalmente das derrotas militares que ele havia sofrido, especialmente a de Serro Largo, em que Oribe havia expulsado suas forças em final de 1842. Entretanto, logo, também sofreu novo revêl em Entre Rios, e em final de fevereiro de 1843, Rivera já encontrava-se na região de Chuí¹²⁸, procurando auxílio dos rebeldes, após as perdas militares que havia sofrido.

Quando Caxias perseguiu os rebeldes pela região do município de Alegrete, estes atravessaram a fronteira em direção ao Estado Oriental com um contingente de 2.500 soldados. Bento Gonçalves, anteriormente, havia permitido que o coronel Bernardino Baez, liderando 300 soldados orientais, entrasse em solo sul-rio-grandense. Para Caxias, era evidente que existia um tratado entre Rivera e Bento Gonçalves para que os rebeldes pudessem atravessar a fronteira uruguaia com força armada sempre que fossem perseguidos pelo exército imperial; e a mesma concessão, quando os riveristas fossem perseguidos pelos contingentes de Oribe. O barão deduziu em ofício ao ministro e secretário de estado dos Negócios Estrangeiros, Honório Hermeto Carneiro Leão, que se os rebeldes permanecessem evadindo-se pela fronteira se tornaria muito difícil “a completa pacificação desta província”.¹²⁹

Todavia, a preferência manifesta dos farroupilhas por Rivera começou a irritar os partidários do general Manuel Oribe, os quais demonstravam sua insatisfação em “alguns choques de pouca importância”¹³⁰, conforme analisou Caxias. Foi pela

¹²⁶ Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Vila de Santa Maria, 4 de dezembro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 148, pt. 3.

¹²⁷ Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Passo de São Lourenço, 17 de fevereiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 59, pt. 2.

¹²⁸ Ofício de Domingos José Gonçalves de Magalhães ao marechal Antonio Ferreira de Brito. Porto Alegre, 22 de fevereiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 61, pt. 2.

¹²⁹ Ofício do barão de Caxias a Honório Hermeto Carneiro Leão, em 7 de abril de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 82.

¹³⁰ Ofício do barão de Caxias a Salvador José Maciel, em 20 de abril de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 83.

indisposição que Manuel Oribe nutriu pelos rebeldes que o barão julgou prudente preferi-lo como aliado a Rivera, o qual fazia jogo duplo, iludindo o Império através de aparentes relações, ao mesmo tempo em que fornecia aos farroupilhas todos os recursos que podia. Além disso, Oribe e Rosas constituíam-se em uma ameaça muito maior para o Império do Brasil do que Rivera. A manifesta preferência dos farroupilhas por Rivera era, de certo modo, adequada para o Império do Brasil, pois, segundo o historiador Tau Golin, caso a opção dos rebeldes por Oribe e Rosas tivesse prosseguido, suas tropas poderiam tornar-se “apêndice das forças portenhas” (2002) e adquirir um problema de muito maior envergadura.

O barão resolveu atravessar a fronteira e dirigir-se até a margem direita do rio Taquarembó-grande. A sua decisão devia-se à tentativa de impedir o recebimento de recursos pelos rebeldes advindos do Estado Oriental e também receber 3 mil cavalos que havia encomendado. Em vista de que Caxias havia marchado para o Uruguai, o acampamento legalista montado em São Gabriel ficou desguarnecido militarmente, e vulnerável aos ataques dos farroupilhas. Os rebeldes atacaram de surpresa, matando alguns soldados, apoderando-se da bagagem pesada, alguns bois e cavalos. A bagagem não foi recuperada e Caxias considerou indesculpável o descuido do coronel Jacintho Pinto d’Araújo Correa, que havia sido encarregado de vigiá-la.¹³¹ A perseguição aos rebeldes em território estrangeiro não foi bem sucedida, pois os farroupilhas tomaram a direção de Bagé. Na opinião de Caxias, a região de Bagé possibilitaria novamente a emigração para a fronteira, onde os rebeldes poderiam pedir socorro a Rivera caso fossem acoados pelo exército imperial.¹³² Entretanto, apesar do fugaz sucesso farroupilha em São Gabriel, ele foi de consequências funestas para os insurretos. O ato mexeu com os brios do barão, que até então privilegiava manobras estratégicas, com diplomacia, inclusive quanto ao quesito da concessão de anistia. A partir daquele momento, Caxias também potencializou ainda mais as manobras militares. Montou um esquema militar que cercou os farroupilhas, dividindo as tropas militares em duas divisões, uma partindo pela margem do rio Santa Maria, comandada pelo brigadeiro

¹³¹ Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. São Gabriel, 20 de abril de 1843. In: APBC-NDH-UPF, n° 78, pt. 2.

¹³² Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. São Gabriel, 20 de abril de 1843. In: APBC-NDH-UPF, n° 79, pt. 2.

Bento Manuel Ribeiro¹³³, e a outra em direção a Bagé. Caxias pretendia, dessa forma, cobrir todo o município de Alegrete, que já se achava dominado pelas forças legalistas.

O governo imperial, através do ministro Salvador José Maciel, determinou expressamente a Caxias que fossem impedidos os encontros entre os partidários de Frutuoso Rivera e os rebeldes. O barão, entretanto, respondia que era difícil cumprir tal determinação, pois corria-se o risco de alguns pontos da província já ocupados pelos legalistas serem conquistados pelos rebeldes:

impossível me he proibir que os citados partidistas possam fazer junção com os referidos rebeldes; porque manobrando estes sempre junto á fronteira, para impedir tal junção, seria de mistér que eu collocasse as forças sob meo commando entre elles e os preditos partidistas, e nesse caso teria de abandonar esta Provincia, internandome no Estado Oriental, podendo os rebeldes no entretanto contramarcharem, e atacarem alguns dos pontos occupados pelas forças Imperiais.¹³⁴

A força rebelde contava naquele momento com um contingente militar entre 1.600 e 1.800 combatentes.¹³⁵ Conforme o historiador Moacyr Flores, “o exército farroupilha, em seu apogeu, chegou a 3.300 homens” (1984). No entanto, agora o estado de sua cavalaria era péssimo e, devido à proximidade do inverno do ano de 1843, tendia a piorar ainda mais, ao passo que os imperiais possuíam “7.000 cavalos em bom estado”.¹³⁶ Devido à perda da batalha no Arroio de Santa Maria Chica;¹³⁷ em 08 de junho de 1843, os rebeldes ficaram ainda mais vulneráveis frente às tropas imperiais, as quais alcançaram plena vantagem sobre suas forças. A debilidade dos farroupilhas ampliou-se ainda mais quando ocorreram substituições nos postos de comando. O general em chefe das forças rebeldes, Antonio de Souza Netto, foi deposto do cargo e substituído por David Canabarro. A deposição de Netto, no entendimento de Caxias, devia-se à diminuição de seu prestígio junto às tropas rebeldes. Especialmente, na

¹³³ Ofício do barão de Caxias a Salvador José Maciel, em 17 de maio de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 90-93.

¹³⁴ Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. São Gabriel, 20 de abril de 1843. In: APBC-NDH-UPF, n° 80, pt. 2.

¹³⁵ Ofício do barão de Caxias a Salvador José Maciel, em 17 de maio de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 90-93.

¹³⁶ Ofício de Domingos José Gonçalves de Magalhães ao marechal Antero José Ferreira de Brito. Porto Alegre, 13 de julho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, n° 116, pt. 3.

¹³⁷ Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Estância Barreto, 23 de junho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, n° 103, pt. 3. O combate que se deu entre os rebeldes e imperiais na região de Santa Maria Chica, no dia 8 de junho de 1843, trouxe grande satisfação a Caxias. Na batalha, as forças legalistas, compostas de 186 soldados, comandadas pelo tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, derrotaram 500 rebeldes, capitaneados pelos farroupilhas João Antonio, Portinho, Ismael e Motta.

ocasião em que deixou de atacá-lo, quando o barão atravessava o rio São Gonçalo, juntamente com 6 mil cavalos, acompanhado apenas por 700 soldados, quando Netto dispunha de 2.300 combatentes.¹³⁸ David Canabarro, entretanto, possuía sérias divergências com o presidente da República Rio-Grandense Bento Gonçalves, muitas vezes, desobedecendo as suas ordens. Em vista do estado de desagregação das lideranças farroupilhas e também das perdas consideráveis que o exército rebelde vinha sofrendo, Bento Gonçalves renunciou em julho de 1843, sendo substituído por David Canabarro.

O secretário do governo imperial, Domingos José Gonçalves Magalhães, comemorou a desagregação dos comandantes rebeldes, em ofício ao marechal Antero José Ferreira de Brito, atribuindo-a ao esforço de Caxias: “Assim pois, graças à atividade, e à perícia do Exm. Sr. Barão de Caxias, desalentados os inimigos, se vão desmantelando”.¹³⁹ Aproveitando esta fragilidade, Caxias instaurou perseguição incessante aos principais líderes farroupilhas. O tenente-coronel Manoel Marques perseguiu Bento Gonçalves, obrigando-o a fugir e se esconder. A 2ª divisão do exército imperial provocou o deslocamento de David Canabarro, que foi obrigado a deixar o município de Alegrete, onde estava acampado, até as proximidades de Bagé.¹⁴⁰ E mais tarde, vendo-se acossado novamente pela mesma divisão imperial, procurou abrigo, juntamente com outros rebeldes, na estância de Domingos Netto, situada no Estado Oriental, do outro lado do rio Jaguarão. O contexto da guerra civil farroupilha, em meados de agosto de 1843, reverteu-se consideravelmente contra os rebeldes. Tanto que Caxias criou a expectativa de pacificar a província até o final daquele ano:

Não há hoje uma só povoação dominada pelos rebeldes; não há mesmo na província nenhuma força deles, a exceção de pequenas partidas de 20 a 30 homens, que tem mais o caráter de salteadores do que de partidistas políticos; se a nossa fronteira com o Estado-Oriental não fosse tão longa e fácil de ser atravessada impunemente em qualquer lugar, e se os rebeldes não pudessem naquele estado receber os socorros, de que necessitam, principalmente de cavalcadas, poder-se-ia afirmar, que a revolta estava concluída; todavia se não ocorrer alguma circunstância imprevista, creio poder afiançar a V. Ex., que até Novembro deste ano se terá ultimado a pacificação da província. O

¹³⁸ Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Camacuan, 18 de julho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 118, pt. 3.

¹³⁹ Ofício de Domingos José Gonçalves de Magalhães a Antero José Ferreira de Brito, em 29 de julho de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 125-126.

¹⁴⁰ Ofício de Domingos José Gonçalves de Magalhães a Antero José Ferreira de Brito, em 15 de agosto de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 127.

inimigo acha-se mui falta de cavalos, e nesta província ser-lhe-á impossível refazer-se deles; porque quase todos se acham em nosso poder, e o resto está completamente impossibilitado de servir pelas penosíssimas marchas e contra-marchas que praticou.¹⁴¹

As constantes perdas nos combates e o receio por uma capitulação desastrosa fizeram com que muitos rebeldes desertassem de seus postos militares e pedissem anistia ao governo legalista. Domingos José Gonçalves de Magalhães informou ao marechal Antero de Brito, em 3 de novembro de 1843, sobre a deserção de 16 oficiais e outros soldados rebeldes, além do pedido de anistia de quatro ex-ministros da República Rio-Grandense.¹⁴² Alguns líderes farroupilhas ainda conseguiam resistir em vista das constantes passagens pela fronteira uruguaia, abastecendo-se de cavalaria para suas tropas e recrutando gente com a conivência de autoridades e caudilhos daquele estado.



Justo José de Urquiza. LUNA, 2000, v.8.

No final do ano de 1843, o barão descobriu que Rivera havia fornecido cavalos a David Canabarro no momento em que este estava mais desesperado devido à perseguição imperial imposta, possibilitando então, um novo fôlego de resistência aos rebeldes.¹⁴³ Se não fosse por essas constantes assistências e proteções, segundo Caxias, a guerra já estaria concluída. E foi nesse arranjo de auxílio mútuo com o Prata, que os farroupilhas conseguiram, mesmo debilitados quase à inanição militar, manter algumas ações até princípios de 1845.

A guerra civil farroupilha, durante o ano de 1844, foi marcada por um pequeno número de combates entre rebeldes e imperiais. As retiradas pela fronteira continuaram a ser praticadas pelos farroupilhas e Caxias reforçou ainda mais o cerco com o objetivo de evitar essa prática. Frutuoso Rivera, que havia sido derrotado no início do ano em Serro Largo pelas forças do general entrerriano Urquiza, adentrou o Rio Grande do Sul pela região do Chuí, procurando conseguir amparo entre os rebeldes.

¹⁴¹ Ofício do barão de Caxias a Salvador José Maciel, em 17 de agosto de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 130.

¹⁴² Ofício de Domingos José Gonçalves de Magalhães a Antero José de Brito, em 03 de novembro de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 144-145.

¹⁴³ Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Vila de Santa Maria, 04 de dezembro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 148, pt. 3.

Caxias estava convencido de que os farroupilhas projetavam reunir-se a Rivera e iniciou uma manobra militar pela linha da fronteira, com a ciência de Manuel Oribe, para que isso não fosse concretizado: “Estou resolvido a internar-me no Estado Oriental caso os rebeldes para ali sigam, e mesmo a manobrar de comum acordo com o general Oribe, uma vez que os mencionados rebeldes se conservem reunidos a Fruto”.¹⁴⁴ As suspeitas dos legalistas eram de que os farroupilhas emigrassem para o Uruguai ou Corrientes.

Em 7 de março de 1844, Caxias teve a certeza de que o rebelde João Antonio havia procurado asilo na província de Corrientes. David Canabarro e Antonio Netto também atravessaram a fronteira e se internaram no Estado Oriental, sendo perseguidos por Caxias, que vinha no encalço destes desde o município de Alegrete. O objetivo de Canabarro e Netto era proteger o retorno de João Antonio para o território sul-rio-grandense, o que não foi possível, pois o barão, com suas tropas, forçou o regresso dele a Corrientes. Caxias resolveu, então, pedir ajuda a dois líderes platinos: Joaquim Madariaga, governador da província de Corrientes, e Justo José Urquiza, governador da província de Entre Rios. À Madariaga, Caxias solicitou que fossem desarmados os rebeldes liderados por João Antonio, situados em Corrientes. Ao governador entrerriano, declarou os movimentos que pretendia praticar a fim de não permitir que os farroupilhas se reunissem com Rivera, pedindo a Urquiza que o ajudasse no empreendimento.¹⁴⁵

Joaquim Madariaga, entretanto, apesar de certificar ao barão por escrito que desarmaria os rebeldes de João Antonio, não cumpriu sua promessa, pois os rebeldes, ainda armados, tentaram atacar as embarcações que Caxias havia deixado na costa do rio Uruguai. O barão percebeu que Madariaga não havia desarmado os farroupilhas e oficiou energicamente ao governador de Corrientes declarando-lhe que: “encararia como conivência com os rebeldes o fato de ter ele consentido que João Antonio voltasse armado, que lançaria mão de represálias, as quais não seriam de pouca magnitude para os correntinos na atualidade”.¹⁴⁶ Através de um oficial correntino, soube que a razão em não cooperar com o Império provinha das influências de alguns oficiais de Frutuoso Rivera que ali se encontravam. Ao cabo, depois dessa pressão, João Antônio foi

¹⁴⁴ Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Passo de D. Zeferina no rio Jaguari, 7 de fevereiro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 168, pt. 4.

¹⁴⁵ Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Capela Nova de Santa Ana do Uruguai, 7 de março de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 173, pt. 4.

¹⁴⁶ Ofício do barão de Caxias a Bento Manuel Ribeiro, em 15 de março de 1844. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 196.

desarmado e enviado de volta à província do Rio Grande do Sul em vista das vigorosas ameaças que o barão fez ao governador de Corrientes. Mais tarde, o barão oficiou a Bento Manuel Ribeiro sobre a petulância de Rivera: “O homem quer a todo custo, e mesmo com a corda na garganta, fazer-se necessário, e por isso convém estarmos alerta”.¹⁴⁷

A desconfiança do barão em relação à Rivera foi concretizada quando o preteriu do posto de negociador da paz entre imperiais e farroupilhas. Em um primeiro momento, o barão o tratou com urbanidade, dizendo que o receberia para conferenciar sobre a conclusão da guerra civil.¹⁴⁸ Rivera havia sido autorizado por Gomes Jardim, David Canabarro, Bento Gonçalves, Antônio Netto e demais chefes rebeldes para tratar com Caxias sobre a pacificação da província do Rio Grande do Sul.¹⁴⁹ Os farroupilhas tinham a preocupação em permanecer nos postos que exerciam na República Rio-Grandense no caso de serem obrigados “a servir em alguma guerra estrangeira”.¹⁵⁰ Rivera demonstrou interesse em auxiliar nas negociações de paz porque desejava aproveitar os farroupilhas que não quisessem permanecer na província do Rio Grande do Sul em suas forças militares.

O barão mandou dizer a Rivera que não aceitaria nenhuma proposição de conclusão da guerra que não viesse acompanhada pela deposição das armas rebeldes. Rivera queria a suspensão das armas pelo período de um mês, o que seria altamente vantajoso para os farroupilhas.

Além do barão não atender ao pedido do uruguaio pelas condições estratégicas da guerra, também o negava por considerá-lo inconfiável nas negociações da pacificação da província.¹⁵¹

Concretamente, não houve nenhuma conferência entre o barão e Rivera, como demonstra o informe do barão ao ministro Jerônimo Francisco Coelho, em 9 de dezembro de 1844: “não foi levada a efeito a conferência que solicitou o general

¹⁴⁷ Ofício do barão de Caxias a Bento Manuel Ribeiro, em 16 de março de 1844. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 201.

¹⁴⁸ Ofício do barão de Caxias a Frutuoso Rivera, em 30 de março de 1844. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 204-205.

¹⁴⁹ Ofício do general Frutuoso Rivera ao barão de Caxias. Sem localidade informada, 30 de setembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 238, pt. 5.

¹⁵⁰ Ofício do barão de Caxias a Bento Manuel Ribeiro, em 30 de março de 1844. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 205.

¹⁵¹ Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande do Sul, 10 de novembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 260, pt. 6.

Frutuoso Rivera, pelas razões que já fiz ciente a V. Ex^a em meus anteriores ofícios”¹⁵². Caxias teve a prova de que Rivera ainda continuava a auxiliar os rebeldes quando soube que ele havia fornecido a David Canabarro cerca de 600 potros em meados de novembro de 1844¹⁵³, sendo que a aproximação do uruguaio para tratar sobre a pacificação havia iniciado em setembro do mesmo ano.

Em meados de abril de 1844, Caxias requisitou ao ministro Jerônimo Francisco Coelho¹⁵⁴ a remessa de armamentos para auxiliar na ocupação da vila de Jaguarão.¹⁵⁵ A tomada dessa região, segundo o barão, seria vital para a pacificação da província, pois dela os rebeldes retiravam muitos recursos, como dinheiro, roupas e cavalos, os quais atravessavam a linha divisória, vindos do Estado Oriental. Os imperiais conquistaram Jaguarão com a ajuda do capitão Balbino Francisco de Souza, que derrotou 280 rebeldes comandados pelo farroupilha Antonio Manoel do Amaral, no dia 21 de junho de 1844.¹⁵⁶

Sem condições de prolongar a guerra, David Canabarro, general em chefe das forças farroupilhas, resolveu entrar em negociação com Caxias a fim de pôr termo ao conflito. Durante as negociações, Canabarro foi surpreendido pelo coronel legalista Francisco Pedro de Abreu em seu acampamento no Serro de Porongos, na madrugada do dia 14 de novembro de 1844. A derrota rebelde foi desastrosa, com a perda de cerca de 800 soldados, entre mortos, feridos e prisioneiros, além da perda de mais de 3 mil cavalos. Durante o combate, foi apreendida a correspondência do general Frutuoso Rivera dirigida a Canabarro e Jardim. Nela, Caxias encontrou evidências que já suspeitava sobre o contínuo auxílio que o uruguaio vinha dando aos farroupilhas.¹⁵⁷

David Canabarro reclamou ao barão sobre o ataque sofrido em Porongos, pois mostrou-se prestativo para iniciar as tratativas para a conclusão da revolta. Acontece que Caxias havia deixado muito claro que não suspenderia as hostilidades

¹⁵² Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Arroio do Tigre, 9 de dezembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 276, pt. 6.

¹⁵³ Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande do Sul, 19 de novembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 266, pt. 6.

¹⁵⁴ Circular de 07/06/1844. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral ISSN: 1678-586X, p. 115-116. Jerônimo Francisco Coelho foi nomeado pelo Imperador no dia 7 de junho de 1844 ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

¹⁵⁵ Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre, 28 de abril de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 182, pt. 4.

¹⁵⁶ Ofício de Luiz Manoel de Jesus ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande, 13 de julho de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 217, pt. 5.

¹⁵⁷ Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande do Sul, 19 de novembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 266, pt. 6.

durante as negociações de paz: “que, não obstante a vitória de suas armas, continuava no mesmo propósito de manter as condições propostas” (CAXIAS apud DOCCA, 1943, 270).

Há um interessante debate historiográfico sobre o que é chamado por alguns historiadores de “Massacre de Porongos”. Nele, discute-se a existência de um conluio entre Caxias e Canabarro para liquidar as tropas de lanceiros negros pertencentes às forças farroupilhas. O principal questionamento dos historiadores seria sobre o número de mortos ser representativo entre os negros (cerca de 100 baixas), enquanto que os brancos foram poupados e levados como prisioneiros.¹⁵⁸ Os historiadores também apontam para um suposto acordo entre Francisco Pedro de Abreu e Caxias, em que o barão teria indicado o ataque justamente no lado contrário em que Canabarro estaria, coincidentemente (ou não) onde a tropa de lanceiros negros estava acampada.

De qualquer modo, a documentação permite supor lances de um conluio, anormal entre tropas em guerra, como o conhecimento prévio de Caxias sobre a formação do acampamento de Canabarro e a ordem de ataque indicando os pontos de ação. Cogita-se, também, que tal negociação pressupunha uma derrota para solucionar dois problemas: o dos negros no pós-guerra e o dos oficiais reticentes à paz; considerando-se ainda que a *paz* convertera-se em capital simbólico e conquista de espaço político para o grupo farroupilha que a viabilizasse.¹⁵⁹

3.4 Contradições de Bento Gonçalves e as divergências farroupilhas

Na administração de Bento Gonçalves da Silva, as denúncias de corrupção multiplicaram-se. Domingos José de Almeida, ministro da República Rio-Grandense, recebia constantemente reclamações a respeito. Em 1842, Leão Próspero Chastan, amigo de Almeida, denunciou a desordem administrativa, “relatando o contrabando de gado para as charqueadas onde estavam os imperiais, a ladroeira de couro, os privilégios particulares do presidente, ministros e generais da República que eram dispensados de pagamento das taxas das tropas de gado” (FLORES, 1984, p. 82).

¹⁵⁸ Ofício de Luiz Manoel de Jesus ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande, 2 de dezembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 273, pt. 6. Em 2 de dezembro de 1844, Luiz Manoel de Jesus oficiava com grande satisfação ao ministro Jerônimo Francisco Coelho sobre a vitória imperial ocorrida na região de Porongos. Na ocasião, Luiz Manoel também mencionou a reclusão de 20 prisioneiros na embarcação *Presiganga*.

¹⁵⁹ Entrevista Tau Golin, historiador. Passo Fundo, 7 de setembro de 2012.

Somente em 1º de dezembro de 1842 foi instalada a Assembleia Geral Constituinte da República Rio-Grandense.¹⁶⁰ Constituiu-se em uma contradição que a organização das atividades legislativas tenha demorado tanto tempo, ou seja, mais de seis anos após a *proclamação* da República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836. Os farroupilhas clamavam pelo fortalecimento do poder legislativo como forma de evitar os abusos administrativos do executivo. Por este motivo é que a demora do funcionamento da assembleia do governo rebelde constituiu-se em uma incoerência política dos farroupilhas, indo de encontro às suas reivindicações ao governo central. Todavia, os acontecimentos imprevistos originados pela guerra civil podem ter contribuído para a morosidade do funcionamento da assembleia, ou, de fato, existia baixa convicção separatista. Bento Gonçalves da Silva, só pelo decreto de 10 de fevereiro de 1840 convocou a sua instalação.¹⁶¹

Assim que a assembleia constituinte foi instalada, uma das primeiras medidas do presidente Bento Gonçalves da Silva foi o decreto de suspensão das garantias,¹⁶² promulgado em 24 de janeiro de 1843, tendo sido discutido pelos parlamentares em 13 de janeiro de 1843.¹⁶³ De maneira geral, o decreto permitia a prisão sem culpa formada de cidadãos indiciados em crimes de resistência, conspiração, rebelião, insurreição e homicídio. Conforme Moacyr Flores, o projeto foi aprovado porque os deputados opositores não compareceram à sessão legislativa, assumindo seus lugares os deputados suplentes, aliados de Bento Gonçalves. De certa forma, com prerrogativas de exceção, Bento podia governar com maior autonomia, diminuindo o poder do Legislativo. Alguns líderes farroupilhas reagiram contra Bento Gonçalves, elaborando um Manifesto em 18 de fevereiro de 1843, onde inclusive, criticavam-no enquanto comandante militar:

Não é de agora que uma opinião fortíssima se tem declarado contra o Presidente da República. A maioria do nosso exército o considera um general que trazia a desgraça a par de si; e convém confessar com

¹⁶⁰ Ata da instalação da assembléia geral constituinte da República Rio-Grandense, em 1º de dezembro de 1842. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 456.

¹⁶¹ Decreto de Bento Gonçalves da Silva, em 10 de fevereiro de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 457-458.

¹⁶² Decreto de Bento Gonçalves da Silva, em 24 de janeiro de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 463-464.

¹⁶³ Sessão da assembleia constituinte da República Rio-Grandense, em 13 de janeiro de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 452-453.

sinceridade, que ou fossem efeitos dos caprichos da volúvel fortuna ou meramente um resultado natural das disposições do mesmo general, a infelicidade acompanhou sempre estes senhores e marcou todos os seus passos e operações como comandante-em-chefe do exército, excetuando unicamente as batalhas de Setembrina, a retirada sobre o Gravataí e a ação sobre o Arroio dos Ratos (Manifesto transcrito em FLORES, 1978, p. 167).

Com receio da conspiração política do legislativo, Bento Gonçalves demitiu seu ministro da Fazenda e da Guerra, Manuel Lucas de Oliveira, acusando-o de pretender ocupar o cargo de presidente. Ofendeu o padre Francisco das Chagas Martins Ávila e Souza (vigário apostólico da República Rio-Grandense) e o tenente-coronel Felisberto Machado de Carvalho Ourique. Na onda de ataques e represálias, demitiu funcionários e oficiais sem especificar os motivos, promulgou leis de confiscações de bens e decretou “pena de morte sem precisar os crimes” (FLORES, 1978, p. 167).

Os desentendimentos e as divergências entre as lideranças farroupilhas acirraram-se cada vez mais na segunda metade do decênio da guerra civil. Em 13 de fevereiro de 1843, morreu o vice-presidente da República Rio-Grandense Antônio Paulo da Fontoura. No dia 3 de fevereiro, Fontoura havia sido atacado por um grupo de mascarados em frente à sua casa, ocasionando sua morte dias depois. As lideranças legalistas atribuíram a morte de Fontoura a Bento Gonçalves da Silva, que teria mandado matá-lo.¹⁶⁴ Essa versão era amplamente denunciada pela oposição farroupilha a Bento, conforme carta de Antônio Vicente da Fontoura, irmão do *assassinado* à sua esposa Clarinda.¹⁶⁵ Outra dissensão entre os farroupilhas que resultou em morte foi o duelo entre Onofre Pires e Bento Gonçalves. Inquirido por Bento se era verdade que o havia chamado de *ladroão*, Onofre confirmou através de carta em 27 de fevereiro de 1844. Desafiado para um duelo, Onofre foi gravemente ferido em uma situação sem testemunhas, morrendo dias depois. Caxias, quando soube, oficiou a Bento Manuel Ribeiro: “Veja como anda aquele campo em intriga, que os chefes se estão matando uns aos outros”.¹⁶⁶ Após o duelo entre Bento Gonçalves e Onofre Pires houve um desarranjo entre Bento Gonçalves e David Canabarro. Bento pretendia derrubar Canabarro do

¹⁶⁴ Ofício de Domingos José Gonçalves de Magalhães ao marechal Antero José Ferreira de Brito. Porto Alegre, 14 de março de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 68, pt. 2.

¹⁶⁵ Carta de Antônio Vicente da Fontoura à sua esposa Clarinda, em 9 de fevereiro de 1844. FONTOURA, Antônio Vicente da. Diário: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Porto Alegre: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 42.

¹⁶⁶ Ofício do barão de Caxias a Bento Manuel Ribeiro, em 15 de março de 1844. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 198.

posto de general-em-chefe das forças farroupilhas e retomar novamente a presidência da República Rio-Grandense.¹⁶⁷

O fato de Bento Gonçalves da Silva tentar a resolução do conflito por conta própria, sem o conhecimento dos demais líderes, comprova que o estado de divergências entre os farroupilhas beirava à discórdia. Na ocasião, Bento já não possuía cargo algum de maior importância dentro da República Rio-Grandense. Para a tarefa que ele almejava concretizar, já havia sido encarregado o ministro Antônio Vicente da Fontoura, escolhido entre imperiais e farroupilhas para promover a *paz*. Caxias deu atenção a Bento Gonçalves porque detectou a possibilidade de incentivar ainda mais a cizânia entre seus companheiros.

O ápice da discórdia entre os principais líderes rebeldes foi atingido quando Caxias forneceu salvo-condutos¹⁶⁸ a Bento Gonçalves e Antônio de Souza Netto. Os salvo-condutos haviam sido intermediados pelo chefe rebelde já anistiado Ismael da Silva, que encontrou-se com Caxias. O barão estava certo que o seu ato aticaria ainda mais a desarmonia entre os farroupilhas. Em ofício ao ministro Jerônimo Francisco Coelho, Caxias comemorava o que ele dizia ser “o último golpe nos rebeldes desta província”:

Não duvidei mandar aos chefes Bento Gonçalves da Silva e Antônio de Sousa Netto, os salvo-condutos que eles me mandaram pedir, e creio que com esse procedimento, terei dado o último golpe nos rebeldes desta província, por isso que Canabarro diz publicamente, que está disposto a bater a estes dois Chefes, no mesmo momento em que deixarem o serviço rebelde. Com quanto Bento Gonçalves e Netto, sejam hoje Chefes secundários, ainda exercem muita influência na Campanha, e estou quase certo, de que Canabarro em poucos dias terá de abandonar a província, se não depuser também as armas, como é natural.¹⁶⁹

Conforme percebera o barão, as ações paralelas de Bento e o seu não reconhecimento mais do próprio estado de que fora presidente, aos olhos de Canabarro, Fontoura, Onofre e outros líderes da *República Rio-Grandense*, o transformaram em traidor da causa farroupilha. Com o agravamento das relações entre eles, Bento Gonçalves, mais tarde, mandou devolver o salvo-conduto a Caxias, mas permaneceu isolado, sem assumir ações que pudessem influir na guerra.

¹⁶⁷ Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Pamaroti, 07 de junho de 1844. In: APBC-NDH-UPF, n° 198, pt. 4.

¹⁶⁸ Equivale a anistia, ou seja, o perdão do Império do Brasil pelo abandono dos serviços da República Rio-Grandense.

¹⁶⁹ Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Pontas de Taquarimbó, 02 de outubro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, n° 240, pt. 5

Apesar da formalização de um governo farroupilha através da instrumentalização da República Rio-Grandense não houve unicidade entre os líderes rebeldes. O movimento iniciado em 1835 foi dispersando-se em fragmentos, onde cada fração era liderada por proprietários/militares carismáticos. Este processo de ruptura, como se percebe, intensificou-se a partir da chegada de Caxias à província, em 1842. O estado de desunião a que os farroupilhas haviam chegado foi determinante para que o barão conseguisse concluir a guerra civil, pois, dentre suas estratégias, uma delas consistia em reforçar as divergências já existentes, no jogo de acusações e difamações entre os rebeldes.

3.5 Pedido de perdão e anistia

A vantagem dos imperiais sobre os farroupilhas tinha chegado a um determinado grau em que várias lideranças rebeldes procuraram Caxias propondo a pacificação da província. Todavia, naquele momento, as condições impostas pelos farroupilhas foram consideradas ofensivas pelo barão, que rejeitou-as.¹⁷⁰ Caxias, entretanto, esperava que essas condições fossem sendo modificadas a ponto de tornarem-se admissíveis pelo governo central. Canabarro, através do rebelde José Pedroso de Albuquerque, em maio de 1844, propôs ao barão a conclusão da guerra por meio de conciliação com o governo imperial.

Caxias foi receptivo às intenções de Canabarro, dizendo que estava pronto a ouvir as proposições dos farroupilhas, desde que elas não ofendessem a dignidade do Império do Brasil. Canabarro demonstrou contentamento com a receptividade do barão, porém, resolveu consultar os demais chefes rebeldes sobre a deposição das armas, dentre eles, Bento Gonçalves, Netto e Jardim, os quais foram contrários à conclusão da guerra. A atitude dos líderes consultados por Canabarro provocou ainda mais discórdia entre eles e Caxias soube utilizar proveito disso:

conhecendo eu que a divisão entre eles estava ateadada, e que era isso de muita vantagem para conclusão da guerra, a tenha alimentado quanto me é possível, conseguindo que Bento Gonçalves, e a gente do seu partido, esteja tão inimizada com a de David Canabarro, quase como o está com as tropas imperias.¹⁷¹

¹⁷⁰ Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Pamaroti, 7 de junho de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 198, pt. 4.

¹⁷¹ Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Vila de Caçapava, 11 de setembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 231, pt. 5

Apesar de Bento Gonçalves, juntamente com outros chefes rebeldes, manifestarem-se desfavoráveis à pacificação da província, ocorreu situação contraditória com a atitude de Bento. Caxias recebeu notícia de que ele desejava uma conferência para tratar sobre a conclusão da guerra. O barão estranhou, em um primeiro momento, o comportamento do farroupilha e mandou dizer-lhe: “não ocupando ele, nessa ocasião, cargo algum importante entre os rebeldes, não o julgava com meios à sua disposição, para levar a efeito coisa que valesse a pena de eu ter com ele, em particular, uma entrevista”.¹⁷²

Bento Gonçalves, entretanto, continuou a insistir pela conferência com Caxias, assegurando que estava autorizado pelos demais chefes para tratar sobre a paz, desejando que tudo fosse concluído amigavelmente. O barão resolveu, então, atender ao pedido de Bento, avaliando que nenhum mal poderia vir à causa imperial à realização dessa conversa. Durante a entrevista de mais de duas horas, Caxias percebeu que a intenção de Bento Gonçalves sobre a pacificação era: “ter ele a glória de a concluir, desviando a David, de figurar como primeira pessoa nesse negócio”.¹⁷³ Em ofício ao ministro Jerônimo Francisco Coelho, o barão pediu instruções e orientações adequadas a fim de tratar sobre a deposição das armas rebeldes, pois era difícil conseguir um bom resultado com qualquer chefe farroupilha devido aos desentendimentos que haviam chegado:

Devo com a franqueza de que sou capaz, dizer a V. Ex^a que é tal o estado de desunião entre os rebeldes que não sei com quem se poderá tratar, com probabilidade de bom resultado, pois que esse mesmo governo a quem eles fingiram obedecer, mas que de fato, é desprezado por uns, e aborrecido por outros; está hoje inteiramente desmantelado e fugitivo. Os chefes que capitaneiam forças, estão tão rivalizados entre si, que estou bem certo, que nenhum deles se poderá comprometer a qualquer arranjo amigável, receoso dos outros seus rivais.¹⁷⁴

Por fim, o barão concluía que a melhor maneira de levar a efeito a completa pacificação da província seria a ocupação de maior número de pontos na região da Campanha, a continuada perseguição dos poucos grupos armados e a concessão de anistia a todos aqueles que depusessem as armas contra o Império do Brasil.

¹⁷² Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Vila de Caçapava, 11 de setembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 231, pt. 5.

¹⁷³ Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Vila de Caçapava, 11 de setembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 231, pt. 5.

¹⁷⁴ Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Vila de Caçapava, 11 de setembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 231, pt. 5

Depois que várias conferências para tratar sobre a pacificação da província foram solicitadas pelos farroupilhas, a permissão para realizá-las, assim como o procedimento de Caxias para conduzi-las, foi aprovado pelo Imperador.¹⁷⁵ Antônio Vicente da Fontoura foi escolhido pelo Império como o embaixador farroupilha na corte, obtendo carta-branca para interceder nos ajustes da restituição da paz.¹⁷⁶ As negociações resultaram no Decreto de Anistia do Imperador, publicado em 18 de dezembro de 1844, onde ficou acertado o perdão absoluto daqueles que se rebelaram contra o Império do Brasil. Em 28 de fevereiro de 1845, David Canabarro, representante dos que se insurgiram contra o Império na província do Rio Grande do Sul, pelo período de quase dez anos, apresentou o pedido de perdão coletivo dos oficiais insurgentes ao imperador para serem beneficiados com a anistia. Ao cabo, aquele foi o meio encontrado, jamais existindo um tratado de paz, pois o Império não poderia reconhecer o que nunca se materializou na província do Rio Grande do Sul: um estado independente do Império. Em 1º de março de 1845, Caxias declarou pacificada a província. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil divulgou nota para as legações imperiais no dia 22 de março de 1845, comunicando a pacificação completa da província.¹⁷⁷

Inúmeras condições apresentadas pelos insurretos ao governo imperial foram atendidas, como, por exemplo, o pagamento da dívida contraída pelos farroupilhas e a incorporação dos ex-rebeldes ao exército imperial nos mesmos postos ocupados na *República Rio-Grandense*, exceto o de general. Apesar de o Império ter realizado inúmeras concessões, a contenção da guerra civil na província do Rio Grande do Sul foi uma importante conquista para o fortalecimento do governo central. Aliás, conforme o historiador Álvaro Klafke, “as compensações negociadas pelos líderes locais foram de caráter tal que garantissem postos e perdoassem dívidas, não obtendo avanços políticos significativos quanto à situação da província frente ao governo central” (2011). Não convinha que os ex-líderes rebeldes fossem desmoralizados apesar de terem perdido a guerra, pois sabia-se que, no futuro, o Império precisaria deles para auxiliar na segurança das fronteiras meridionais do Brasil.

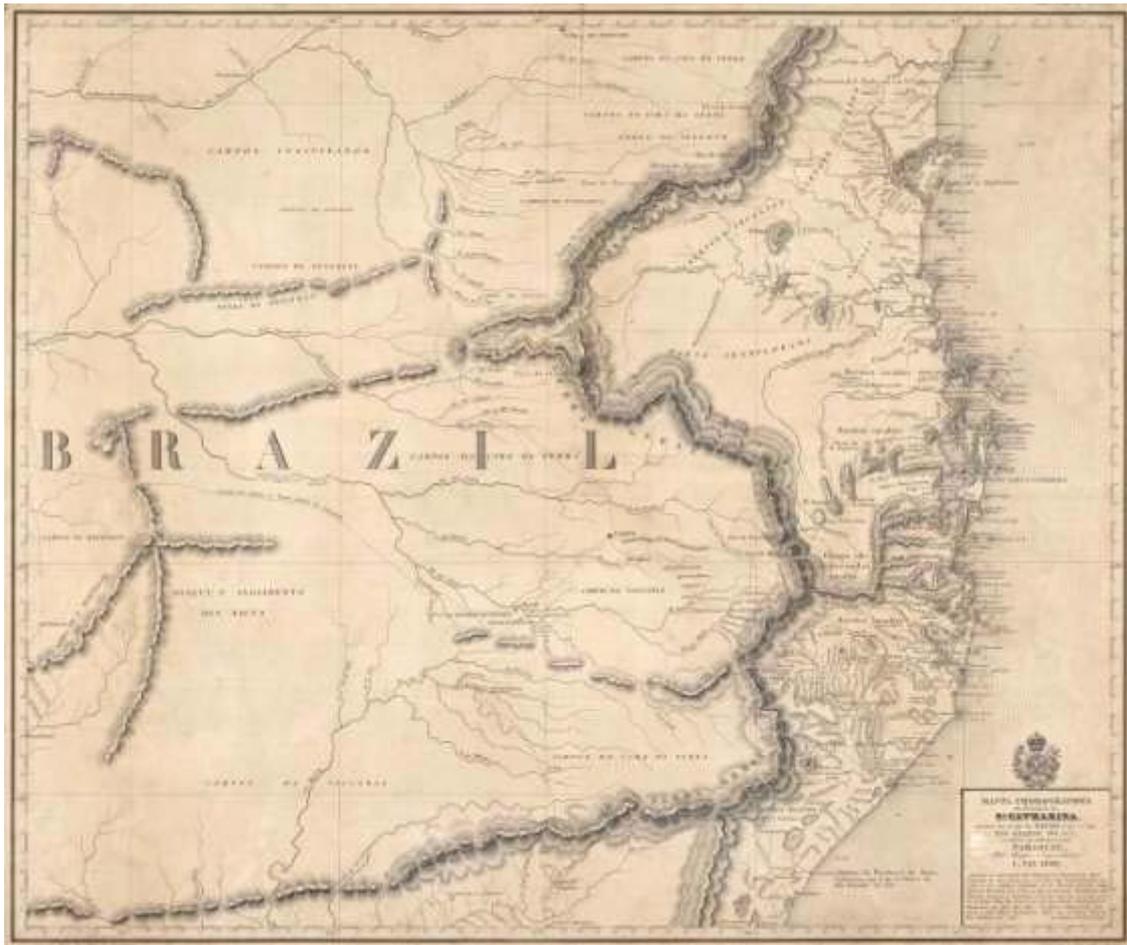
¹⁷⁵ Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Arroio do Tigre, 9 de dezembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 278, pt. 6.

¹⁷⁶ SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. III Volume. Porto Alegre: Sulina, 1973, p. 91.

¹⁷⁷ Circular de 22/03/1845. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral ISSN: 1678-586X, p. 116-117.



Frutuoso Rivera conversando com camponeses. Litografia, 1842. Representação da liderança carismática.



1842. Cartografia sobre a territorialidade meridional, espaços de insurgências. *Mappa chorographica da provincia de St.^a Catharina, parte da Pa. de S. Paulo e da Pa. de Rio Grande do Sul e parte da república do Paraguay* / pelo Major Engenheiro Charles van Lede; gravé par J. Collon. Bruxelas (Bélgica) : Cia Belgo-Brasileira de Colonização, 1842. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



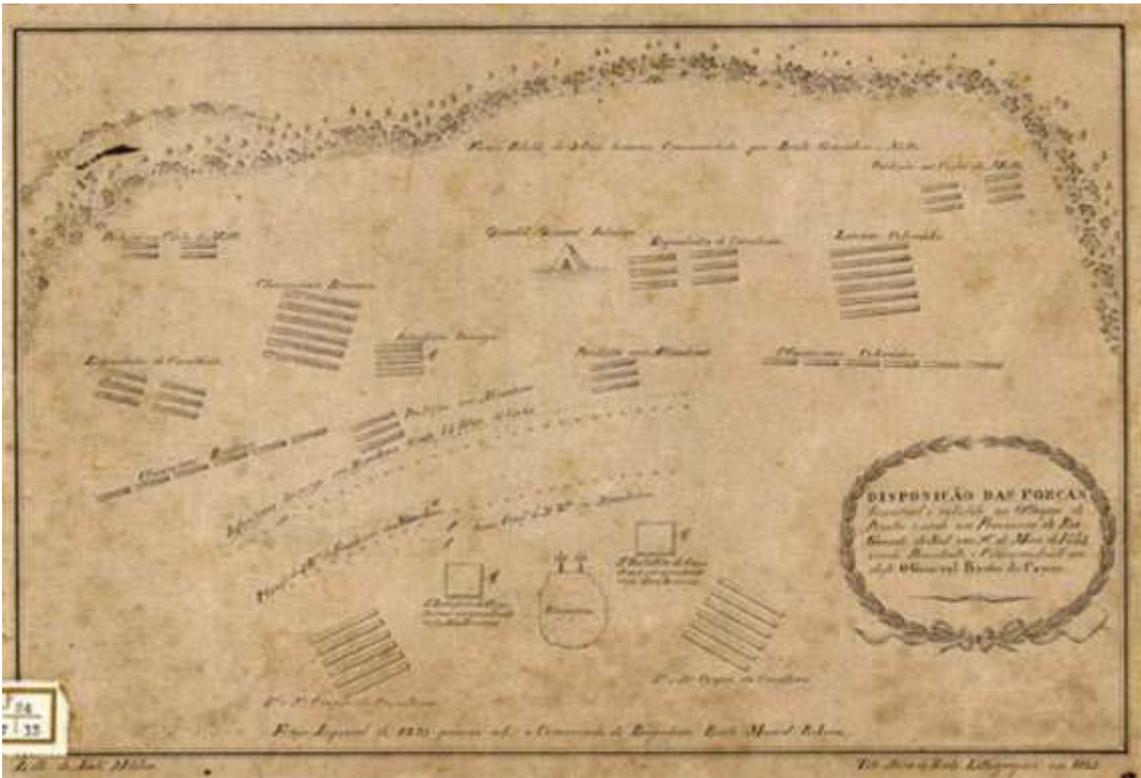
1842. Porto de Montevideú. Adolphe d'Hastrel.



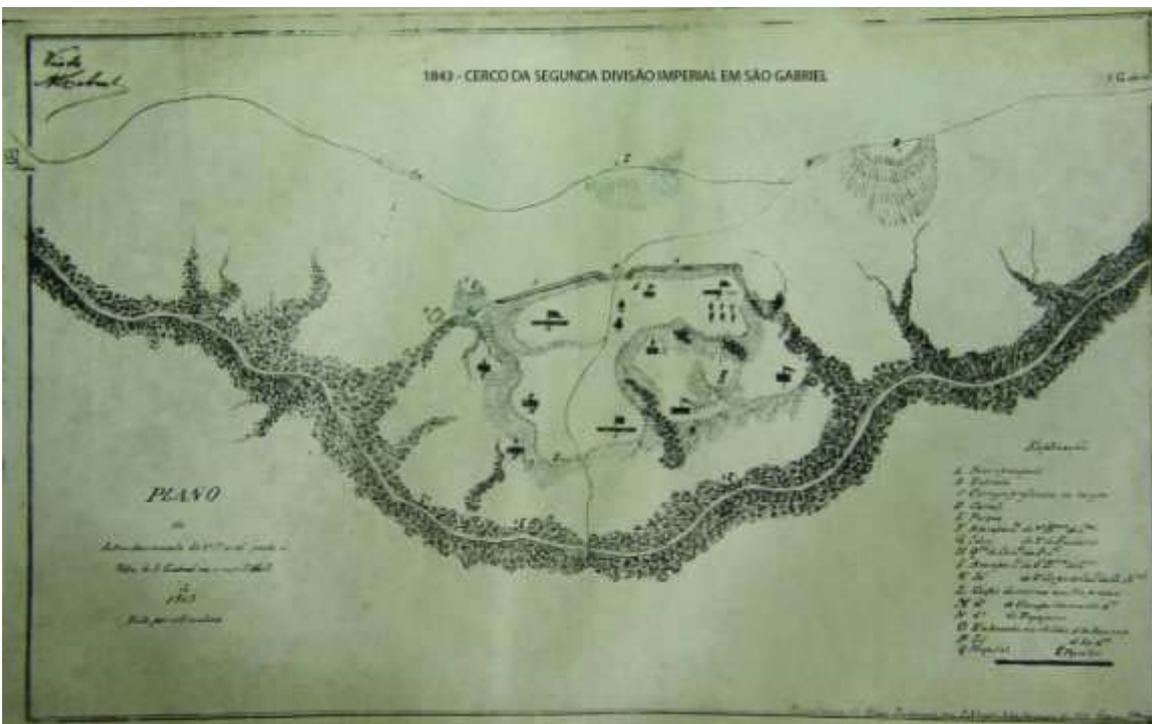
1841. Rio da Prata. Porto de Buenos Aires. Aquarela de Durand Brager.



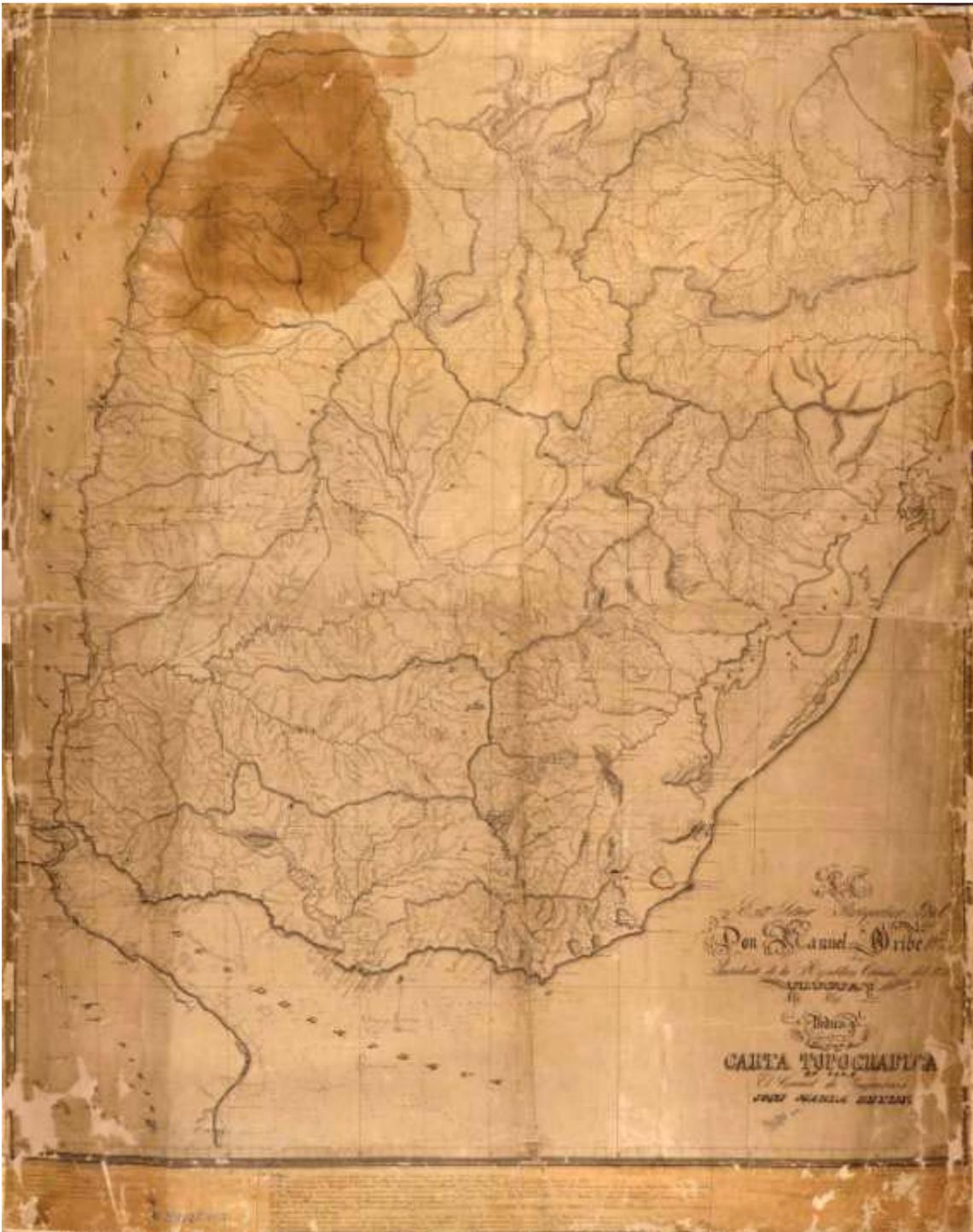
Batalla de la Vuelta de Obligado, realizada em [20 de noviembre](#) de [1845](#), no rio Paraná. A questão do cerco de Montevideú se internacionalizou. Marinha e tropas de Rosas enfrentam embarcações inglesas e francesas. Os tratados posteriores de Rosas com as duas potências, com liberdade para seu projeto geopolítico no Prata, implicou diretamente na política externa brasileira.



1843. Combate de Ponche Verde. Guerra Civil na província do Rio Grande.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Coleção Varela.



1846. Posição uruguaia sobre a sua territorialidade e fronteira ao término da guerra civil farroupilha. *Carta Topográfica de ella [Republica Oriental del Uruguay]* dedicada a Manuel Oribe. Jose Maria Reyes. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



*Plano topográfico de la ciudad y cercanías de Montevideo: en el que se demuestra las posiciones de las fuerzas de la plaza y las del ejército sitiador / levantado por el agrimensor D. Pedro Pico. 1846. “Indica as linhas de defesa do exército organizado por Oribe, que apoiado por Rosas, da Argentina, sitiou Montevideo entre 1843 e 1851, conhecido pelo nome de *Sitio Grande*”. Bloqueio levantado pelas tropas de Entre Rios, comandadas por Justo Urquiza, e rio-grandenses-brasileiras, por Caxias.*



Defensores de Montevideo. Johann Moritz Rugendas.



Exército brasileiro. Prisão de mercenários “alemães”, contratados para lutar contra Juan Manuel de Rosas, por arruaças em Pelotas, Rio Grande do Sul. 28 de julho de 1851. Herrmann Rudolf Wendroth.



Acampamento e embarque portuário das tropas brasileiras. 1851. Herrmann Rudolf Wendroth.

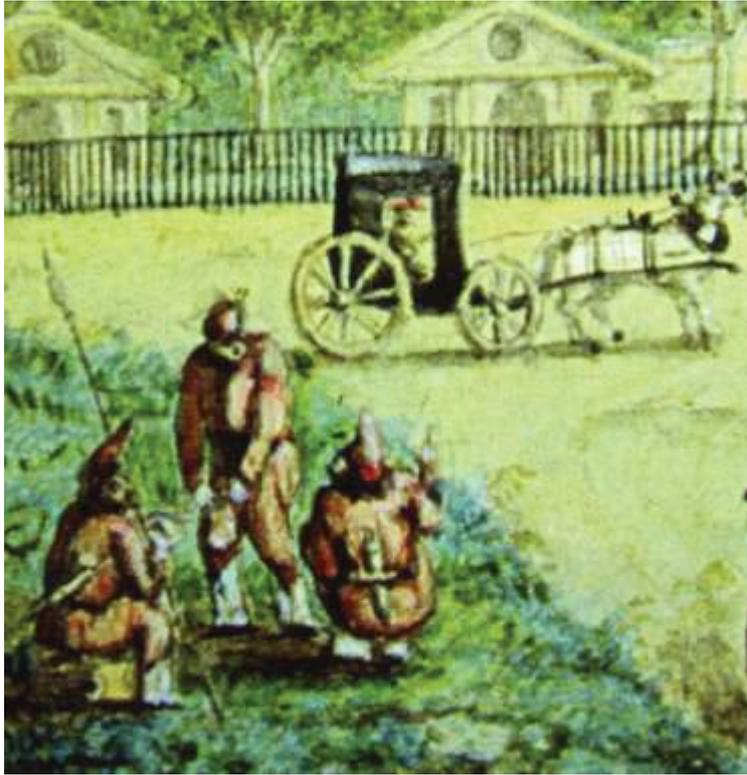


Marcha da infantaria brasileira, com o pelotão de mercenários alemães, na campanha contra Rosas. 1851. Herrmann Rudolf Wendroth.



1851. Perspectivas do Porto de Rio Grande, RS, no período de mobilizações contra Juan Manuel de Rosas. Herrmann Rudolf Wendroth. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.





1850. Residência de Juan Manuel de Rosas em San Benito de Palermo. Detalhes. Guarda de jardineiros galegos. Quadro a óleo de Carlos Sivori.



4 O PERIGO ALÉM-FRONTEIRA E A HEGEMONIA DO PRATA (1845-1852)

Nos últimos dez anos, o Rio Grande do Sul e o Prata demonstraram manter espaços conectados de perturbações contra o governo do Rio de Janeiro. Aquela política externa se revelara insuficiente para a criação de uma grande zona hegemônica na América meridional. Em alguns aspectos, os farroupilhas faziam parte de um mesmo problema, que transitava da consolidação do Segundo Reinado à geopolítica. A política exterior do Império do Brasil em relação à região platina, por isso, sofreu mudanças, passando de uma fase neutralista para uma intervencionista, como já foi referido anteriormente. A neutralidade de antes não era mais possível devido à ambição geopolítica de Rosas, que, caso se tornasse realidade, representaria uma condição privilegiada da Confederação Argentina no Prata.¹⁷⁸ O Império do Brasil começou, então, a arquitetar um plano contra Rosas e seu aliado na Banda Oriental, Oribe. Ao dar anistia aos rebeldes farroupilhas e ressarcir-lhes as dívidas, conseguiu incorporá-los no combate contra o fortalecimento da Confederação Argentina. Combate que se deu tanto no nível do discurso quanto no do confronto bélico.

A construção de um discurso que corroborasse um perigo, o qual estaria representado pela Confederação do argentino Rosas foi iniciada. Já na pacificação da província do Rio Grande do Sul, conforme o historiador Cesar Guazzelli afirmou, havia em David Canabarro a “necessidade de uma conciliação tendo em vista a ameaça que representavam Rosas e Oribe dominando o Prata” (1997). As compensações que os farroupilhas haviam recebido do governo imperial proporcionaram os seus retornos ao papel de guardiões da fronteira meridional do Brasil ao lado das chefias legalistas. A oligarquia, com suas áreas de recrutamento, novamente estava concisa diante de outro problema platino.

¹⁷⁸ O ministro Antônio Limpo de Abreu revelou a Wenceslau Antônio Ribeiro que o Império do Brasil tinha a firme resolução de obstar as pretensões invasoras do governador Rosas sobre as províncias que constituíam o antigo vice-reinado de Buenos Aires. Instrução de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Wenceslau Antônio Ribeiro, encarregado de negócios no Chile, em 06 de agosto de 1845. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 168.

Em 6 de outubro de 1845, o imperador resolveu visitar as províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, acompanhado de sua esposa, Teresa Cristina.¹⁷⁹ No dia 10 de novembro, o casal desembarcou no município de São José do Norte¹⁸⁰, dirigiu-se a Rio Grande no próximo dia e chegou a Porto Alegre em 21 de novembro.¹⁸¹ A cordialidade demonstrada por D. Pedro II em relação à província recém-pacificada pode ser justificada pela necessidade de manter os ex-líderes rebeldes satisfeitos com o governo central, perpetuando assim um clima de apaziguamento entre a elite local e o Império.

Os meses que se seguiram após o acordo de pacificação entre imperiais e farroupilhas, em fevereiro de 1845, foram de preocupação em resguardar a fronteira do sul do Brasil e repelir as invasões estrangeiras que se sucediam na região.¹⁸² Luís Alves de Lima e Silva, então conde de Caxias (título recebido por ter derrotado os farroupilhas e pacificado a província), ainda exercia a presidência do Rio Grande do Sul e auxiliava na política do Império contra a Confederação Argentina. Naquela conjuntura, em junho de 1845, Caxias recebeu proposta do governador da província de Corrientes, D. José Maria Paz, para a formação de uma aliança contra Rosas.¹⁸³ Paz desejava aliar forças com o Império do Brasil contra o governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, o qual era visto como um tirano e opressor pelo governador de Corrientes. No acordo entre o Império do Brasil e a província de Corrientes, ficou acertado a não proteção aos escravos que fugiam para Corrientes; a livre navegação dos rios Paraná e Uruguai e o livre comércio de artigos bélicos.

Em 27 de março de 1845, Rivera foi expulso do território oriental pelas forças do general entrerriano Urquiza, na localidade de India Morta. Adentrando a fronteira do Chuí, Rivera refugiou-se na província do Rio Grande do Sul, no município de Jaguarão, acompanhado de aproximadamente quatro mil pessoas.¹⁸⁴ O governo imperial acolheu as famílias orientais emigradas distribuindo-lhes comida e vigiando o

¹⁷⁹ Circular de 01/10/1845. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 119-120.

¹⁸⁰ Ofício do conde de Caxias ao ministro Manoel Alves Branco. Rio Grande, 13 de novembro de 1845. In: APBC-NDH-UPF, n° 353, pt. 7.

¹⁸¹ Ofício do conde de Caxias ao ministro Manoel Alves Branco. Porto Alegre, 24 de novembro de 1845. In: APBC-NDH-UPF, n° 356, pt. 7.

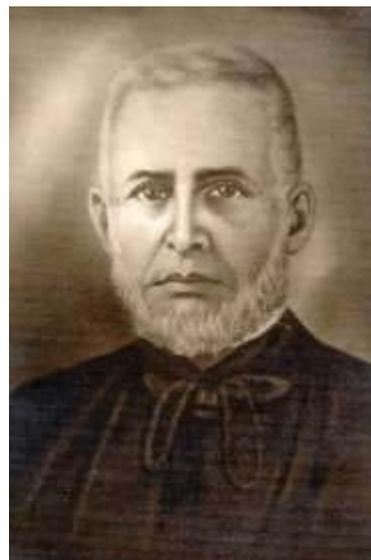
¹⁸² Ofício do conde de caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre, 17 de maio de 1845. In: APBC-NDH-UPF, n° 314, pt. 7.

¹⁸³ Ofício do conde de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre, 05 de junho de 1845. In: APBC-NDH-UPF, n° 318, pt. 7.

¹⁸⁴ Ofício de Luiz Manoel de Jesus ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande do Sul, 14 de abril de 1845. In: APBC-NDH-UPF, n° 297, pt. 6.

acampamento nos Campos do Guiteria, onde estavam alocadas. Caxias pretendia reclamar ao governo do Estado Oriental as despesas gastas com as famílias, aguardando assim, os futuros procedimentos que o imperador ordenasse em relação aos emigrados orientais.¹⁸⁵

Os procedimentos¹⁸⁶ foram enviados pelo ministro da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho, com rapidez, os quais orientavam a proteção aos emigrados orientais desde que fossem desarmados, assim como sua defesa e o não retorno ao Estado Oriental das famílias que não quisessem. O general Urquiza havia reclamado a entrega destas famílias e das armas que possuísem, o que foi negado pelo governo imperial. Também foi



Antônio Paulino Limpo de Abreu.
Fonte: Itamaraty.

determinado que o general Frutuoso Rivera seguisse para a Corte, no Rio de Janeiro. A atitude do governo imperial em conceder asilo a Rivera foi criticada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino Limpo de Abreu. Para o ministro, Rivera havia causado grande turbulência na província do Rio Grande do Sul, na época da guerra civil, e o governo imperial seria altamente responsável caso permitisse uma nova aproximação do uruguaio com o sul do Brasil.¹⁸⁷

Os líderes platinos visualizaram nos ex-combatentes farroupilhas possíveis aliados nos seus enfrentamentos. Justo José de Urquiza, por exemplo, convidou os ex-rebeldes para fazer parte de suas lutas no território oriental, o que foi recusado por eles.¹⁸⁸ Entretanto, Caxias temia por uma possível adesão dos ex-rebeldes, através da persuasão dos líderes platinos, o que poderia ocasionar novamente revoltas na província do Rio Grande do Sul. O governo imperial, por este receio, mantinha os anistiados da

¹⁸⁵ Ofício do conde de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre, 2 de maio de 1845. In: APBC-NDH-UPF, n° 309, pt. 7.

¹⁸⁶ Ofício do conde de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre, 17 de maio de 1845. In: APBC-NDH-UPF, n° 314, pt. 7.

¹⁸⁷ Instrução de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Rodrigo de Souza da Silva Pontes, encarregado de negócios em Montevideú, em 17 de junho de 1845. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 159-160.

¹⁸⁸ Ofício do conde de Caxias ao ministro Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Porto Alegre, 8 de julho de 1845. In: APBC-NDH-UPF, n° 332, pt. 7.

guerra civil de 1835-1845 sob alta vigilância, procurando ao máximo mantê-los como seus aliados.

No contexto das turbulências da região platina ocorriam novos bloqueios navais por parte de França e Inglaterra a Buenos Aires e Montevideú. Rosas e Oribe reagiam, deslocando tropas por mar e terra. Surgiam rumores de que o entrerriano Urquiza e o uruguaio Oribe não seriam mais aliados, falando-se inclusive de uma aliança entre Urquiza, José Maria Paz e Lavalleja contra Oribe e Rosas.¹⁸⁹ O bloqueio naval anglo-francês foi visto pela opinião platina como uma reação provocada pelo Império do Brasil, pois foi deflagrado após a visita do visconde de Abrantes a estes países.

O ministro Antônio Paulino Limpo de Abreu, entretanto, procurou elucidar que o governo brasileiro não havia provocado a intervenção estrangeira no Rio da Prata.¹⁹⁰ O motivo da visita de Abrantes, segundo Limpo de Abreu, deveu-se à procura dos direitos e obrigações do Estado Oriental para preservar sua independência, além de pôr termo à guerra com Buenos Aires. A conduta do Brasil nesse caso, portanto, teria sido não intervencionista, mas França e Inglaterra, conforme o ministro, agiram conforme seus interesses, contrários aos do Brasil e de outros estados da América. E a navegação dos rios interiores da América era muito cobiçada pelas nações da Europa. Todavia, na opinião de Limpo de Abreu:

Haveria grande perigo em reconhecer o direito de abrir pela força a navegação fluvial e de franqueá-las a estados que não são ribeirinhos. Ao Brasil, mais do que ninguém, seria prejudicial um tal princípio. A navegação dos nossos grandes rios seria, dentro em pouco tempo, a presa do estrangeiro.¹⁹¹

A proteção da independência do Paraguai também foi um assunto bastante relevante para o Império do Brasil no contexto platino. A manutenção da soberania

¹⁸⁹ Circular de 28/07/1845. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 118-119.

¹⁹⁰ Instrução de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a José Antônio Pimenta Bueno, encarregado de negócios no Paraguai, em 15 de setembro de 1845. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 177-179.

¹⁹¹ Instrução de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a José Antônio Pimenta Bueno, encarregado de negócios no Paraguai, em 14 de novembro de 1845. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 187.

paraguaia era defendida por que temia-se uma possível anexação do país à Confederação Argentina, intenção que já havia sido expressada por Rosas:

Quanto ao Paraguai, o ditador argentino procurou impedir o seu contato com o exterior para assim submetê-lo. Além da recusa em reconhecer a independência paraguaia, ele também criou entraves a seu comércio, uma vez que controlava a navegação do Rio Paraná. Considerava o Paraguai como “província rebelada”, “porque àquele país tinha direito de anexá-la, como legítimo sucessor dos reis da Espanha” (GARCIA, 2010, p. 136).

O Ministério das Relações Exteriores compartilhava a opinião que ocorreria um desequilíbrio na relação de forças no Prata caso ocorresse tal incorporação, além do transtorno à livre navegação do rio Paraná em benefício dos estados ribeirinhos.¹⁹²

A política de Rosas na Confederação Argentina, de certa maneira, revelou-se contraditória, pois fazia a defesa dos princípios federalistas, mas agia como um unitário nas relações com as províncias pertencentes à Confederação. Exemplo disso foi a centralização do comércio exterior pelo porto de Buenos Aires, não nacionalizando suas rendas, o que prejudicava as demais províncias da Confederação.

A contradição básica e insuperável de Rosas era a exaltação da Federação como único regime de governo, mas, na realidade, seguiu-se um sistema completamente centralista. Os mesmos dirigentes provinciais que aderiram a ele se apressaram a rodear Urquiza, governador de Entre Ríos, que clamava por uma reforma constitucionalista para as províncias da Confederação Argentina. Entretanto, Rosas postergava constantemente o arranjo constitucional argentino “com o argumento de que os povos ainda não estavam preparados para ele” (CHIARAMONTE, 2009, p. 241). E com isso conseguiu que Buenos Aires influísse sobre todo o território rio-platense sem submeter-se às pretensões das outras províncias, além de desenvolver uma política tendente a subordiná-las.



Estancieiro de Buenos Aires.
A. D'Hastrel.

¹⁹² Circular de 24/11/1845. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004. Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 121-124.



Domingo Faustino Sarmiento.

A partir dessa realidade, começou a delinear-se um pacto entre o Império do Brasil, o partido *colorado* no Uruguai (oponente ao partido *blanco* de Oribe) e Justo José de Urquiza. O pacto tinha por objetivo acionar uma campanha contra Rosas. Entre os principais argumentos propagandísticos contra ele estava o texto *Civilización i Barbarie: vida de Juan Facundo Quiroga i aspecto físico, costumbres i ábitos de la Republica Argentina*, de Domingo Faustino Sarmiento. Os jornais brasileiros retiravam diretamente do texto de Sarmiento “a caracterização de Rosas como a representação do gauchismo selvagem no espaço platino, força social e cultural impeditiva do modelo civilizacional europeizante”.¹⁹³ A interpretação inicial de Sarmiento foi publicada em forma de folhetim, com 25 capítulos, em maio e junho de 1845, no jornal *El Progreso*, de Santiago do Chile. Ao concluir a série, a obra de Sarmiento foi transformada em livro e lançado em julho de 1845.



Gaúcho de Buenos Aires. Estrato social onde Rosas recrutava preferencialmente suas tropas de cavalaria. Aquarela de R. Monvoisin.

Sucedaneamente, o *El Nacional*, de Montevideú, controlado pelos colorados, republicou-o entre novembro de 1845 a fevereiro de 1846.

No Brasil, através do *Jornal do Commercio*, o jornalista José Maria da Silva Paranhos – futuro visconde de Rio Branco – adequou o texto de Sarmiento para os interesses brasileiros e alimentou ampla propaganda contra Rosas, defendendo a política do Partido Conservador de intervenção no Prata. Entretanto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros sustentava a política de neutralidade em relação aos assuntos do Prata¹⁹⁴, contrariando toda a movimentação intervencionista que o Império do Brasil vinha

¹⁹³ GOLIN, Tau. Instrumentalização política de *Facundo* pelo Brasil na guerra contra Rosas. III Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales Santiago – Chile – 2005. Acesso em outubro de 2010, p. 2.

¹⁹⁴ Instrução de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a José Marques Lisboa, enviado extraordinário e ministropplenipotenciário em Londres, em 20 de fevereiro de 1846. *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática*. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm. Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 224-227.

esquemmatizando.

Denúncias de instigação a deserções no exército foram realizadas pelo Império do Brasil contra o general Oribe. Um partidário do general uruguaio foi acusado de desencaminhar duzentos soldados brasileiros, alocando-os no exército de Oribe.¹⁹⁵ Na verdade, a acusação de instigação à deserção recaiu concretamente sobre o argentino D. José Maria Velarde e os orientais Francisco Gutierrez e Rafael Subaran, os quais tinham moradia fixa no município de Bagé.¹⁹⁶ A legação da Confederação Argentina, intercedendo por Oribe, Velarde, Gutierrez e Subaran, exigiu provas da denúncia, além de expressar seu repúdio aos atos de sedução de soldados, caso se comprovasse sua veracidade.



Facundo Quiroga, militar, estancieiro, líder carismático, tomado como modelo por Sarmiento para criticar Rosas e a política autoritária. Museu Mitre.

Por fim, o governo imperial expulsou-os do território brasileiro, apesar dos protestos da legação argentina, a qual reclamou da impossibilidade de defesa dos acusados.¹⁹⁷

O decreto de Oribe, publicado em 28 de fevereiro de 1847, em que considerava como pirata a tripulação dos navios que chegasse a ser apreendida quando embarcasse qualquer espécie de gado ou produtos sobre as costas da República uruguaia sem uma licença especial, tendo como castigo a pena de morte, provocou reações do governo imperial brasileiro.¹⁹⁸ O barão de Cayrú, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, exigiu modificações no decreto, pretendendo assegurar que nenhum súdito do governo imperial sofresse a referida punição.

¹⁹⁵ Relatório N° 22 da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado barão de Cayrú, em 29 de agosto de 1846. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

¹⁹⁶ Relatório N° 23 da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado barão de Cayrú, em 07 de outubro de 1846. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

¹⁹⁷ Relatório N° 25 da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado barão de Cayrú, em 2 de dezembro de 1846. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

¹⁹⁸ Relatório N° 46 da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado barão de Cayrú, em 5 de março de 1847. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

Apesar das instabilidades entre o Prata e o Império do Brasil e as insinuações de intervenção, ainda prevalecia na diretriz da política exterior brasileira a opção da neutralidade na região. Prova disso foi a recusa do Império em formalizar uma aliança ofensiva e defensiva com o Paraguai contra Rosas. O Paraguai propôs o acordo em virtude de que julgava ameaçada a sua independência, já que era notório que Rosas pretendia incorporá-lo à Confederação Argentina. Todavia, em 5 de agosto de 1847, o Brasil rejeitou a proposta paraguaia, revelando que ainda predominava no Ministério das Relações Exteriores a vontade de manter uma boa harmonia com o governador de Buenos Aires.¹⁹⁹

A partir de 1847, foi-se desenhando a prática parlamentarista do governo imperial. Durante o Primeiro Reinado de D. Pedro I e a Regência, segundo o historiador Bóris Fausto, não houve um efetivo funcionamento do parlamento. Porém, em 1847 criou-se o cargo de presidente do Conselho de ministros, indicado pelo imperador, com o encargo de Poder Executivo. O seu presidente precisava merecer a confiança tanto do imperador quanto da Câmara, sob pena de ser substituído.

O imperador detinha uma considerável soma de atribuições através do Poder Moderador, utilizando-o frequentemente quando a Câmara não apoiava os ministros de sua preferência, podendo dissolvê-la a qualquer momento. Através deste sistema político, revezavam-se no poder o Partido Conservador e Partido Liberal.²⁰⁰ Com a flexibilidade deste rodízio, “o recurso às armas se tornou desnecessário” (FAUSTO, 2002, p. 180), pois as principais forças políticas do Brasil assumiriam em algum momento o controle do poder no Parlamento. A única instabilidade provincial que surgiu neste contexto foi a Revolução Praieira²⁰¹, em 1848, deflagrada em Pernambuco.

¹⁹⁹ CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, c1981, p. 55-56.

²⁰⁰ Os partidos políticos do Segundo Reinado (Partido Liberal e Partido Conservador) não tinham nenhuma organicidade. Agiam conforme as alternativas parlamentares e as conveniências eleitorais imediatas. Não tinham personalidade jurídica nem programas definidos. Havia mesmo, até meados do século XIX, certo pudor em confessar adesão a um partido. Ver FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889): crônica histórica*. Porto Alegre: CORAG, 2004, p. 25.

²⁰¹ A Revolução Praieira teve como principal queixa a perda do controle da província para os conservadores. Seus líderes principais eram os senhores de engenho ligados ao Partido Liberal. A luta sob a forma de guerrilhas, no Recife, prosseguiu até 1850, quando foi totalmente sufocada pelo governo imperial. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2002, p. 178.

Com a pacificação da província do Rio Grande do Sul, realizada em 1845, retomou-se o funcionamento da Assembleia provincial no ano seguinte. Apesar de a guerra civil haver terminado um ano antes da instalação da nova legislatura, houve poucas referências a ela. Na opinião do historiador Sérgio da Costa Franco “é possível que houvesse um pacto de silêncio em torno do assunto, para não serem avivados velhos ódios e ressentimentos” (2004). Portanto, o clima político na região era de manter os ânimos controlados, gerando uma atmosfera apaziguadora entre a elite local, a qual entrava em consonância com a política do Império. Entre os anos de 1848 e 1849, alguns ex-farrapos elegeram-se deputados provinciais. Dentre eles, José Pinheiro de Ulhoa Cintra, Luís José Ribeiro Barreto, Manoel Lucas de Oliveira e o padre Chagas.



Estancieiro de Buenos Aires, com o chaleco federal. LUNA, 2000, v.8.

O Uruguai tinha como presidente constitucional a partir de 1843, Joaquín Suárez, o qual assumiu o posto após a expulsão de Rivera do poder pelas forças de Oribe, auxiliado pelas tropas argentinas de Rosas. Mesmo com a legalidade do novo presidente, Oribe passou a dominar todo o interior do Uruguai, sitiando a capital Montevideú. Com quase todo território uruguaio sob seu domínio era comum que ocorressem invasões dos aliados de Oribe no Sul do Brasil, causando transtornos na província do Rio Grande do Sul. Em 12 de abril de 1847, o barão de Cayrú escreveu à legação argentina, a qual representava Oribe, protestando contra o assassinato de trinta e dois brasileiros, ocorrido em território oriental.²⁰² O barão dizia ainda que esta atrocidade foi cometida pelos “facinorosos que entram e saem do Rio Grande”. O governo imperial entendia que a responsabilidade por estes atos poderia ser atribuída a Oribe. Mesmo que ele não fosse o presidente eleito do Uruguai, nos territórios em que ele dominava, os atentados que viessem a ocorrer poderiam recair sobre a autoridade de seu exército.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros assumia uma postura de neutralidade em relação às lutas entre Confederação Argentina, aliada de Oribe e República Oriental

²⁰² Relatório Nº 39 da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado barão de Cayrú, em 12 de abril de 1847. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

do Uruguai, representada pelo governo legal de Joaquín Suárez. O ministro Antônio Paulino Limpo de Abreu, entretanto, determinava a regulação da forma de asilo dos emigrados que passavam para o território brasileiro.²⁰³ As condições para a concessão de abrigo eram de que pelo menos permanecessem à distância de dez léguas da fronteira, evitando assim que alguns pudessem se armar em território neutro a fim de retornar ao teatro da guerra. Iniciava, entretanto, principalmente a partir de 1848, na análise do historiador Amado Cervo, uma mudança de opinião em relação à neutralidade do Brasil na luta entre as repúblicas do Prata, principalmente no parlamento. A mudança deveu-se principalmente aos danos sofridos pelos brasileiros residentes no Uruguai. O Império, inclusive, deixou de admitir a legação argentina como órgão competente para exigir reparações solenes, em nome de Oribe, que não era reconhecido como presidente da República Oriental.²⁰⁴ A partir de 1850, a legação argentina deixou de se envolver nas negociações entre Império do Brasil e Uruguai. A exemplo desse caso, desentendimentos semelhantes ocorriam seguidamente, pois, segundo a historiadora Helga Piccolo, o espaço fronteiro platino propiciou tensões e conflitos, gerados principalmente “pelo processo de apropriação de terras e pelos interesses econômicos enraizados” (1997). O historiador José Pedro Barrán afirma que a presença dos brasileiros assentados na zona de fronteira entre Uruguai e Brasil agravou a luta entre imigrantes e orientais, a qual também foi reflexo da Guerra Grande (1839-1851).²⁰⁵



Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, visconde de Jequitinhonha.
Fonte: Itamaraty.

José de Araújo Ribeiro, ex-presidente provincial do Rio Grande do Sul, assumiu como senador em janeiro de 1850. Seu primeiro discurso no Senado teve como tema a defesa dos brasileiros residentes no Uruguai. Protestou contra os pesados

²⁰³ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da sétima legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado Antônio Paulino Limpo de Abreu, em 1º de maio de 1848. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

²⁰⁴ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

²⁰⁵ Denomina-se Guerra Grande ao enfrentamento ocorrido no Uruguai entre 1842 e 1851, entre as facções blanca e colorada. Tais facções eram apoiadas por cada um dos principais partidos da Confederação Argentina: federalista ou unitário. Os federalistas eram unidos aos *blancos*, enquanto que os unitários mantinham aliança com os *colorados*. Ver: BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del uruguay pastoril y caudilhesco (1838-1875)*. Ediciones de la Banda Oriental. Montevideo, 1974. p. 11.

impostos sobre o gado, além de serem forçados a contribuir financeiramente com o exército de Oribe e estarem sujeitos a violências, roubos e assassinatos. O discurso de Ribeiro marcou uma guinada no pensamento parlamentar. A partir de 1850, quase todos os pronunciamentos parlamentares foram “favoráveis a uma mudança de política com relação ao Prata, que passaria pelo abandono da neutralidade, chegando à intervenção” (CERVO, 1981, p. 57).

O ministro Paulino José Soares de Souza considerou que, naquele momento, o Império estava enfraquecido devido às suas medidas de moderação e prudência. E caso uma luta contra a Confederação Argentina fosse deflagrada, era preciso prevenir-se. Nesse sentido, o Império começou a cuidar seriamente do seu exército e esquadra, aumentando suas forças.²⁰⁶ Iniciando uma reação contra o governador de Buenos Aires, o Império promoveu acordos e alianças, como, por exemplo, a celebração do tratado de aliança defensiva de 25 de dezembro de 1850 com a República do Paraguai. O governo brasileiro também comprometeu-se em auxiliar o governo uruguaio para evitar que a praça de Montevideu caísse em poder de Oribe. Dessa forma, foi se organizando uma coalizão que primeiro trataria de combater Oribe e, conseqüentemente, seu aliado Rosas. Em 28 de abril de 1851, o presidente da província do Rio Grande do Sul, Pedro Ferreira de Oliveira, recebeu ordens para reunir na fronteira toda a força de 1ª linha e preparar o exército para qualquer momento entrar em operações.

As simpatias políticas brasileiras inclinaram-se para a resistência platina a Rosas, identificada no governador entrerriano Urquiza. Paulino José Soares de Souza acreditava que o general era o aliado natural do Império no combate a Oribe e Rosas.²⁰⁷ Manoel de Assis Mascarenhas foi o político que mais sustentou a posição de intervenção brasileira no Prata através de seus discursos no Parlamento. Na contramão, vinha Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, parlamentar e ex-ministro de Exterior em 1837, o qual defendia a não-intervenção do Brasil em assuntos internos de outros países. Montezuma, porém, teve sua opinião suplantada por duas novas correntes de pensamento que propunham a intervenção: a doutrina de segurança, defendida por

²⁰⁶ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

²⁰⁷ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

Mascarenhas; e a doutrina do intervencionismo humanitário, liderada por Honório Carneiro Leão.

A postergação do arranjo constitucional da Confederação Argentina inquietava cada vez mais as províncias argentinas, que clamavam sua organização como Estado-Nação. Rosas continuava a dar a mesma desculpa de que naquelas condições não era possível a sanção de uma constituição.

Para as províncias argentinas, no entanto, a palavra “Constituição” não estava desprovida de conteúdo, significava a repartição das rendas aduaneiras que Buenos Aires monopolizava. Implicava a abolição das aduanas interiores, fonte de recursos para os Estados locais, mas fatores geradores de um enorme encarecimento dos produtos que transitavam no território argentino. Significava a livre navegação dos rios interiores e a liberação da hegemonia do porto de Buenos Aires e a possibilidade de conectar-se livremente com os mercados europeus. E também a constituição de um Estado nacional que não estaria ligado aos interesses da província portenha (LUNA, 2000, p. 190).

Em 1º de maio de 1851, Justo José de Urquiza, governador de Entre Ríos, baixou decreto reassumindo o exercício de representação externa da província, até então delegado a Rosas. Fazia-o respaldado por negociações para uma cooperação com o Brasil, as quais levaram à assinatura, em 29 de maio, do Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva entre os governos do Império, de Montevideu e de Entre Ríos. Seu objetivo declarado era o de manter a independência e promover a pacificação do Uruguai por meio da expulsão de Oribe do seu território e da força argentina que o apoiava. Ficou estabelecido que a aliança se voltaria contra o governo de Buenos Aires, caso este se tornasse obstáculo ao objetivo de *pacificação*.

O general conde de Caxias foi encarregado do comando do exército brasileiro e partiu para o Rio Grande do Sul em 20 de junho de 1851, enquanto que o vice-almirante John



John Pascoe Grenfell, oficial inglês a serviço do Império do Brasil. Cercou a coluna farroupilha comandada por Bento Gonçalves na ilha do fanfa com canhoneiras e sumacas, quando prendeu seu estado-maior. Também sob seu comando, as tropas de Urquiza e Caxias transpuseram o rio Paraná para marchar contra Rosas em Caseros. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Pascoe Grenfell assumiu o comando da esquadra brasileira.²⁰⁸ Oficiais que estavam no comando do exército e da marinha na derrota a que submeteram os recentes insurretos do Sul, agora estavam à frente das tropas além-fronteira, no combate a Oribe, Rosas e seus partidários. José Mariano de Matos, ex-farroupilha, foi nomeado ajudante-geral de Caxias. As operações militares foram iniciadas por Urquiza ao entrar com suas forças em território uruguaio em 8 de julho de 1851. O exército entrerriano marchou pelo território oriental considerando-se uma força libertadora, acabando por enfraquecer o general Oribe. Imediatamente, o exército brasileiro formado por quase 16 mil homens, penetrou no Estado Oriental em 4 de setembro de 1851.

Oribe, pressionado pelas tropas de Urquiza e Caxias, rendeu-se em 19 de outubro de 1851, e levantou o cerco a Montevideú que durava vários anos. David Canabarro, ex-rebelde, incorporado às forças brasileiras comandou uma divisão que protegeu o grupo militar de Caxias. Bento Manuel Ribeiro também fez parte da ofensiva. Antônio de Souza Netto, residente no Uruguai como estanciero, envolveu-se na luta comandando sua cavalaria da brigada de Voluntários Rio-Grandenses. João Antônio da Silveira, também ex-farroupilha, comandou a 12ª brigada do exército de Caxias. As tropas orientais que faziam parte do exército do general Oribe reconheceram a autoridade do governo oriental, submetendo-se ao comando do general-em-chefe do exército uruguaio Eugenio Garzón. As tropas argentinas saíram imediatamente do território oriental.

Pouco após a rendição de Oribe, o exército aliado concentrou-se na Colônia do Sacramento, ao sul do Uruguai e defronte a Buenos Aires. Em 17 de dezembro de 1851, sete navios brasileiros, sob o comando de Grenfell, forçaram passagem pelos obstáculos opostos à navegação do rio Paraná, onde havia sido instalada uma poderosa fortificação contra as tropas aliadas. As embarcações foram atingidas, entretanto, não



Bartolomé Mitre, fez oposição a Rosas, combateu em Caseros e foi presidente da Argentina. Fonte: Museu Mitre.

²⁰⁸ A esquadra comandada por Grenfell foi imprescindível na proteção do exército aliado, assim como em embarçar a prestação de socorros a Oribe pelo general Rosas, bem como a retirada das forças do mesmo general Oribe para Buenos Aires. Ver: Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

foi o bastante para impedir a passagem no passo do *Tonelero*.²⁰⁹ Mais tarde, outros navios brasileiros forçaram a passagem do *Tonelero*, conduzindo o contingente militar restante das tropas aliadas, que permaneceram acampadas com o intuito de atacar Buenos Aires em melhor momento.

Em 1º de fevereiro de 1852, as tropas aliadas chegaram a cerca de nove quilômetros de Buenos Aires. No dia seguinte, na Batalha de Campo de Alvares, a vanguarda aliada derrotou uma força rosista sob o comando do general Ángel Pacheco, que havia sido enviado para atrasar o seu avanço. Em 3 de fevereiro, o exército aliado se deparou com o argentino, comandado pelo próprio Rosas. As forças aliadas eram compostas por 20 mil argentinos, 1.700 uruguaios e 4 mil soldados de elite brasileiros, distribuídos em cerca de 16 mil cavalarianos, 9 mil infantes e mil artilheiros, formando um exército de 25.700 a 26 mil homens, com 45 a 50 canhões. Do lado argentino, Rosas dispunha de 15 mil cavalarianos, 10 mil soldados de infantaria e mil artilheiros: um total de 26 mil homens, com 60 canhões.

Juan Manuel de Rosas escolheu o melhor terreno para preparar o seu exército, dispondo-o no topo de um monte em Caseros, fazendo de um ribeirão chamado Arrojo Morón um fosso de proteção natural. Os comandantes aliados Manuel



General Manuel Luis Osorio, visconde de Herval, lutou na Guerra da Cisplatina; combateu os farroupilhas, em cuja guerra foi promovido de tenete a capitão e, depois, a major; fez as campanhas contra Rosas e Solano Lopez, na Guerra do Paraguai. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Marques de Sousa, Manuel Luís Osório, José Maria Pirán, José Miguel Galán (substituindo Garzón após sua morte repentina em 1º de dezembro de 1851), Urquiza e os futuros presidentes argentinos, Bartolomé Mitre e Domingo Sarmiento formaram um Conselho de Guerra e decidiram iniciar a batalha. Cerca de 11h da manhã, a vanguarda de ambos os exércitos iniciaram seus ataques.

A Batalha de Monte Caseros, como ficou conhecido o combate entre os exércitos aliados (Império, Entre Ríos e Uruguai) e argentino, resultou em uma grande vitória para os opositores de Rosas. Apesar da pior localização no teatro de guerra, os soldados aliados conseguiram aniquilar as tropas

²⁰⁹ A passagem de Tonelero é reconhecida como uma ação bastante notável da marinha brasileira. Ver: ALMEIDA, Washington Perry de. A Armada Imperial no Segundo Reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1977. Vol. 314.

rosistas em um dia de confrontos. Poucos minutos antes das forças aliadas alcançarem a chácara no topo de Caseros, onde Rosas havia instalado o seu Estado-Maior, o ditador argentino montou em seu cavalo e se retirou do campo de batalha.²¹⁰ Disfarçado de marinheiro, Rosas pediu auxílio a Robert Gore, embaixador britânico em Buenos Aires, que o transportou, junto com sua filha Manuelita, vestida de homem, ao Reino Unido, onde passou os últimos vinte anos de vida. O relato oficial afirmou que 400 homens do lado aliado haviam morrido, enquanto o exército argentino perdeu 1.200 homens.



Manuelita Rosas.
Prilidiano Pueyrredón

No entanto, pela duração e proporção da batalha, o número de mortos pode ter sido maior.

Caseros não foi uma batalha entre adversários irreconciliáveis e sim uma luta interna dentro do partido federal, que desde 1850 parecia dominar toda a Confederação, onde o dirigente Urquiza, que simbolizava a renovação do esquema federalista, venceu o velho dirigente Rosas, aniquilado em suas fórmulas caudilhescas. Segundo o ministro Paulino José Soares de Souza, era impossível que Rosas “pudesse resistir a tantos recursos contra ele acumulados, e por tal modo combinados”.²¹¹ A vitória aliada estabeleceu a hegemonia brasileira na região do Prata e gerou estabilidade política e econômica ao Império do Brasil. Porém, a instabilidade nos outros países da região permaneceria, com as disputas internas entre partidos no Uruguai, e uma guerra civil na Argentina pós-Rosas.

Convém destacar que o exército brasileiro, desde o século XIX, “procurou atender à necessidade de constante pesquisa e desenvolvimento técnico e científico, como uma forma de garantir o preparo da tropa” (CASTRO, 2002, p. 21). E foi justamente na Batalha de Monte Caseros que foi usada pela primeira vez a modalidade de foguetes Congreve, demonstrando na prática a política de inovação técnico-científica militar arquitetada pelos militares. Contudo, o combate se deu de tal forma, com a infantaria brasileira avançando tão além da artilharia, que esta última não teve uma

²¹⁰ A notícia do triunfo do Brasil sobre Buenos Aires repassada ao corpo diplomático brasileiro na Europa e América em 11 de fevereiro de 1852. Ver Circular de 11/02/1852. Índice: “Notícia do triunfo do exército aliado...” *Caderno do CHDD*, ano III, no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 133-134.

²¹¹ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

participação decisiva no combate, o que fez com que os relatórios não contivessem muitas informações sobre o uso da nova arma. Todavia, eles devem ter sido suficientemente impressionantes para justificar a expansão da Oficina de Foguetes que se consolidaria tempos mais tarde. Evidencia-se o efeito desorganizador das unidades rosistas, especialmente de sua artilharia, favorecendo a infantaria e a cavalaria aliada na conquista de posições.²¹²



Oficial do exército de Rosas.
Pintor anônimo.

O tratamento historiográfico dado a Rosas é realmente extremo, e até hoje segue-se discutindo sobre ele. Depois de longas décadas de uniformidade anti-rosista, o aparecimento da obra *História da Confederación Argentina*, publicada em 1892, em que Adolfo Saldías resgatou a positividade de sua figura, revolucionou todo o ambiente historiográfico argentino. Na segunda e terceira década do século XX, o aparecimento do revisionismo histórico na Argentina retomou a figura do Restaurador, elevando-o como um dos “maiores próceres da história”. Em primeiro lugar, os revisionistas destacaram a ação de Rosas como a de um defensor da soberania nacional frente às duas maiores potências de sua época. Também salientaram seu papel como organizador da união nacional prévia à sanção da Constituição.

Muitos destes revisionistas, dentre eles, Carlos Ibarguren, Dardo Corvalán e Ricardo Caballero, recuperaram a figura de Rosas para defender a idéia de um governo forte, autoritário, para sua própria época. Entre eles, figuraram muitas personagens que aderiram ao movimento peronista, ainda que não todos viam Perón como um governante forte.

No entanto, desde meados do século XX apareceu um novo grupo de historiadores, destacando-se Enrique Barba e Félix Luna, que atacaram o sistema de Rosas por ter eliminado toda a forma de dissenso, por ser anti-democrático. E também ter feito de seu governo um sistema centrado no culto a sua pessoa. De outro lado, os partidários do liberalismo econômico criticam até o presente a memória de Rosas, enquanto sua figura é defendida pelos partidários de alguma maneira de protecionismo

²¹² Manoel Luís Osório foi o militar que teve uma atuação de destaque na Batalha de Monte Caseros através do elemento da cavalaria. Em uma carga de cavalaria, chegou a tomar uma bateria com 5 bocas de fogo. Como recompensa, foi em 3 de março de 1852, um mês após a batalha, promovido a coronel e condecorado com a Ordem Imperial do Cruzeiro e com a Medalha de Caseros; naquele dia recebeu também o título nobiliárquico de barão do Herval. Ver: ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Vultos da Pátria*. Volume I. Porto Alegre: Globo, 1961, p. 169.

ou de nacionalismo. Atualmente, os historiadores tratam de chegar a um equilíbrio no estudo deste personagem, de seu sistema político e de sua época.

Todavia, independente destas questões de largo espectro, o que evidencia-se historicamente é que a hegemonia brasileira no Prata somente pôde ser construída sobre as derrotas de Oribe e Rosas.



Soldado federal. Johann Moritz Rugendas.



Sentinela de Rosas.
Óleo de Gabriel Roncena.



Quinta de Rosas em Palermo. Óleo de F. Fortuny.



Charge jocosa publicada e reproduzida em Montevidéo, debochando as reuniões "políticas" dos "patriotas" rosistas.



Fuzilamentos coletivos dos prisioneiros opositores de Rosas, em San Nicolas. A. Ballerini.

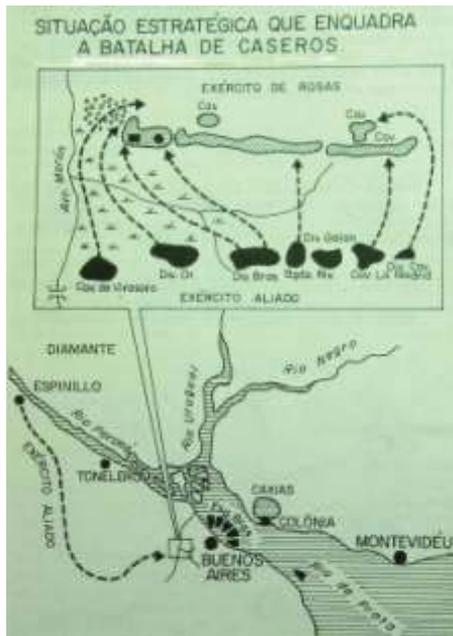
Abaixo, *Soldado de Rosas e sua mulher*. Jean Leon Pallière.
 À direita, *Eusebio de la Santa Federación*, figura folclórica. Partidário de Rosas. Óleo de Martin Boneo.



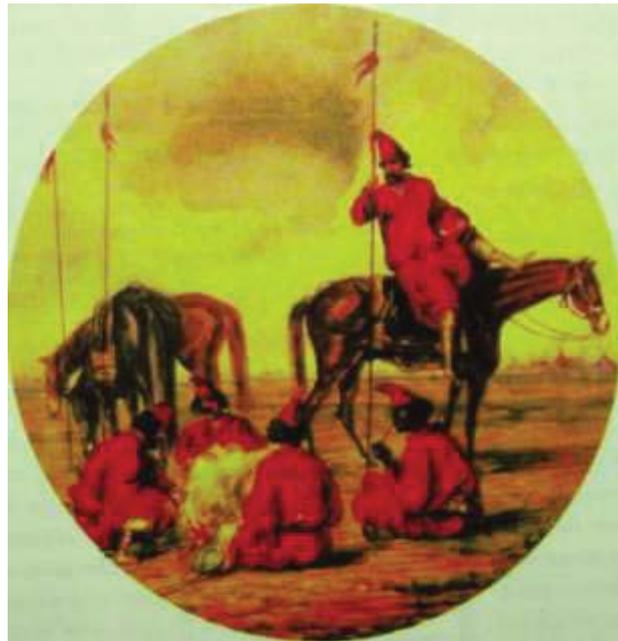
ALVES, 1979.



Passagem do Tonelero. Esquadra brasileira fazendo o traslado das tropas no rio Paraná na campanha contra Rosas.



ALVES, 1979.



Lanceiros de Urquiza. A aquarela de Jean Leon Pallière.



1852. Batalha de Caseros. Derrota militar de Juan Manuel de Rosas. Aquarela de Rangel. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



1852. Carga de cavalaria. Batalha de Caseros. Óleo de Blanes (1856). Palacio de San Jose.



1852. Batalha de Caseros. Evocação a Urquiza.



1852. *Batalla de caseros*. General Urquiza. Litografía de Alejandro Serheim.



1852. Batalha de Caseros. Evocação a Osório e sua cavalaria brasileira.





1852 - Batalla de Caseros. *Fin del combate*. Óleo de Blanes (1856). Palacio de San Jose.



Justo José de Urquiza.
Blanes.



1852. Entrada triunfal de Urquiza em Buenos Aires. L. Mathis.



Quadro histórico da batalha de Caseros, com os principais comandantes da aliança que venceu Rosas. Museu Mitre.



Caxias e Osório, principais comandantes militares da geopolítica brasileira no Prata. A dupla atuou na guerra civil farroupilha na província do Rio Grande do Sul, na campanha contra Oribe, na guerra contra Rosas e, depois, na Guerra do Paraguai, a exemplo desta foto-montagem. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerra civil farroupilha, analisada sob o ponto de vista da sua conexão com o Prata, configura-se como fundamental para a compreensão deste presente fenômeno histórico e suas implicações para a história do Rio Grande do Sul. Na elaboração deste trabalho, levamos em conta que os fatos humanos “são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática” (BLOCH, 2001, p. 54).

Entende-se que a compreensão do espaço em que se dá o processo histórico deve ser visto sob referência constante ao sistema global das relações do qual foi recortado, “resultando das relações que mantêm com outras regiões e com a sociedade global, sendo determinada do exterior e elaborada internamente” (SILVA apud RECKZIEGEL, 1999, p. 20).

A pesquisa calcada nesse método, entretanto, não foi completamente esgotada em suas possibilidades de investigação. Compreende-se que o pesquisador precisa realizar escolhas para efetuar seu trabalho. Em face da imensa realidade que os objetos históricos podem revelar, faz-se necessário, que “o historiador recorte o ponto de aplicação particular de suas ferramentas, e, em consequência, faça uma escolha frente à realidade em que aplica seu estudo” (BLOCH, 2001, p. 52). Partindo deste pressuposto, outros pesquisadores que fizerem a opção de trabalhar com o mesmo tema historiográfico, utilizando outras fontes, poderão ampliar o leque do debate histórico de acordo com as escolhas realizadas.

A sedição farroupilha, deflagrada em setembro de 1835, iniciou-se em meio a reformas liberais implementadas pelo governo regencial no princípio da década de 1830. O alargamento da autonomia das províncias, através do maior poder conferido às assembleias provinciais, ocasionou disputas entre as elites locais do país. As concessões realizadas pelo governo central não foram suficientes para acalmar os ânimos dos sediciosos do Rio Grande do Sul, os quais desejavam ainda mais autonomia e competência para deliberar sobre outras questões que faziam parte da alçada do governo central. Além disso, o caso particular sulino estava sob o espectro da perda da Cisplatina e toda a carga de tensões emanadas da fronteira.

O conflito farroupilha, entretanto, sempre foi tratado pelo Império de forma conciliatória, através de propostas de concessões de anistias e trocas de presidentes

provinciais, procurando, dessa forma, apaziguar os ânimos dos rebeldes. Compartilha-se a opinião do historiador José Plínio Guimarães Fachel “que por razões financeiras e estratégicas, era melhor negociar com os farroupilhas” (2010), pois gastava-se metade de toda a arrecadação com a guerra, tornando-se então, um bom negócio *indenizar* ou *comprar* a paz. Quando não foi possível proceder somente dessa forma, intensificaram-se as operações militares, principalmente após a segunda metade da guerra, especialmente com a chegada de Caxias, em novembro de 1842. Todavia, mesmo com a implementação dos combates de forma mais contínua, não se abandonou a condição conciliadora inerente ao Império desde o princípio da sedição. O olhar do Império ia além dos limites territoriais. Observava as forças de atração platina. Assim, a insurreição interna ampliava-se como questão geopolítica de grande proporção. As relações estabelecidas entre os farroupilhas e os líderes platinos, por isso, eram vistas com grande desconfiança pelo Império do Brasil. A manutenção destas relações era prejudicial à pacificação da guerra civil farroupilha, pois o Prata auxiliava em cavalos, artigos de guerra e demais mercadorias para as tropas rebeldes.

A personalidade platina mais temida pelo Império do Brasil, e que sustentava um vínculo com os farroupilhas, era Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires e principal líder da Confederação Argentina. Os planos de Rosas em restituir a territorialidade do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata afetariam diretamente o Brasil, pois um pedaço do Rio Grande do Sul fazia parte da antiga organização administrativa do reino de Espanha. Além disso, a ameaça de Rosas à soberania do Paraguai e Uruguai, também alvo da ambição rosista expansionista, prejudicaria o Brasil na comunicação entre a província do Mato Grosso e o Rio de Janeiro caso uma possível nacionalização dos rios platinos pela Confederação Argentina fosse realizada.

No âmbito da Banda Oriental, Rosas já tinha um importante aliado, Oribe, ex-presidente constitucional do país, e que auxiliava o governador de Buenos Aires em seus propósitos.

O Império do Brasil concentrou, então, suas ações na tentativa de dificultar as negociações dos farroupilhas com os líderes platinos, os quais procuraram instrumentalizar os rebeldes do Rio Grande do Sul no enfrentamento com os imperiais. Entretanto, as alterações conjunturais, as seguidas mudanças de posições e variação de alianças, nem sempre permitiam uma posição estanque. Obrigava-se às flexibilidades, jogando, geralmente, com situações difusas. Entretanto, do ponto de vista imperial temia-se pela aliança rebelde com Oribe e Rosas. Mas o grupo hegemônico dos

farroupilhas, representado por Bento, privilegiou o alinhamento com Rivera, caudilho que já fora coronel *brasileiro* na Cisplatina, inimigo de Oribe e Rosas, que almejava formas de colaboração imperial ou sua posição de neutralidade. Do ponto de vista separatista, ou autonomista, a preferência por Rivera constituiu-se em erro estratégico irreversível, que contribuiu na acumulação de equívocos para a rendição e derrota final.

As relações platinas, até configurar-se a derrota farroupilha, passou por fases e sobreposições. O uruguaio Rivera foi um aliado importante do Império, uma vez que compartilhavam os mesmos inimigos, isto é, Oribe e Rosas. Oribe e Rivera já haviam se desentendido pela disputa de poder que travavam pela presidência do Uruguai, e Rosas constituía-se em um inimigo simplesmente porque era aliado de Oribe. Rivera buscou então colaborar com o Império do Brasil auxiliando no enfrentamento de seus adversários, mas também porque temia uma possível intervenção militar brasileira combinada com Rosas para liquidar seu grupo político (*os colorados*) e os rebeldes do Rio Grande do Sul.

Rivera, entretanto, fazia jogo duplo com o Império, apesar de temer sua retaliação. Ao mesmo tempo que iludia o governo central brasileiro, através de aparentes relações, fornecia aos farroupilhas recursos. Os acordos firmados entre Rivera e os farroupilhas provocaram em Oribe uma certa desconfiança em relação a estes. A preferência dos farroupilhas por Rivera, que se acabou revelando principalmente na segunda metade da guerra civil, era de certo modo conveniente para o Império do Brasil. A manutenção das relações dos rebeldes com Oribe e Rosas poderia adquirir um problema de muito maior envergadura, já que eles representavam uma ameaça mais perigosa pelos seus planos de expansão do que Rivera.

Ao longo da pesquisa, percebeu-se que a constituição dos acordos políticos entre as partes brasileiras e platinas eram bastante flexíveis. Em 1843, por exemplo, Juan Manuel Rosas esquivou-se da aliança com o Império para enfrentar Rivera e pacificar o Rio Grande do Sul. A formalização de um pacto entre Império do Brasil e Paraguai no enfrentamento a Rosas também não se materializou. Duarte da Ponte Ribeiro, um dos mais experientes diplomatas brasileiros no Prata, sabia que estes “acordos eram firmados privadamente entre caudilhos, não entre Estados nacionais consolidados como faziam crer os tratados e convenções” (GUAZZELLI, 1997, p. 310). Talvez por este motivo que os acordos, ajustes ou alianças revelaram-se demasiadamente frágeis, justamente porque não partiam de instituições consolidadas e sim de personalidades com alguma influência política e militar.

Percebeu-se também que o cenário político platino gravitava em torno de Rosas, principalmente de suas iniciativas e pela possibilidade de suas reações. A personalidade do caudilho argentino suscitava reações de simpatia e aversão, principalmente no Parlamento brasileiro, que ora elogiava sua postura de resistência frente à Europa, ora criticava seus projetos expansionistas. A insistência pela política de *neutralidade* também se devia ao temor de “um confronto com Don Juan Manuel” (GUAZZELLI, 1997, p. 373), o qual poderia apoiar declaradamente os rebeldes sul-riograndenses e comprometer os interesses do Brasil na região. Por essas divergências de opiniões é que talvez tenha se demorado um maior tempo para que a política externa brasileira assumisse uma postura intervencionista em relação ao Prata, a qual, depois de reflexões ainda durante a mobilização farroupilha, prevaleceu pragmaticamente a partir de 1847. O pensamento neutralista dominante na política externa antes deste período deveu-se também ao objetivo implementado pela diplomacia brasileira de reconhecimento da nacionalidade do país, buscado desde a independência de 1822.

A passagem da neutralidade à intervenção da política externa do Brasil, conforme Amado Cervo, abrangeu o período de 1844 a 1852. Principalmente a partir de 1848, o Parlamento brasileiro assumiu no seu discurso uma postura mais incisiva em relação aos assuntos do Prata, chegando a 1850 com quase a totalidade dos pronunciamentos parlamentares defendendo a *intervenção*. Deve-se em parte a esta transição de opiniões aos alegados danos sofridos pelos brasileiros residentes no Uruguai, entretanto, o objetivo principal consistia em impedir a possível expansão da Confederação Argentina. Não é coincidência, portanto, que a solução da guerra civil do Rio Grande do Sul e a derrota de Juan Manuel de Rosas tenham se dado dentro deste período. Foi justamente pela posição incisiva da política exterior que as operações militares imperiais intensificaram-se, tanto no Prata quanto na região sul do Brasil. Estas medidas também visavam a remoção ou enfraquecimento de possíveis acordos entre forças insurrecionais que pudessem ameaçar a unidade política e espacial do Império no futuro.

Invariavelmente, a pacificação do conflito farroupilha passava pelo impedimento das constantes assistências e proteções aos rebeldes provenientes do Prata. Caxias, nomeado em 1842 pelo imperador para pôr termo à revolta, percebeu a necessidade de obstar estas relações. Entretanto, o barão também reconhecia a dificuldade de realizar esta tarefa, até mesmo pela porosidade da fronteira do Rio Grande do Sul. Então, ele procurou manter conversações com os mesmos líderes

platinos que auxiliavam os farroupilhas, todavia, mantendo as suspeitas e desconfianças que lhes eram próprias. Negociações para obtenção de cavahada para o exército imperial foram discutidas com Oribe e Rosas. Rivera chegou a ser cogitado para ser árbitro do litígio entre farroupilhas e imperiais, tendo sido, entretanto, preterido pelo barão.

O declínio farroupilha a partir da década de 1840 foi percebido. Principalmente pela diminuição do contingente militar, mau estado das cavahadas e desistências com pedidos de anistias. Com a configuração desse cenário desfavorável para a causa rebelde, acirraram-se ainda mais as divergências entre seus comandantes.²¹³ As mortes de Paulino da Fontoura e Onofre Pires ocasionaram acusações e críticas à Bento Gonçalves da Silva, assim como a demora da instalação da assembleia farroupilha, ocorrida somente em final de 1842. Da mesma forma que os deputados farroupilhas²¹⁴ se indispuseram com o presidente legal da província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, em 1836, “também os deputados da Assembleia ‘republicana’ em Alegrete entraram em choque com o autoritário e genioso Bento Gonçalves, que ordenou o estacionamento de tropas junto ao prédio do Legislativo para intimidar a oposição” (FLORES, 1984, p. 82). As assembleias provinciais eram utilizadas como instrumentos de direção político-institucional local.²¹⁵ Por isso era comum que os grupos dominantes regionais disputassem o controle delas, mesmo entre os farroupilhas, que não constituíam uma unidade homogênea.

Contudo, na negociação da pacificação da revolta, a partir do final de 1844, inúmeras condições apresentadas pelos insurretos ao governo imperial foram atendidas.

²¹³ Segundo o historiador José Plínio Guimarães Fachel, as dissensões farroupilhas do período de instalação da Assembleia Constituinte em Alegrete se dividiram entre o partido da Maioria e o partido da Minoria. Do primeiro, faziam parte Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida, Mariano de Matos, Antônio de Souza Neto e Gomes Jardim. No grupo da Minoria, destacaram-se Antonio Vicente da Fontoura, Francisco Ferreira Jardim Brasão, Martins da Silveira Lemos, Onofre Pires, Paulino da Fontoura, João Antonio de Oliveira e David Canabarro. Ver: FACHEL, José Plínio Guimarães. *A Revolução Farroupilha*. In: POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2010, p. 104-105. Nessa conjuntura, o pequeno grupo em que predominava o viés separatista do movimento já não possuía mais expressão política.

²¹⁴ Em 11 de fevereiro de 1836, os deputados da Assembleia Legislativa Provincial Francisco Xavier Ferreira (presidente), Antonio Alvares Pereira Coruna (1º Secretário) e Juliano de Faria Lobato (2º Secretário) assinaram representação contra os atos do presidente Fernandes Braga. Entre essas posições, deve-se considerar também o pequeno grupo separatista. Ver: Representação da Assembleia Legislativa Provincial contra os atos de Antônio Rodrigues Fernandes Braga, em 11 de fevereiro de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452, p. 85-95.

²¹⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 65.

Dentre elas, o ressarcimento das dívidas contraídas pelos farroupilhas e a incorporação dos ex-rebeldes ao exército imperial nos mesmos postos ocupados na extinta *República Rio-Grandense*. Essas compensações foram avaliadas na medida em que se poderia precisar futuramente dos ex-líderes farroupilhas para combater em guerras travadas pelo Império ou no auxílio da segurança das fronteiras meridionais do Brasil. Ou seja, conforme analisou o historiador Cesar Guazzelli, “tendo em vista a possibilidade iminente de conflitos no Prata, o Brasil não podia abrir mão daqueles elementos que eram capazes de mobilizar tropas na região” (1997). Manter os anistiados da guerra civil como aliados do governo imperial, conforme ajuizava Caxias, evitaria uma possível adesão dos ex-rebeldes aos grupos sublevados dos líderes platinos. As concessões efetuadas pelo Império, entretanto, não significaram perdas políticas e econômicas para o governo central. Pelo contrário, a solução da guerra civil representou uma importante conquista para o fortalecimento do Império do Brasil.

As instituições liberais do país deveriam funcionar normalmente, mas corria-se o risco de não subsistirem naturalmente quando sublevações provinciais proliferavam-se pelo território. Ainda mais quando outros países ameaçavam a integridade política e espacial do Brasil, como foi o caso particular da guerra civil farroupilha, onde forças não locais correlacionaram-se no enfrentamento ao Império, socorrendo por diversas vezes os rebeldes. E as revoltas em todo o Brasil exigiram esforço dos opositores imperiais, representados em todas as províncias e também na do Rio Grande do Sul. Os conflitos locais eram vistos como desagregadores de um sistema nacional proposto pelo governo central. Havia um perigo de desunião, “decorrentes do enfraquecimento das províncias, especialmente as do Sul do Império, frente a ameaças que poderiam advir das repúblicas limítrofes” (KLAFKE, 2011, p. 106). Era necessário que um arranjo firmado entre províncias e Império possibilitasse a convivência entre estas instâncias. Em 1845, ela alcançou na contenção da guerra civil farroupilha, e continuou persistindo até 1852, quando os ex-inimigos do governo imperial tornaram-se aliados deste no combate à Confederação Argentina. Praticamente todos os ex-farroupilhas que mantiveram-se na carreira militar até o referido ano lutaram ao lado do Império do Brasil contra o ex-aliado em tempos de guerra civil, Juan Manuel de Rosas. Dentre eles, David Canabarro, Antônio de Souza Netto, José Mariano de Matos, Bento Manuel Ribeiro e outros.

A hegemonia do Império do Brasil na região do Prata foi estabelecendo-se quando foi garantida a não-interferência dessas forças, pelo menos não abertamente, na

Província do Rio Grande do Sul, com o acordo de 28 de fevereiro de 1845. A Confederação Argentina, através de resistências internas, principalmente da província de Entre Ríos, teve a supremacia de Rosas ameaçada antes mesmo da sua derrota em 03 de fevereiro de 1852. O privilégio político e econômico da província de Buenos Aires sobre as demais províncias argentinas e o constante adiamento da organização constitucional do país foram as principais causas internas que ocasionaram a formação de uma aliança entre Império do Brasil, Montevideu e Entre Ríos em maio de 1851. O objetivo do acordo, bem verdade, consistia em garantir a independência do Uruguai por meio da expulsão de Oribe daquele território. Contudo, a própria determinação da aliança voltar-se contra Buenos Aires caso seu governo se tornasse um empecilho no cumprimento de seu objetivo revela que já havia intenções iniciais de fazer frente a Rosas, derrotando-o militarmente.

A rebelião farroupilha deflagrada durante o período regencial, e contida após a Maioridade de D. Pedro II, situou-se em um quadro de incertezas no processo de organização do poder central sob a hegemonia de grupos políticos aliançados. A unidade política e administrativa do Império do Brasil foi garantida a partir da resolução deste conflito e de outros, asseverando dessa forma, a construção de um Estado centralizado. A solução da guerra civil farroupilha, entretanto, obteve um diferenciamento especial. A distinção se refere à necessidade de estar inserida em um panorama internacional, o qual ameaçava profundamente o Brasil, sob o risco de enfraquecê-lo e isolá-lo, com a possibilidade de expansão da Confederação Argentina. A única saída seria o fortalecimento do governo imperial, mais viável após a contenção da guerra civil farroupilha em 1845, através da derrota de Rosas e de seus aliados, obtida na Batalha de Monte Caseros.

Nessa perspectiva, o movimento farroupilha, apesar de estar inserido nas revoltas liberais no início do Império, também possuía a herança de questões coloniais devido a dimensão platina de seus artífices. Do contrário, perderia-se a complexidade histórica revelada através da análise entre estes três vértices: Império do Brasil, Farroupilhas e o Prata. Foi nesse panorama que o processo político deflagrado em 1835 somente poderia ser concluído em 1852, com a aliança e hegemonia brasileira além-fronteira.

FONTES

Ata da instalação da assembléia geral constituinte da República Rio-Grandense, em 1º de dezembro de 1842. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 456.

Carta de Antônio Vicente da Fontoura à sua esposa Clarinda, em 09 de fevereiro de 1844. FONTOURA, Antônio Vicente da. Diário: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Porto Alegre: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984. p. 42.

Carta de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Rio Grande, 29 de novembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 22, pt. 1.

Carta de Domingos José de Almeida a Bento Gonçalves da Silva, em 23 de março de 1839. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 481.

Circular de 01/10/1845. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral. ISSN: 1678-586X. p. 119-120.

Circular de 07/06/1844. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral ISSN: 1678-586X. p. 115-116. Jerônimo Francisco Coelho foi nomeado pelo Imperador no dia 07 de junho de 1844 ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

Circular de 11/02/1852. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral. ISSN: 1678-586X. p. 133-134.

Circular de 22/03/1845. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral ISSN: 1678-586X. p. 116-117.

Circular de 24/11/1845. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004. Semestral. ISSN: 1678-586X. p. 121-124.

Circular de 28/07/1845. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral. ISSN: 1678-586X. p. 118-119.

CV – 7777 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 15 de fevereiro de 1836.

CV – 7778 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 8 de abril de 1836.

CV – 7779 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em abril de 1836.

CV – 7780 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 5 de maio de 1836.

CV – 7781 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 15 de março de 1838.

CV – 7219 - Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Francisco José de Souza Soares de Andrea, em 20 de agosto de 1840.

CV – 7396 - Ofício de Bernardo Pirez a Domingos José de Almeida, em 21 de março de 1841.

CV – 7711 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a José de Araújo Ribeiro, em 17 de fevereiro de 1837.

CV – 7713 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a João Antônio da Silveira Filho, em 24 de março de 1837.

CV – 7726 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a João Antônio da Silveira, em 21 de março de 1838.

CV – 7744 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Joaquim dos Santos Prado Lima, em 12 de fevereiro de 1839.

CV – 7746 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Domingos José de Almeida, em 17 de julho de 1839.

CV – 7749 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Domingos José de Almeida, em 19 de setembro de 1839.

CV – 7759 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Domingos José de Almeida, em 1º de abril de 1840.

CV – 7766 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Domingos José de Almeida, em 10 de agosto de 1840.

CV – 7768 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Antônio Vicente da Fontoura, em 10 de setembro de 1840.

CV – 7769 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Domingos José de Almeida, em 1º de outubro de 1840.

CV – 7769 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Domingos José de Almeida, em 1º de outubro de 1840.

CV – 7775 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 26 de janeiro de 1836.

CV – 7776 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 14 de fevereiro de 1836.

CV – 7776 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, em 14 de fevereiro de 1836.

CV – 7782 - Proclamação de Bento Manuel Ribeiro, data inexistente.

CV – 7812 - Ofício de José de Araújo Ribeiro para José Luiz Vicente da Costa, em 19 de dezembro de 1835.

CV – 7813 - Ofício de José de Araújo Ribeiro para José Vasco Madruga, em 5 de janeiro de 1836.

CV – 7819 - Ofício de José de Araújo Ribeiro a Bento Manuel Ribeiro, em 15 de janeiro de 1836.

CV – 7820 - Lei promulgada por Diogo Antonio Feijó, em 13 de outubro de 1836.

CV – 7828 - Proclamação de Marciano Pereira Ribeiro, em 4 de janeiro de 1836.

CV – 7841 - Ofício de Sebastião Ribeiro a João Antônio da Silveira, em 16 de fevereiro de 1837.

CV – 7843 - Ofício de Sebastião Ribeiro a Domingos José de Almeida, em 8 de maio de 1840.

CV – 7875 - Ofício de Frutuoso Rivera a João Antônio da Silveira, em 8 de maio de 1837.

CV – 7876 - Ofício de Frutuoso Rivera a Bento Gonçalves da Silva, em 2 de março de 1838.

CV – 7878 - Ofício de Frutuoso Rivera a Domingos José da Silveira, em 18 de setembro de 1837.

CV – 7882 - Ofício de Frutuoso Rivera a Domingos José de Almeida, em 9 de dezembro de 1841.

CV – 7883 - Ofício de Frutuoso Rivera a Procópio Gomes de Melo, em 31 de janeiro de 1842.

CV – 8033 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 5 de janeiro de 1838.

CV – 8035 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 5 de fevereiro de 1838.

CV – 8042 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 1º de outubro de 1839.

CV – 8043 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 10 de outubro de 1839.

CV – 8043 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 10 de outubro de 1839.

CV – 8046 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 22 de janeiro de 1840.

Declaração de Saturnino de Souza Oliveira, em 4 de março de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 224.

Decreto da República Rio-Grandense, em 12 de novembro de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 192.

Decreto da República Rio-Grandense, em 18 de Dezembro de 1838. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 404-405.

Decreto da República Rio-Grandense, instituindo a “Carta de Corso”, em 1º de setembro de 1838. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 497.

Decreto de Bento Gonçalves da Silva, em 10 de fevereiro de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 457-458.

Decreto de Bento Gonçalves da Silva, em 15 de abril de 1839. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 402-404.

Decreto de Bento Gonçalves da Silva, em 16 de maio de 1839. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 512-513.

Decreto de Bento Gonçalves da Silva, em 24 de janeiro de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 401.

Decreto de Bento Gonçalves da Silva, em 24 de janeiro de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 463-464.

Instrução de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Rodrigo de Souza da Silva Pontes, encarregado de negócios em Montevidéu, em 17 de junho de 1845. *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X. p. 159-160.*

Instrução de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a José Antônio Pimenta Bueno, encarregado de Negócios no Paraguai, em 15 de setembro de 1845. *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X. p. 177-179.*

Instrução de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a José Antônio Pimenta Bueno, encarregado de Negócios no Paraguai, em 14 de novembro de 1845. *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X. p. 187.*

Instrução de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a José Marques Lisboa, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Londres, em 20 de fevereiro de 1846. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm. Semestral. ISSN: 1678-586X. p. 224-227.

Instrução de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Wenceslau Antônio Ribeiro, encarregado de Negócios no Chile, em 6 de agosto de 1845. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X. p. 168.

Instrução de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, ministro dos Negócios Estrangeiros, a José de Araújo Ribeiro, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na França, em 12 de janeiro de 1843. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano VIII, Número 15. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2009. 364 p. ; 17 x 25 cm Semestral ISSN: 1678-586X. p. 251-252.

Instrução de Ernesto Ferreira França, ministro dos Negócios Estrangeiros, ao visconde de Abrantes, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Prússia, em 23 de agosto de 1844. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral ISSN: 1678-586X. p. 119.

Instrução de Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro dos Negócios Estrangeiros, a João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, ministro residente em Montevidéu, em 6 de junho de 1843. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X. p. 44-58.

Instrução de Paulino José Soares de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Wenceslau Antônio Ribeiro, encarregado de negócios no Chile, em 27 de dezembro de 1843. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X. p. 93-95.

Instruções de Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro dos Negócios Estrangeiros, a João Francisco Régis, encarregado de Negócios em Montevidéu, em 27 de fevereiro de 1843. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X. p. 26.

Ofício circular de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho em 3 de setembro de 1842. *Caderno do CHDD*, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral ISSN: 1678-586X. p. 113-114.

Ofício da Câmara Municipal de Rio Grande a Antônio Eliziário de Miranda Brito, em 3 de julho de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 159.

Ofício da Câmara Municipal de São José do Norte ao Imperador, em 2 de abril de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 144-145.

Ofício de Américo Cabral de Melo a Francisco de Paula Macedo Rangel, em 2 de abril de 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 202-204.

Ofício de Américo Cabral de Melo ao ministro e secretário de estado dos negócios da guerra, em 29 de fevereiro de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 137.

Ofício de Antônio Alvares Pereira Coruja a José Luiz Vicente da Costa, em 17 de fevereiro de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 126.

Ofício de Antônio de Souza Netto a Jozé Gomes de Vasconcelos Jardim, em 8 de abril de 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 206-207.

Ofício de Antônio Eliziário de Miranda Brito a Antônio Paulino Limpo de Abreu, em 5 de julho de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p.163-164.

Ofício de Antônio Eliziário de Miranda Brito a Antônio Paulino Limpo de Abreu, em 5 de julho de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p.160-161.

Ofício de Antônio Eliziário de Miranda Brito ao governo imperial, em 11 de junho de 1838. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 174-175.

Ofício de Antônio Eliziário de Miranda Brito ao Ministério da Guerra, em 31 de janeiro de 1838. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. p. 173.

Ofício de Antônio Eliziário de Miranda Brito ao Ministério da Guerra, em 6 de abril de 1838. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 174-175.

Ofício de Antônio Paulo da Fontoura a Serafim dos Anjos França, em 7 de janeiro de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 428.

Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Francisco José de Souza Soares de Andrea, em 20 de agosto de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 269-270.

Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Frutuoso Rivera, em 10 de julho de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 239-240.

Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Frutuoso Rivera, em 13 de janeiro de 1842. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil do Rio Grande do Sul*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 365-366.

Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Frutuoso Rivera, em 26 de dezembro de 1841. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil do Rio Grande do Sul*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 359-360.

Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Gaspar Francisco Mena Barreto, em 3 de março de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 222-223.

Ofício de Bento Manuel Ribeiro a Saturnino de Souza Oliveira, em 18 de julho de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 257-258.

Ofício de Domingos José Gonçalves de Magalhães a Antero José de Brito, em 3 de novembro de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 144-145.

Ofício de Domingos José Gonçalves de Magalhães a Antero José Ferreira de Brito, em 29 de julho de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 125-126.

Ofício de Domingos José Gonçalves de Magalhães a Antero José Ferreira de Brito, em 15 de agosto de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 127.

Ofício de Domingos José Gonçalves de Magalhães ao marechal Antero José Ferreira de Brito. Porto Alegre, 13 de julho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 116, pt. 3.

Ofício de Domingos José Gonçalves de Magalhães ao marechal Antero José Ferreira de Brito. Porto Alegre, 14 de março de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 68, pt. 2.

Ofício de Domingos José Gonçalves de Magalhães ao marechal Antonio Ferreira de Brito. Porto Alegre, 22 de fevereiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 61, pt. 2.

Ofício de Francisco Alvares de Machado a Bento Gonçalves da Silva, em 8 de dezembro de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. p. 339.

Ofício de Francisco Alvares Machado a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, em 9 de dezembro de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. P. 341.

Ofício de Francisco José Soares de Andréa a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, em 3 de outubro de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. p. 291.

Ofício de Francisco José Soares de Andréa a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, em 12 de outubro de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 294-295.

Ofício de João Dias de Castro a Manoel Jozé de Freitas Travassos, em 15 de outubro de 1838. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 190-191.

Ofício de João Pascoe Greenfel a Domingos Crescêncio de Carvalho, em 15 de agosto de 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 221-222.

Ofício de João Paulo dos Santos Barreto a Francisco Paula Cavalcanti de Albuquerque, em 22 de maio de 1841. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 348-349.

Ofício de José Gomes de Vasconcelos Jardim a Frutuoso Rivera, 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 500-502.

Ofício de Luiz Manoel de Jesus ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande, 13 de julho de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 217, pt. 5.

Ofício de Luiz Manoel de Jesus ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande, 2 de dezembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 273, pt. 6. Em 2 de dezembro de 1844, Luiz Manoel de Jesus oficiava com grande satisfação ao ministro Jerônimo Francisco Coelho sobre a vitória imperial ocorrida na região de Porongos. Na ocasião, Luiz Manoel também mencionou a reclusão de 20 prisioneiros na embarcação *Presiganga*.

Ofício de Luiz Manoel de Jesus ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande do Sul, 14 de abril de 1845. In: APBC-NDH-UPF, nº 297, pt. 6.

Ofício de Manuel Oribe ao barão de Caxias, em 10 de maio de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil do Rio Grande do Sul*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1884. Vol. 472. p. 121.

Ofício de Saturnino de Souza e Oliveira ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 5 de novembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 184, pt. 1.

Ofício de Saturnino de Souza Oliveira a Pedro Labatut, em 27 de maio de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 238-239.

Ofício de Silva Bittencourt ao ministro da Guerra, em 28 de junho de 1842. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 382.

Ofício do barão de Caxias a Bento Manuel Ribeiro, em 15 de março de 1844. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 196.

Ofício do barão de Caxias a Bento Manuel Ribeiro, em 15 de março de 1844. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 198.

Ofício do barão de Caxias a Bento Manuel Ribeiro, em 16 de março de 1844. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 201.

Ofício do barão de Caxias a Bento Manuel Ribeiro, em 30 de março de 1844. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 205.

Ofício do barão de Caxias a Frutuoso Rivera, em 30 de março de 1844. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 204-205.

Ofício do barão de Caxias a Honório Hermeto Carneiro Leão, em 7 de abril de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 82.

Ofício do barão de Caxias a José Clemente Pereira, em 12 de novembro de 1842. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 49-50.

Ofício do barão de Caxias a Salvador José Maciel, em 17 de agosto de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 130.

Ofício do barão de Caxias a Salvador José Maciel, em 17 de maio de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 90-93.

Ofício do barão de Caxias a Salvador José Maciel, em 17 de maio de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 90-93.

Ofício do barão de Caxias a Salvador José Maciel, em 20 de abril de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472. p. 83.

Ofício do barão de Caxias ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Candido José de Araújo Vianna, comunicando sua posse na província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 9 de novembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 1, pt. 1.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Vila de Caçapava, 11 de setembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 231, pt. 5.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande, 04 de maio de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 192, pt. 4.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande do Sul, 10 de novembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 260, pt. 6.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Arroio do Tigre, 09 de dezembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 276, pt. 6.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande do Sul, 19 de novembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 266, pt. 6.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre, 28 de abril de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 182, pt. 4.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Rio Grande do Sul, 19 de novembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 266, pt. 6.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Pamaroti, 7 de junho de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 198, pt. 4.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Pontas de Taquarimbó, 2 de outubro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 240, pt. 5

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Pamaroti, 7 de junho de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 198, pt. 4.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Vila de Caçapava, 11 de setembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 231, pt. 5

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Vila de Caçapava, 11 de setembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 231, pt. 5.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Vila de Caçapava, 11 de setembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 231, pt. 5

Ofício do barão de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Arroio do Tigre, 9 de dezembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 278, pt. 6.

Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Passo de São Lourenço, 17 de fevereiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 59, pt. 2.

Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 25 de janeiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 49, pt. 1.

Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 13 de dezembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 29, pt. 1.

Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 36, pt. 1.

Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 5 de janeiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 54, pt. 1.

Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Vila do Rio Pardo, 5 de fevereiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 53, pt. 2.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Camacuan, 18 de julho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 118, pt. 3.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Capela Nova de Santa Ana do Uruguai, 7 de março de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 173, pt. 4.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Estância Boa Vista, nas Pontas de Jaguari, 16 de julho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 117, pt. 3.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Estância Barreto, 23 de junho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 103, pt. 3.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Passo de São Lourenço, 22 de fevereiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 62, pt. 2.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Passo de D. Zeferina no rio Jaguari, 7 de fevereiro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 168, pt. 4.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. São Gabriel, 2 de novembro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 137, pt. 3.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. São Gabriel, 20 de abril de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 78, pt. 2.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. São Gabriel, 20 de abril de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 79, pt. 2.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. São Gabriel, 20 de abril de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 80, pt. 2.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Taquarimbó grande, 20 de junho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 101, pt. 3.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Vila de Santa Maria, 4 de dezembro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 148, pt. 3.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Vila de Santa Maria, 4 de dezembro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 148, pt. 3.

Ofício do conde de Caxias ao ministro Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Porto Alegre, 08 de julho de 1845. In: APBC-NDH-UPF, nº 332, pt. 7.

Ofício do conde de caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre, 17 de maio de 1845. In: APBC-NDH-UPF, nº 314, pt. 7.

Ofício do conde de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre, 5 de junho de 1845. In: APBC-NDH-UPF, nº 318, pt. 7.

Ofício do conde de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre, 2 de maio de 1845. In: APBC-NDH-UPF, nº 309, pt. 7.

Ofício do conde de Caxias ao ministro Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre, 17 de maio de 1845. In: APBC-NDH-UPF, nº 314, pt. 7.

Ofício do conde de Caxias ao ministro Manoel Alves Branco. Porto Alegre, 24 de novembro de 1845. In: APBC-NDH-UPF, nº 356, pt. 7.

Ofício do conde de Caxias ao ministro Manoel Alves Branco. Rio Grande, 13 de novembro de 1845. In: APBC-NDH-UPF, nº 353, pt. 7.

Ofício do general Frutuoso Rivera ao barão de Caxias. Sem localidade informada, 30 de setembro de 1844. In: APBC-NDH-UPF, nº 238, pt. 5.

Ordem do dia de João Carlos Pardal, em 29 de julho de 1839. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 206-207.

Proclamação de Antônio Eliziário de Miranda Brito, em 3 de novembro de 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 165-166.

Proclamação de Francisco José de Souza Soares de Andrea, em 15 de agosto de 1840. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462. p. 267-268.

Proclamação de Silva Tavares, em 5 de abril de 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 204.

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da sétima legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Antônio Paulino Limpo de Abreu, em 1º de maio de 1848. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

Relatório Nº 22 da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado barão de Cayrú, em 29 de agosto de 1846. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

Relatório Nº 23 da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado barão de Cayrú, em 7 de outubro de 1846. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

Relatório Nº 25 da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado barão de Cayrú, em 2 de dezembro de 1846. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

Relatório Nº 39 da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado barão de Cayrú, em 12 de abril de 1847. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

Relatório Nº 46 da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado barão de Cayrú, em 5 de março de 1847. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

Representação da Assembleia Legislativa Provincial contra os atos de Antônio Rodrigues Fernandes Braga, em 11 de fevereiro de 1836. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 85-95.

Sessão da assembleia constituinte da República Rio-Grandense, em 13 de janeiro de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882. Vol. 452. p. 452-453.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Vultos da Pátria*. Volume I. Porto Alegre: Globo, 1961.
- ALMEIDA, Washington Perry de. A Armada Imperial no Segundo Reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1977. Vol. 314.
- ALVES, J. V. Portella Ferreira. *Mallet. O Patrono da Artilharia*. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1979.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Cia União de Seguros Gerais. Porto Alegre, 1882.
- ÁVILA, Celso Jaloto. A fuga de Bento Gonçalves, do Forte do Mar, auxiliado pela Maçonaria e republicanos baianos. Atas, propostas e resoluções da Primeira Legislatura da Assembléia Provincial (1835/1836) / Bento Gonçalves da Silva; org. por Liana B. Martins, Márcia E. Miranda e Viviane O. da Silva. *Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS*, 2005. p. 366.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: Editora UnB/Ensaio, 1995.
- BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del uruguay pastoril y caudilhesco (1838-1875)*. Ediciones de la Banda Oriental. Montevideo, 1974.
- BENTO, Claudio Moreira. *O exército e a Revolução Farroupilha - uma releitura*. Ver: http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/cmb20050930.htm. Acesso em junho de 2012.
- BENTO, Cláudio Moreira. *O exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992, 2v.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRANCATO, Sandra. As relações do Brasil com as nações do sul do continente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1993. Vol. 379.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império. Volume III: Da Regência à Queda de Rosas*. Brasília: Câmara do Deputados/Companhia Editora Nacional, 1989.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *O exército e a pesquisa aeroespacial-150 anos de aventura*. DaCultura, Jan-Nun. 2002. Disponível em: http://www.funceb.org.br/images/revista/10_2n8r.pdf. Acesso em novembro de 2010.
- CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1981.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

- CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- DORATIOTO, Francisco. *O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889)*. Disponível em: <http://revistas.cliomatica.com/index.php/textosh/article/viewFile/58/56>. Acesso em fevereiro de 2011.
- DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- Entrevista Fernando Henrique Cardoso. *Zero Hora*, Porto Alegre, 01 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a3870943.xml&template=3898.dwt&edition=20320§ion=1029>. Acesso em setembro de 2012.
- Entrevista Moacyr Flores, historiador. *Zero Hora*, Porto Alegre, 26 de maio de 2012.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. *A Revolução Farroupilha*. In: POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. Da UFPEL.
- FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Educ, Este, Martins, 1984.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- FERTIG, André. *A Guarda Nacional Rio-Grandense: defesa do estado imperial e da Nação*. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Volume 2. Império. Coordenação Geral Nelson Boeira, Tau Golin; Diretores dos volumes Helga Iracema Piccolo, Maria Medianeira Padoin. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da revolução farroupilha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.
- FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha*. Traição em Porongos e farsa em Ponche Verde. Porto Alegre: Est, 2004.
- FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889): crônica histórica*. Porto Alegre: CORAG, 2004.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira iluminada*. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre: Sulina, 2010.
- GOLIN, Janaína da Rocha. *Divergências e traições entre as lideranças farroupilhas: a partir da documentação do Barão de Caxias no período de 1842 a 1845*. Monografia (Especialização). Departamento de História, Universidade Federal de Santa Maria - RS, 2007. Disponível em: <http://bibweb.si.ufsm.br/>.
- GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

- GOLIN, Tau. *A tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tchê, 1989.
- GOLIN, Tau. *Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.
- GOLIN, Tau. *Instrumentalização política de Facundo pelo Brasil na guerra contra Rosas*. III Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales Santiago – Chile – 2005.
- GOUVEIA, Maurílio de. *Marquês do Paraná, um varão do Império*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. (Tese de Doutorado).
- <http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br/visualizar.php?id=732048>. Acesso em março de 2012.
- KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem*. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. (Tese de doutorado).
- KRIPPENDORFF, Ekkehart. *História das relações internacionais*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.
- LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- LUNA, Félix. *Historia integral de la Argentina*. La Santa Federación. Buenos Aires: Planeta Argentina, 2000, Volume 9.
- LUNA, Félix. *Historia integral de la Argentina*. La nueva estrella federal. Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 2000, Volume 8.
- MENDES, Jeferson dos Santos. *O barão de Caxias na guerra contra os farrapos*. 2011. 120 f. *Dissertação* (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.
- MENDES, Jeferson. *As relações diplomáticas entre o Barão de Caxias, os farroupilhas e os governos platinos e provincianos durante a Revolução Farroupilha*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/.../253> . Acesso em junho de 2010.
- PESAVENTO, Sandra. *A Revolução Farroupilha*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.). *História geral do Rio Grande do Sul. Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.2.
- PICCOLO, Helga. *Palestra. História; ensino e pesquisa*. V. 1-, n. 1-, 1985- Porto Alegre, Sulina.
- PICCOLO, Helga. “Nós e os “outros””: conflitos e interesses num espaço fronteiriço (1828-1852). In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Anais da XVII Reunião, São Paulo, 1997.

- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. O Duque de Caxias. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1983. Vol. 338.
- RAMIREZ, Rodolfo J.; Carlos J Höchstetter. *Uniformes militares*. República Argentina. Buenos Aires: Sesquicentenarios de la Independencia, 1966.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *História Regional: dimensões teórico-conceituais*. *Revista História Debates e Tendências*. Disponível em: http://www.ppgh.upf.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=5
- REIS, Arthur César Ferreira. Relações internacionais da América Latina nos séculos XIX e XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1988. Vol. 361.
- REZZUTTI, Paulo. Mulher de fibra. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 82. Julho de 2012. P. 48-51.
- RIBEIRO, José Iran. “Tudo isto é indiada coronilha (...) não é como essa cuscada lá da corte”: o serviço militar na cavalaria e a afirmação da identidade rio-grandense durante a guerra dos farrapos. In: POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Su*. Pelotas: Ed. Da UFPEL, 2010.
- SANMARTIN, Olyntho. *Imagens da História*. Porto Alegre, A Nação, 1951.
- SILVA, Juremir Machado da. *História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- SOUSA DOCCA, E.F. de. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Simões, 1954.
- SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguido das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. São Paulo: Nacional; [Brasília]: INL, 1980.
- SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. III Volume. Porto Alegre: Sulina Editora, 1973.
- TAVARES, A. De Lyra; ALMEIDA, Washington Perry de. O Segundo Reinado e a Unidade Nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1977. Vol. 314.
- VARELA, Alfredo. *História da grande revolução*. S/r, 6v.
- WIEDERSPAHN, Henrique O. *O convênio de Ponche Verde*. Porto Alegre: Est, Sulina, UCS, 1980.

ANEXO

| REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO IMPÉRIO DO BRASIL NO PRATA DA GUERRA CIVIL NO RIO GRANDE DO SUL (1835-1845) À QUEDA DE JUAN M. ROSAS | | | | | |
|--|---|---|--|--------------------------------|--|
| Ano | Ministros do Brasil | Representantes do Império | País | Local | Representação recíproca no Rio de Janeiro e RS |
| 1834 - 1835 | <i>Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho</i> , visconde de Sepetiba | | | | |
| 1835 - 1836 | <i>Manoel Alves Branco</i> , visconde de Caravelas. <i>José Ignacio Borges</i> . <i>Antonio Paulino Limpo de Abreu</i> , visconde de Abaeté | <i>Gaspar José Lisboa</i> , encarregado de Negócios interino e cônsul geral. <i>Manoel de Almeida e Vasconcellos</i> , encarregado de Negócios interino e cônsul geral. | Províncias Unidas do Rio da Prata Uruguai | Buenos Aires Montevidéu | <i>Guilherme Platt</i> , cônsul geral. <i>Antonio José d'Oliveira Campos</i> , cônsul geral. |
| 1836 - 1837 | <i>Gustavo Adolpho de Aguilar Pantoja</i> . <i>Antônio Paulino Limpo de Abreu</i> , visconde de Abaeté. <i>Francisco Gê Acayaba de Montezuma</i> , visconde de Jequitinhonha. | <i>Gaspar José Lisboa</i> , encarregado de Negócios interino e cônsul geral. <i>Manoel de Almeida e Vasconcellos</i> , encarregado de Negócios interino e cônsul geral. | Províncias Unidas do Rio da Prata Uruguai | Buenos Aires Montevidéu | <i>Guilherme Platt</i> , cônsul geral. <i>Antonio José d'Oliveira Campos</i> , cônsul geral. |
| 1837 - 1839 | <i>Antonio Peregrino Maciel Monteiro</i> , barão de Itamaracá. | <i>Gaspar José Lisboa</i> , encarregado de Negócios interino e cônsul geral. <i>Pedro Rodrigues Fernandes Chaves</i> , encarregado de Negócios. <i>Manoel Vieira Braga</i> , cônsul geral. | Províncias Unidas do Rio da Prata Uruguai | Buenos Aires Montevidéu | <i>Guilherme Platt</i> , cônsul geral. <i>José M. de Medina</i> , cônsul geral. |
| 1839 | <i>Cândido Baptista de Oliveira</i> . | <i>Pedro Rodrigues Fernandes Chaves</i> , encarregado de Negócios. <i>José Maria do Amaral</i> , adido, servindo de Secretário. <i>Luiz Henrique Ferreira de Aguiar e João André Cogoy</i> , adidos de segunda classe. <i>Dionísio de Azevedo Peçanha</i> , cônsul geral. <i>Gaspar José Lisboa</i> , | República Argentina Uruguai | Buenos Aires Montevidéu | <i>Manoel de Sarratea</i> , ministro plenipotenciário. <i>Guilherme Platt</i> , cônsul geral. <i>Antonio José de</i> |

| REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO IMPÉRIO DO BRASIL NO PRATA DA GUERRA CIVIL NO RIO GRANDE DO SUL (1835-1845) À QUEDA DE JUAN M. ROSAS | | | | | |
|--|---|--|---------------------|--------------|--|
| Ano | Ministros do Brasil | Representantes do Império | País | Local | Representação recíproca no Rio de Janeiro e RS |
| | | encarregado de Negócios. <i>Manoel Vieira Braga</i> , cônsul geral. | | | <i>Oliveira Campos</i> , cônsul geral. <i>Manoel Moreira de Castro</i> , vice- cônsul. |
| 1839 - 1840 | <i>Caetano Maria Lopes Gama</i> , visconde de Maranguape | <i>Luiz de Sousa Dias</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>Antonio José Lisboa</i> , secretário de legação. <i>João d'Almeida Brandão</i> , cônsul geral. | República Argentina | Buenos Aires | <i>Manoel de Sarratea</i> , ministro plenipotenciário. <i>Guilherme Platt</i> , cônsul geral. |
| | | <i>Manoel de Almeida e Vasconcellos</i> , encarregado de Negócios. <i>Manoel Vieira Braga</i> , cônsul geral. | Uruguai | Montevideu | <i>Antonio José de Oliveira Campos</i> , cônsul geral. <i>Manoel Moreira de Castro</i> , vice- cônsul. |
| 1840 - 1843 | <i>Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho</i> , visconde de Sepetiba. De 24 de julho de 1840 a 23 de janeiro de 1843. | <i>Manoel de Almeida Vasconcellos</i> , encarregado de Negócios. <i>Manoel Vieira Braga</i> , cônsul geral. | Uruguai | Montevideu | <i>Francisco de Borja Magarinos de Cerrato</i> , enviado extraordinário. <i>Antonio José de Oliveira Campos</i> , cônsul geral. <i>Manoel Moreira de Castro</i> , vice- cônsul. |
| | | <i>Manoel Cerqueira Lima</i> , encarregado de Negócios. <i>João Carlos Rego Monteiro</i> , adido de 1ª classe. | Paraguai | Assunção | |
| | | Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário (nomeado). <i>Antonio José Lisboa</i> , secretário da Legação. <i>João de Almeida Brandão</i> , cônsul geral. | República Argentina | Buenos Aires | <i>Manoel de Sarratea</i> , ministro plenipotenciário (ausente). <i>Guilherme Platt</i> , cônsul geral. |
| 1843 | <i>Honório Hermeto Carneiro Leão</i> , marquês de Paraná. De 23 de janeiro a 8 de junho de 1843. | <i>Duarte da Ponte Ribeiro</i> , ministro residente. <i>Duarte Pereira Ribeiro</i> , adido de 1ª classe, servindo de secretário. <i>Clemente José de Moura</i> , cônsul geral. | Argentina | Buenos Aires | <i>Thomaz Guido</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>Thomaz Guido Junior</i> , secretário. <i>Daniel Guido</i> , adido. <i>Guilherme Platt</i> , cônsul geral. |
| | | <i>João Francisco Regis</i> , encarregado de | Uruguai | Montevideu | <i>Francisco de Borja Magarinos de</i> |

| REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO IMPÉRIO DO BRASIL NO PRATA DA GUERRA CIVIL NO RIO GRANDE DO SUL (1835-1845) À QUEDA DE JUAN M. ROSAS | | | | | |
|--|---|--|-----------|--------------|---|
| Ano | Ministros do Brasil | Representantes do Império | País | Local | Representação recíproca no Rio de Janeiro e RS |
| | | Negócios. <i>Manoel Vieira Braga</i> , cônsul geral. | | | <i>Cerrato</i> , ministro plenipotenciário. <i>M. Magarinos</i> , adido. <i>Manoel Moreira de Castro</i> , vice-cônsul. |
| | | <i>Augusto Leverger</i> , cônsul geral. | Paraguai | Assunção | |
| | | <i>Duarte da Ponte Ribeiro</i> , ministro residente. <i>Duarte Pereira Ribeiro</i> , adido de 1ª classe, servindo de secretário. <i>Clemente José de Moura</i> , cônsul geral. | Argentina | Buenos Aires | <i>Thomaz Guido</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>Thomaz Guido Junior</i> , secretário. <i>Daniel Guido</i> , adido. <i>Guilherme Platt</i> , cônsul geral. |
| | | <i>João Francisco Regis</i> , encarregado de Negócios. <i>Manoel Vieira Braga</i> , cônsul geral. | Uruguai | Montevidéu | <i>Francisco de Borja Magarinos de Cerrato</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>D. M. Magarinos</i> , secretário. <i>Manoel Moreira de Castro</i> , vice-cônsul interino. |
| | | <i>Augusto Leverger</i> , cônsul geral. | Paraguai | Assunção | |
| 1843 - 1844 | <i>Paulino José Soares de Sousa</i> , visconde de Uruguai. De 8 de junho de 1843 a 2 de fevereiro de 1844. | <i>Felippe José Pereira Leal</i> , encarregado de Negócios interino. <i>Manoel Vieira Braga</i> , cônsul geral. | Uruguai | Montevidéu | <i>Francisco de Borja Magarinos de Cerrato</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>M. Magarinos</i> , adido. <i>Manoel Moreira de Castro</i> , vice-cônsul geral. |
| 1844 | <i>Ernesto Ferreira</i> | <i>José Antonio Pimenta Bueno</i> . | Paraguai | Assunção | |

| REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO IMPÉRIO DO BRASIL NO PRATA DA GUERRA CIVIL NO RIO GRANDE DO SUL (1835-1845) À QUEDA DE JUAN M. ROSAS | | | | | |
|--|--|--|-----------|--------------|--|
| Ano | Ministros do Brasil | Representantes do Império | País | Local | Representação recíproca no Rio de Janeiro e RS |
| | <i>França.</i> De 2 de fevereiro de 1844 a 26 de maio de 1845. <i>Antonio Paulino Limpo de Abreu</i> , visconde de Abaeté. De 26 de maio de 1845 a 2 de maio de 1846. | Ministro residente (vago). Adido de 1ª classe (vago). <i>Clemente José de Moura</i> , cônsul geral. | Argentina | Buenos Aires | <i>Thomaz Guido</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>Daniel Guido</i> , adido. <i>José Thomaz Guido</i> , oficial de legação. <i>Guilherme Platt</i> , cônsul geral. |
| | | <i>José Antonio Pimenta Bueno</i> , encarregado de Negócios. <i>Caetano Manoel de Faria Albuquerque</i> , adido de 1ª classe. | Paraguai | Assunção | |
| | | <i>Felippe José Pereira Leal</i> , encarregado de negócios interino. <i>Manoel Vieira Braga</i> , cônsul geral. | Uruguai | Montevideú | <i>Francisco de Borja Magarinos de Cerrato</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>Mateo de Magarinos</i> , secretário. <i>Francisco de Magarinos</i> , adido. <i>Manoel Moreira de Castro</i> , cônsul geral. |
| | | <i>Rodrigo de Souza da Silva Pontes</i> , encarregado de Negócios interino. <i>Duarte Pereira Ribeiro</i> , adido de 1ª classe. <i>Manoel Vieira Braga</i> , cônsul geral. | Uruguai | Montevideú | |
| 1845 1846 | | | | | |
| 1846 | <i>Bento da Silva Lisboa</i> , barão de Cairu. De 2 de maio de 1846 a 22 de maio de 1847. | <i>José Antonio Pimenta Buenos</i> , encarregado de Negócios. <i>Caetano Maria de Faria Albuquerque</i> , adido de 1ª classe. | Paraguai | Assunção | |
| | | <i>Rodrigo de Souza da Silva Pontes</i> , encarregado de Negócios interino. <i>Duarte Pereira Ribeiro</i> , adido de 1ª classe. <i>Manoel Vieira Braga</i> , cônsul geral. | Uruguai | Montevideú | |
| | | <i>Clemente José de</i> | Argentina | Buenos | <i>Thomaz Guido</i> , |

| REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO IMPÉRIO DO BRASIL NO PRATA DA GUERRA CIVIL NO RIO GRANDE DO SUL (1835-1845) À QUEDA DE JUAN M. ROSAS | | | | | |
|--|--|---|-----------|--------------|---|
| Ano | Ministros do Brasil | Representantes do Império | País | Local | Representação recíproca no Rio de Janeiro e RS |
| | | <i>Moura</i> , cônsul geral. | | Aires | enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>José Thomaz Guido</i> , oficial de legação. |
| 1847 | | <i>José Antonio Pimenta Bueno</i> , encarregado de Negócios. <i>Caetano Maria de Faria Albuquerque</i> , adido de 1ª classe. | Paraguai | Assunção | <i>Juan Andrés Gelly</i> , encarregado de negócios. |
| | | <i>Rodrigo de Souza da Silva Pontes</i> , encarrego de Negócios. <i>Duarte Pereira Ribeiro</i> , adido de 1ª classe. | Uruguai | Montevidéu | |
| 1847 1848 | <i>Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho</i> . De 22 de maio de 1847 a 29 de janeiro de 1848 | | Argentina | | <i>Thomaz Guido</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>José Thomaz Guido</i> , oficial de legação. <i>Alexandre Reid</i> , cônsul geral interino. <i>Dionizio da Fonseca Reis</i> , vice-cônsul em Porto Alegre. <i>Manoel da silva Ríos</i> , vice-cônsul em Rio Grande. |
| | | <i>Manoel de Oliveira Braga</i> , cônsul geral. <i>Antonio José Gomes Chaves</i> , vice-cônsul. | Uruguai | Montevidéu | <i>Manoel Moreira de Castro</i> , cônsul geral. <i>Antonio José de Araujo Bastos</i> , vice-cônsul em Porto Alegre. |
| | | <i>João Manoel da Costa Pereira</i> , vice-cônsul. | | Maldonado | <i>Raymundo Rodrigues Vasques Junior</i> , vice-cônsul em Rio Grande. |
| | | <i>Francisco da Rocha Leão</i> , vice-cônsul. | | S. Servando. | |
| 1848 1849 | <i>José Antônio Pimenta Bueno</i> , marquês de São Vicente. De 29 de janeiro a 8 de | <i>Caetano Manoel de Faria e Albuquerque</i> , adido de 1ª classe. | Paraguai | Assunção | <i>João Andrés Gelly</i> , encarregado de negócios (ausente) |
| | | <i>Rodrigo de Souza da Silva Pontes</i> , | Uruguai | Montevidéu | <i>Andrés Lamas</i> , enviado |

| REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO IMPÉRIO DO BRASIL NO PRATA DA GUERRA CIVIL NO RIO GRANDE DO SUL (1835-1845) À QUEDA DE JUAN M. ROSAS | | | | | |
|--|---|---|-----------|------------|--|
| Ano | Ministros do Brasil | Representantes do Império | País | Local | Representação recíproca no Rio de Janeiro e RS |
| | março de 1848. <i>Antonio Paulino Limpo de Abreu</i> , visconde de Abaeté. De 8 de março a 31 de maio de 1848. <i>Bernardo de Sousa Franco</i> , visconde de Sousa Franco. De 31 de maio a 29 de setembro de 1848. <i>Pedro de Araújo Lima</i> , marquês de Olinda. De 29 de setembro de 1848 a 8 de outubro de 1849. | encarregado de Negócios. <i>Duarte Pereira Ribeiro</i> , adido de 1ª classe. | | | extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>Andrés Somellera</i> , secretário de legação. <i>Luiz Eduardo Otero</i> , adido. <i>Manoel Moreira de Castro</i> , cônsul geral. <i>Antônio José de Araújo Bastos</i> , vice-cônsul em Porto Alegre. <i>Raymundo Rodrigues Vasques Junior</i> , vice-cônsul em Rio Grande. |
| | | | Argentina | | <i>Thomas Guido</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>José T. Guido</i> , oficial de legação. |
| 1849 - 1850 | <i>Paulino José Soares de Sousa</i> , visconde de Uruguai. De 8 de outubro de 1849 a 6 de setembro de 1853. | | Argentina | | <i>Thomaz Guido</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>J. T. Guido</i> , oficial de legação. <i>Alexandre Reid</i> , cônsul geral. <i>Dionizio da Fonseca Reis</i> , vice-cônsul em Porto Alegre. <i>Gaspar José Martins de Araújo</i> , vice-cônsul em Rio Grande. |
| | | <i>Rodrigo de Souza da Silva Pontes</i> , encarregado de Negócios. | Uruguai | Montevideú | <i>Andrés Lamas</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>Andres Somellera</i> , secretário de legação. <i>Antonio José Araújo Bastos</i> , vice-cônsul em Porto Alegre. |

| REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO IMPÉRIO DO BRASIL NO PRATA DA GUERRA CIVIL NO RIO GRANDE DO SUL (1835-1845) À QUEDA DE JUAN M. ROSAS | | | | | |
|--|---------------------|--|-----------|--------------|---|
| Ano | Ministros do Brasil | Representantes do Império | País | Local | Representação recíproca no Rio de Janeiro e RS |
| | | | | | <i>Raymundo Rodrigues Vasques Junior</i> , vice-cônsul em Rio Grande. |
| | | <i>Pedro de Alcântara Bellegarde</i> , encarregado de Negócios. <i>Antonio Pedro de Carvalho Borges</i> , adido de 1ª classe. | Paraguai | Assunção | <i>Manoel Moreira de Castro</i> , cônsul geral interino. |
| 1851 | | <i>Pedro de Alcântara Bellegarde</i> , encarregado de Negócios. <i>Antonio Pedro de Carvalho Borges</i> , adido de 1ª classe. | Paraguai | Assunção | <i>Manoel Moreira de Castro</i> , cônsul geral. |
| | | <i>Rodrigo de Souza da Silva Pontes</i> , encarregado de Negócios. <i>Manoel Vieira Braga</i> , cônsul geral. <i>Joaquim Vieira Braga Junior</i> , vice-cônsul. <i>João Manoel da Costa Pereira</i> , vice-cônsul em Maldonado. <i>Francisco da Rocha Leão</i> , vice-cônsul em S. Servando. | Uruguai | Montevideú | <i>Andrés Lamas</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>Andrés Somellera</i> , secretário de legação. <i>Manoel Moreira de Castro</i> , cônsul geral. <i>Americo de Castro</i> , vice-cônsul. <i>Manoel José Teixeira Junior</i> , vice-cônsul em Porto Alegre. <i>Mathias Rodrigues Vasques</i> , vice-cônsul em Rio Grande. |
| | | | Argentina | | <i>Clemente José de Moura</i> , cônsul geral. <i>Alexandre Reid</i> , cônsul geral. <i>Guilherme de L. Tupper</i> , vice-cônsul. <i>Dionysio da Fonseca Reis</i> , vice-cônsul em Porto Alegre. <i>Gaspar José Martins de Araujo</i> , vice-cônsul em Rio Grande. |
| 1852 | | <i>Rodrigo de Souza da Silva Pontes</i> , enviado | Argentina | Buenos Aires | <i>Luiz José de la Peña</i> , enviado |

| REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO IMPÉRIO DO BRASIL NO PRATA DA GUERRA CIVIL NO RIO GRANDE DO SUL (1835-1845) À QUEDA DE JUAN M. ROSAS | | | | | |
|--|---------------------|--|----------|----------|--|
| Ano | Ministros do Brasil | Representantes do Império | País | Local | Representação recíproca no Rio de Janeiro e RS |
| | | extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>Leonardo de Souza Leite Azevedo</i> , cônsul geral encarregado de Negócios. | | | extraordinário e ministro plenipotenciário (nomeado). <i>Dionísio da Fonseca Reis</i> , vice-cônsul em Porto Alegre. <i>Gaspar Martins d'Araujo</i> , vice-cônsul em Rio Grande. |
| | | <i>Felippe José Pereira Leal</i> , encarregado de negócios. | Paraguai | Assunção | |
| | | Missão Especial no Uruguai, Entre Rios, Corrientes e Paraguai: <i>Honório Hermeto Carneiro Leão</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>José Maria da Silva Paranhos</i> , secretário. <i>Manoel Vieira Braga</i> , vice-cônsul. <i>Joaquim Vieira Braga Junior</i> , vice-cônsul. <i>João Manoel da Costa Pereira</i> , vice-cônsul em Maldonado. | Uruguai | | <i>Andrés Lamas</i> , enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. <i>Andrés Somellera</i> , secretário de legação. <i>Manoel Moreira de Castro</i> , cônsul geral. <i>Manoel José Teixeira Junior</i> , vice-cônsul em Porto Alegre. <i>Mathias Rodrigues Vasques</i> , vice-cônsul em Rio Grande. |

Fontes da tabela

- Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Manoel Alves Branco, em maio de 1835. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835.
- Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1836, pelo respectivo ministro e secretário de Estado José Ignacio Borges. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836.
- Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1837, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1837.
- Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Antonio Peregrino Maciel Monteiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838.
- Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1839, pelo respectivo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Em 15 maio 1839. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839.
- Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1840, pelo respectivo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Caetano Maria Lopes Gama. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1840.
- Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão

- ordinária de 1841, pelo respectivo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. Em 8 maio 1841. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1841.
- Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária da quinta legislatura, em 1843, pelo ministro e secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. Em 10 janeiro 1843. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1843.
 - Relatório apresenta à Assembléa Geral Legislativa, na segundasessão ordinária da quinta legislatura, em 1843, pelo ministro e secretário de Estado Interino dos Negócios Estrangeiros Honório Hermeto Carneiro Leão. Em 15 maio 1843. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, 1843.
 - Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na 3ª sessão ordinária da 5ª legislatura, pelo respectivo ministro e secretário d'Estado Ernesto Ferreira França. Em 14 maio 1844. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1844.
 - Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa, a 13 de janeiro de 1845, pelo respectivo ministro e secretário d'Estado Ernesto Ferreira França. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1845.
 - Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na 2ª sessão da atual legislatura, pelo respectivo ministro e secretário d'Estado Ernesto Ferreira França. Em 15 maio 1845. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1845.
 - Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na terceira sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Barão de Cayrú. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, 1846.
 - Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na quarta sessão da sexta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Barão de Cayrú. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, 1847.
 - Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na primeira sessão da sétima legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, 1848.
 - Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na primeira sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, 1850.
 - Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na segunda sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, 1850.
 - Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na terceira sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, 1851.
 - Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1852.
 - http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/galeria-de-autoridades/ministros/atct_album_view_ordem_inversa?b_start:int=100&-C=